

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Antropologia
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

**Deputados Bolsonaristas: Bolsonarismo no cotidiano
da 56.^a legislatura do Congresso Nacional (2019-2023)**

Tiago de Aragão Silva

Brasília

2025



Figura 1 Deputado Eduardo Bolsonaro “dá banana” a um grupo de deputadas federais, que haviam se manifestado em defesa da jornalista Patrícia Campos Mello. Ao seu lado, as deputadas federais Major Fabiana, Caroline de Toni, Bia Kicis, Chris Tonietto e Soraya Manato. FOTO: Luís Macedo/Câmara dos Deputados

Deputados Bolsonaristas: Bolsonarismo no cotidiano da 56.^a legislatura do Congresso Nacional (2019-2023).

Tiago de Aragão Silva

Orientador: Prof. Dr. Luís Roberto Cardoso de Oliveira

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, como um dos requisitos para obtenção do título de doutor em Antropologia Social.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Luís Roberto Cardoso de Oliveira (PPGAS/UnB – Presidente)

Prof. ^a Dra. Cristiane Brum Bernardes (CEFOR/Câmara dos Deputados)

Prof. Dra. Márcia Anita Sprandel (Senado Federal)

Prof. Dr. Luiz Eduardo de Lacerda Abreu (PPGAS/UnB)

Prof.^a Dra. Natacha Simei Leal (ELA/UnB – Suplente)

RESUMO

Esta tese analisa etnograficamente a atuação de deputados federais alinhados ao bolsonarismo durante a 56.^a Legislatura da Câmara dos Deputados (2019–2023), com ênfase nas comissões parlamentares. A partir do acompanhamento de reuniões e performances legislativas, investiga-se como esses parlamentares operam dentro das estruturas institucionais, buscando ampliar sua presença política por meio da apropriação estratégica dos dispositivos regimentais e da ocupação de espaços decisórios. Coexistindo com a imagem de um movimento essencialmente antiestablishment, o estudo revela uma faceta de engajamento institucional pragmático, no qual a luta por legitimidade e espaço político se dá pela via da institucionalidade — ainda que tensionando seus limites.

Palavras-chave: Antropologia das Instituições; Antropologia da Política; Congresso Nacional; Câmara dos Deputados; bolsonarismo; Extrema-direita

ABSTRACT

This thesis presents an ethnographic analysis of federal deputies aligned with Bolsonaroism during the 56th Legislature of the Brazilian Chamber of Deputies (2019–2023), with particular emphasis on parliamentary committees. Through systematic observation of sessions and legislative performances, the study investigates how these deputies operate within institutional structures, strategically appropriating procedural tools and occupying decision-making positions to expand their political presence. Coexisting with the image of an essentially antiestablishment movement, the research reveals a facet of pragmatic institutional engagement, in which the struggle for legitimacy and political space occurs through institutional means — even while challenging its boundaries.

Keywords: Anthropology of Institutions; Anthropology of the Political; Brazilian National Congress; Chamber of Deputies; Bolsonaroism; Far-right.

SUMÁRIO

<i>INTRODUÇÃO.....</i>	<i>11</i>
<i>ANTROPÓLOGOS VÃO AOS PARLAMENTOS.....</i>	<i>26</i>
<i>CAPÍTULO DA FORMAÇÃO DE UM GRUPO</i>	<i>46</i>
<i>CAPÍTULO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA... </i>	<i>109</i>
<i>CAPÍTULO DA COMISSÃO ESPECIAL – CAMINHOS DE UMA COMISSÃO.. </i>	<i>155</i>
<i>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</i>	<i>208</i>
<i>REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO</i>	<i>225</i>

Lista de Siglas

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade
AM – Amazonas
APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
CCJC – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
CDHM – Comissão de Direitos Humanos e Minorias
COVID – Doença do coronavírus
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CTFC – Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle
DEM – Democratas (partido político)
DEP – Deputado/Deputada
DF – Distrito Federal
DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
DRE – Demonstração do Resultado do Exercício
ES – Espírito Santo
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
GLO – Garantia da Lei e da Ordem
GO – Goiás
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PL – Partido Liberal
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP – Progressistas (partido político)
PPS – Partido Popular Socialista
PR – Presidência da República
PRB – Partido Republicano Brasileiro
PROS – Partido Republicano da Ordem Social
PRP – Partido Republicano Progressista
PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSC – Partido Social Cristão
PSD – Partido Social Democrático
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSL – Partido Social Liberal
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTC – Partido Trabalhista Cristão
PTN – Partido Trabalhista Nacional
PV – Partido Verde
REDE – Rede Sustentabilidade (partido político)
RJ – Rio de Janeiro
RN – Rio Grande do Norte
RO – Rondônia
RR – Roraima
RS – Rio Grande do Sul
SC – Santa Catarina
SE – Sergipe
SP – São Paulo
STF – Supremo Tribunal Federal
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
ONU – Organização das Nações Unidas
UnB – Universidade de Brasília

Agradecimentos

Essa tese contou com o apoio direto e indireto de muitas pessoas. Muita gente, por vezes sem saber, influenciou as reflexões e os trabalhos que contribuíram para a construção desse texto. Mesmo com a certeza de que cometerei algumas injustiças, mobilizo a minha gratidão a essa rede por meio desses agradecimentos. Sem vocês, essa trajetória teria sido muito mais difícil.

À minha companheira de vida, Denise, pelo amor, carinho e suporte.

Para Arlete e César, Alice e Catu, que com a D, tenho como família. Aos amigos mais próximos da família Aragão, Saras Farias, Raimundo Rebelo, Marina, Marcelo, Eduardo, Gelza Mendes, André e Allan.

À família Caputo e agregados: Lourdes, Raquel, Luciana, Tiago, Frank, Júlia, Camila, Davi e Artur. Um salve para *Tia Jô*.

Às minhas amigas, sócias e companheiras de uma jornada cinematográfica na nossa produtora Sal, Ana Rabêlo e Camilla Shinoda.

Aos amigos do Bonde do Pagode, Carlos Henrique, Rodrigo “Gazela”, Danilo DAN e Cesinha.

Aos amigos do Galinho Social, Danilo, Marie, Julia, Mara, Thiaguinho, Paz, Aninha, Pocahontas, Rafa, Marianna e Júnia. Em memória à Emília Cunha Borges. Um beijo pros agregados galináceos.

Aos amigos da Confeitaria, Dani, Rapha e Rafa. Um salve para Leonardo Leocádio.

À turma de doutorado, João Lucas, Lígia, Ester, Gabriel, Mary, Mari, Marcelo, Tru e Bianca.

Às amigadas das diferentes temporadas de PPGAS-UnB, Anderson Vieira, Gonzalo Crovetto, Martina Ahlet, Fernando Natal, João Guilherme, Tatiane Duarte e Anna Davison.

Aos amigos do cinema, Juliane Peixoto, Pedro B. Garcia, Marcela Borela, Igor Z Cerqueira, Bruna Ruperto, Lila Foster, Betânia Maia, Alex Medrado, Rebeca Damian, Adirley Queirós, João Paulo Campos, Olívia Hernández, Carol Matias, Larô Nascimento, Ana Luísa Menezes, Raimundinho Lima, Alan Schvarsberg, Arthur Egydio, Rafael Lobo, Marisa Miranda, Sandro Vilanova, Lucas Coelho, Ale

Veras, Igor Bastos, Igor Barradas, Muriel Alves, Sabrina Bittencourt, Igor Cabral e Heraldo HB. Um salve para todo o Mate com Angu.

Aos amigos José Carlos Amaral, Ricardo Brito, Bertrand Wanderer, Rafael Tiago, Natacha Leal, Gabriel Campos Vieira, Lucas Valença, Paulinha Moraes, Fernanda Zanette, Marina Lacerda, Luana Girard, Marcus Lúcius, Malena Rehbein, Felipe Cabral, Iara Flôr, Beto Pires, Peti Portela, Gustavo Amora, Cícero Fraga, Júlia Henning, Pedro Stoeckli, Pedro MacDowell, Carlos Café, Hélik, Dalton Camargo, Márcio Henrique, Fernanda Andrino, Raquel Camargo, Ana Marcela, Marisa Santana, Valdenir “Presidente” Nunes, Fagner Torres, Ramana Jacques, Leinimar Pires e Chicão, Andrea Portugal, Lucas Farage, Fabíola Cardoso, Fabiano “Mamano” Cardoso, Filipe Chemicatti, Felipe Gomide, Cláudio Dantas e Telma Hoyler.

Um salve para Antônio Arles e a solidariedade entre completos desconhecidos.

Aos amigos do LEIPP – Laboratório de Etnografia das Instituições e Práticas de Poder, Diego Flores, Raissa Romano, Bruner Nunes, Maíra Moraes, Diana Dianovsky e Mari Cintra.

Aos amigos pankararus, João Vitor, Eline, Sarapó, Ney, Amonita, Tia Lia, Júnior, Sidney, Zenivaldo, Celo, Marcelo, Cris Julião, Luana e Hiruan.

Aos bares Lambisco, Amigão, Marambaia, Faisão Dourado, New York, Boi Laranja e Bar da Ivanete, nos nomes de Naldo, Wilson, Joel, Alehandro, Alex, Davi, Dani, Mateus, Fernando, Alexandre, Yago, Breno, Tiago, Johny, Fábio, Kellen, João, Urbano, Noronha, André, Cícero, Valdo, Antônio, Mário, Regys, Luís, Vinícius, Ellane, William, Guilherme, Paulão, Paulinho, Michael e Ivanete.

Ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, nos nomes de Rosa Cordeiro, Fernanda Leite, Laíse Tallman, Kedma, André Leão, Jorge e Paulo Gomes (em memória).

Aos professores Guilherme Sá, Andréa Lobo, Luís Cayón, Hênio Trindade, Carlos Sautchuk, João Miguel Sautchuk, Antonádia Borges, Guilherme Moura Fagundes, Silvia Guimarães, Carlos Alexandre Santos, Christine Alencar Chaves, Soraya Fleischer Jaqueline Moraes Teixeira, Rosana Castro, Érica Quinágliã, Luís Gusmão, Richard Axelby, Emma Crewe e Brasilmar Nunes (em memória).

À professora Carla Costa Teixeira, pela contribuição em diferentes fases da minha formação, muito obrigado pelos ensinamentos e pelas contribuições com essa investigação.

Ao professor Luís Roberto Cardoso de Oliveira, pela generosidade na orientação dessa tese.

Aos professores que toparam participar da banca, Maia Sprandel, Cristiane Brum Bernardes e Luiz Eduardo Abreu.

Por fim, o meu reconhecimento à educação pública brasileira, por meio da qual tracei toda a minha formação nos diferentes níveis do ensino superior. Foi de fundamental importância ter contado com financiamento público, por meio de bolsas de doutorado, da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FAP-DF e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

INTRODUÇÃO

Pequenas cenas.

Cena um: Meados de 2015, o primeiro ano do quarto mandato seguido do Partido dos Trabalhadores na Presidência da República, com Dilma Rousseff à frente. Na pequena Mambaí, cidade com cerca de nove mil habitantes do interior do estado de Goiás, conheci um homem que rapidamente se apresentou como vereador do município. Num tom jocoso, comentei que devia ser difícil ser um tucano (político do PSDB) naquele momento, por conta da derrota de Aécio Neves no segundo turno das eleições presidenciais de 2014. Ele riu e me disse que, na verdade, não tinha perdido a disputa.

Sou do PSDB, mas apoiei Dilma. Uma única vez, quando o Perilo (Marconi Perilo, candidato ao governo do estado) veio fazer campanha na cidade, eu disfarcei o meu apoio à Dilma. Mas é isso... Quem eu apoiei, ganhou as eleições. Eu ganhei as eleições.

Naquele momento, me dava conta de que, distantes 500 quilômetros e sete horas da capital do estado, as alianças políticas nacionais e as vinculações partidárias se transformavam e por vezes deixavam de seguir os acordos e alianças partidárias nacionais.

Cena dois: Em frente ao anexo IV da Câmara dos Deputados, encontrei Marcus, um colega de infância. Nós dois crescemos na cidade do Gama, Distrito Federal, cerca de 40 quilômetros do Congresso Nacional. Colocando a conversa em dia, ele me revela que atualmente é chefe de gabinete de um deputado do estado de Goiás. Conversa vai, conversa vem, ele menciona que o Congresso Nacional estava envolvido numa controvérsia pública. Em meio ao debate público, muitos

parlamentares estavam *surfando* na midiatização da querela. Ele, como quadro do gabinete do parlamentar, relatou a sua leitura da conjuntura e conselho que vinha reforçando ao chefe.

*Meu deputado, o senhor precisa se decidir, se vai querer
correr atrás dos holofotes dessas polêmicas ou se vai
trabalhar para ser um dos dez homens mais influentes do
Congresso Nacional... Como Marcelo Ramos, Renan
Calheiros, Arthur Lira, Rodrigo Maia, Marcos Pereira...*

Entre os exemplos da lista dos nomes que tinham as rédeas do parlamento brasileiro, um me chamou atenção por eu nunca o ter escutado antes: Arthur Lira, um deputado alagoano do Partido Progressista, ainda em seu segundo mandato em Brasília, vinculado a uma rede de poder de uma oligarquia familiar local. Não demoraria para o parlamentar se tornar uma figura nacional ao entrar na disputa pela presidência da Câmara dos Deputados. Aquecendo minha memória acerca da política no Congresso Nacional, notei que nomes, hoje, notórios, que ocuparam posições de destaque e de poder na Câmara dos Deputados recentemente, por diversas vezes eram pouco conhecidos pelo público geral, até serem envolvidos em embates e disputas públicas, ou conquistarem postos de poder, como os da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. Foi assim com Eduardo Cunha, presidente da Câmara, um dos protagonistas no processo de impeachment de Dilma Rousseff, conhecido pela sua primorosa habilidade com o regimento interno, sua capacidade de incidir sobre a tramitação das matérias na Câmara dos Deputados e obtenção de maiorias. Grande parte da vida parlamentar é desconhecida pelo público em geral, apesar de, ao contrário do que ocorre com o Poder Judiciário, serem os próprios eleitores que elegem e *enviam* os parlamentares para Brasília.

CAMINHOS DA PESQUISA

Da minha trajetória à chegada ao objeto da investigação

O meu interesse pelo Poder Legislativo sempre existiu, mas se intensificou em 2011, quando fui trabalhar na Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, que se situava no anexo da sede do Ministério da Saúde, em Brasília. Quem já trabalhou na Esplanada dos Ministérios sabe que é comum a muitos dos trabalhadores almoçarem nos prédios dos ministérios vizinhos, nos ambulantes da região e nos restaurantes da Câmara dos Deputados.

Ao almoçar nos diferentes restaurantes do Congresso, fui atraído pela variedade de pessoas que circulavam pelos corredores, pelas diferentes vivências que ali observava. Essa diversidade era visível principalmente na Câmara dos Deputados, que o fluxo de pessoas é muito intenso, sejam parlamentares, funcionários da Casa, profissionais de imprensa, lobistas ou visitantes. Recentemente, levei um colega, o antropólogo inglês Richard Axelby, para conhecer o Congresso Nacional. Fascinado com a Câmara dos Deputados, ele comentou: *“é como uma grande feira, as pessoas podem ir e vir... e falam ao mesmo tempo.”* De homens e mulheres com trajes formais, lideranças indígenas participando de reuniões em comissões com seus cocares – como parte da de seus atos e performances políticas, militantes de movimentos sociais, comitivas de homens engravatados representando interesses corporativos, a ocupação daqueles corredores era uma imagem da complexidade e dava sinais das inúmeras disputas que ocorriam nos espaços legislativos. Dos funcionários da Casa, cujo congresso é o seu cotidiano, aos forasteiros, que chegam e vão embora no mesmo dia, participam da audiência pública e aproveitam uma janela para fazer um turismo cívico, são muitas e distintas as vidas que atravessam diariamente a sede do Parlamento Brasileiro.

Minha primeira empreitada investigativa no Congresso se deu na realização de um documentário, cujo objetivo inicial foi retratar esse cotidiano da Câmara, mais especificamente, do Corredor das Comissões, ala que concentra 18 salas para as reuniões das comissões permanentes e temporárias, sendo ali maior concentração de atividades legislativas da Câmara dos Deputados. Enquanto buscava recurso para o filme, o Brasil passou por uma crise política que resultaria na queda da presidenta Dilma Rousseff. O Congresso Nacional passava a ter um maior protagonismo midiático e se fortalecia politicamente, possuindo cada vez mais influência no funcionamento do governo e, principalmente, poder sobre o orçamento público. Naquele momento, uma agenda de reformas foi mobilizada pelo parlamento, com destaque para a Reforma da Previdência e a Reforma Trabalhista, matérias legislativas que incidiriam sobre direitos dos trabalhadores. O enfraquecimento do Poder Executivo também ocasionou em ataques a políticas progressistas, que reforçavam direitos de grupos minoritários. Nesse contexto, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal também se tornaram espaços para a luta, resistência e defesa de direitos por parte da Sociedade Civil organizada.

Essa reviravolta me fez mudar o foco da minha investigação. O projeto mudou, resultando no curta *Entre Parentes*, que apresentou a luta de indígenas pela manutenção de seus direitos constitucionais, enquanto uma poderosa bancada ruralista, por meio de uma CPI, atacava as políticas de demarcação de terras e reforma agrária. Além das lideranças indígenas, antropólogos, servidores públicos, ONGs e magistrados também foram indiciados e se mobilizaram para se defender dos ataques. A meu ver, o documentário terminou se tornando um retrato da incomunicabilidade no processo legislativo e do Congresso Nacional como um palco de disputas entre forças extremamente desiguais.

Ao realizar o documentário, acabei me deparando com situações que não cabiam a presença de uma câmera, relações mais discretas ou até mesmo secretas, mobilizações de contatos que, em meio à luta política, mesclavam o privado e o público. Situações que só poderiam ser acessadas por uma presença não mediada pela câmera. Passei a me interessar como indígenas articulavam suas lutas pela manutenção de direitos perante o parlamento. Acreditava que a partir de um trabalho etnográfico, poderia realizar uma interessante investigação

sobre o fazer político dos indígenas. Por isso, submeti ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília o pré-projeto denominado *Ação entre parentes: uma etnografia do lobbying feito por indígenas no Congresso Nacional*.

O primeiro ano do doutorado coincidiu com a vitória do deputado Jair Bolsonaro à Presidência da República. Em uma das reuniões do Laboratório de Etnografia das Instituições e Práticas de Poder – LEIPP, liderado pela minha então orientadora, Carla Costa Teixeira¹, compartilhei notas sobre a feitura de Entre Parentes. Em um diálogo com Carla e o grupo de pesquisa, comentei que o atual cenário político talvez sugerisse uma mudança no foco da minha investigação, quiçá incorporar os grupos do espectro da direita na pesquisa. Carla concordou. Decidi então estudar grupos conservadores que acessavam o Congresso Nacional para articular e pressionar em favor de pautas como *homescholling*, escola sem partido, da luta contra o comunismo, contra o feminismo e a favor do governo de Jair Bolsonaro.

Passei a acompanhar a presença desses coletivos no Congresso Nacional. Naquele momento já era possível notar a relação que mantinham com alguns gabinetes. Com o trabalho de campo ganhando fôlego, as idas ao parlamento seriam interrompidas pela pandemia da Covid-19. À distância, enquanto eu entrava em minha quarentena, vi os personagens da pesquisa organizando um acampamento na Esplanada – o Acampamento dos 300. Os perdi de vista. Alterações se fizeram necessárias naquele momento. Dessa situação pandêmica, sugeri uma nova proposta, que seria possível de ser realizada nesse contexto. A nova proposta era voltada a atuação dos deputados federais que tinham relação mais próxima com a figura de Jair Bolsonaro e com o fenômeno político do bolsonarismo. Com a crença de que a pandemia estava prestes a terminar, contava que poderia realizar a pesquisa nas dependências do Congresso Nacional, principalmente nos gabinetes. Ledo engano.

A pandemia de Covid-19 se estendeu e os trabalhos, tanto da Universidade de Brasília como do Congresso Nacional, voltaram a acontecer com suas adaptações, que influenciaram na maneira que delimitei para trabalhar em minha

¹ Essa tese de doutorado foi inicialmente supervisionada pela professora Carla Costa Teixeira, em um segundo momento, o professor Luís Roberto Cardoso de Oliveira assumiu a orientação dos trabalhos.

pesquisa com os deputados bolsonaristas. Elegi como principal espaço de investigação as reuniões das comissões. Embora eu também tenha acompanhado a presença desses personagens nas redes sociais e noticiários, me parecia que era no trabalho das comissões que se concentravam os esforços e performances dessa luta por espaço político no Congresso Nacional. Ali poderíamos acompanhar a relação dos parlamentares com o trabalho parlamentar, com facetas muito caras a esse universo, a relação com os ritos, com as regras, com colegas parlamentares e a capacidade de construir alianças e de realizar embates.

Uma ideia provocativa de Paulo Leminski que orientou minha pesquisa de mestrado, poderia fazer sentido também para o doutorado: *o mais fundo está sempre na superfície*. Acredito que olhar e re-olhar essas reuniões, atento à construção desses atos e à mobilização dos mais diferentes elementos, poderia expressar muito sobre a presença desse grupo na Câmara dos Deputados. As manifestações de poder nos debates parlamentares simultaneamente representam e configuram o confronto entre forças políticas em diferentes contextos. Em cada um desses, elas se manifestam por meio de distintos elementos, como documentos técnicos, registros escritos e audiovisuais, além de imagens derivadas de rituais legislativos, que podem influenciar contextos políticos mais amplos. (Teixeira, Cruvinel, e Fernandes 2020). É lógico que não isolei esse espaço de investigação dos demais elementos do mundo, mas os coloquei como espaços centrais da pesquisa, os elementos externos foram buscados a partir de suas reverberações nesses eventos e situações. Com a chegada das vacinas contra o Covid-19 e o arrefecimento da pandemia, voltei a frequentar os espaços do Congresso Nacional. Assim como minhas experiências com o mundo da antropologia, do legislativo e da política, que me ajudam a iluminar esses acontecimentos, recruto documentos, redes sociais e outros artefatos para explicar a presença e atuação dos parlamentares bolsonaristas, com destaque para a atuação nas comissões.

Como escolha narrativa para apresentar os dados, inspirada em Max Gluckman, elegi eventos (situações sociais) que considere ricos e propícios para apresentar a presença dos deputados bolsonaristas na Câmara dos Deputados, suas

performances políticas e o trabalho parlamentar. Essas situações sociais são analisadas nos três capítulos nucleares da tese.

No primeiro capítulo, exploro o processo de identificação e delimitação da bancada bolsonarista na Câmara dos Deputados. Início com uma revisão sobre o conceito de grupos parlamentares informais, estabelecendo um paralelo com estudos antropológicos sobre formação de grupos e redes. O desafio inicial foi compreender como esse grupo bolsonarista se organiza, destacando as peculiaridades de sua atuação e distinções perante os demais parlamentares. A abordagem etnográfica é voltada para tratar das interações e coalizões desse coletivo dentro do Congresso Nacional.

Minha pesquisa envolveu o acompanhamento direto das atividades desses parlamentares nas comissões e em eventos públicos, com foco em suas performances políticas e alianças formadas. Neste bloco, analiso como as tensões e controvérsias dentro do PSL, partido que inicialmente abrigou a maioria desses deputados, ajudaram na delimitação desse grupo, além de moldar a coesão e a identidade do grupo. A análise das redes sociais e outras formas de comunicação também foi importante para identificar os vestígios e acompanhar a atuação desses parlamentares, identificando padrões comuns em seus discursos e ações, assim como distinções perante o comportamento predominante.

Ao final do capítulo, reflito sobre a natureza fluida e mutável desse grupo, cujas fronteiras são constantemente redesenhadas por crises internas e externas. O bolsonarismo é apresentado como uma força política mobilizadora que transcende o ambiente institucional e se expressa em múltiplas arenas, incluindo as redes sociais. A formação do grupo bolsonarista é vista como um processo contínuo, cujas características e ações são refinadas à medida que novas coalizões e controvérsias emergem.

O segundo capítulo foca na atuação da deputada Bia Kicis enquanto presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC), um dos colegiados mais importantes da Câmara dos Deputados. Analiso como a deputada, figura

expressiva do bolsonarismo, atua no posto responsável por organizar os trabalhos da comissão, enfrentando resistências internas e externas. Minha análise concentra-se nas reuniões da comissão, onde disputas regimentais e manobras políticas são observadas como parte das dinâmicas de poder da CCJ.

Bia Kicis, conhecida por defender pautas como o voto impresso, homeschooling e a flexibilização do porte de armas, torna-se uma figura polarizadora na Câmara. Exploro como sua liderança é recebida tanto pelos aliados quanto pelos opositores e como ela equilibra suas responsabilidades institucionais com a agenda política de seu grupo. A presidência da CCJ é nesse trabalho vista como um campo de batalha simbólico e institucional, onde diferentes visões do fazer política e da democracia entram em choque, e onde o regimento interno da Câmara se torna um instrumento estratégico tanto para avançar quanto para barrar iniciativas. Bia Kicis, neste capítulo, figura como personagem central na busca do grupo bolsonarista por legitimidade institucional, ao mesmo tempo em articulam estratégias regimentais e discursos voltados a uma suposta inclusão no campo político mais abrangente.

Neste capítulo, também reflito sobre o papel das comissões no funcionamento legislativo e como a figura de Bia Kicis exemplifica a tensão entre a tradição institucional e as novas forças políticas representadas pelo bolsonarismo. Em sua chegada à comissão, ela *resgata da aposentadoria* Silvio Avelino e o empossa como secretário da comissão, Silvio Avelino. O renomado servidor foi ex-Secretário-Geral da Mesa em tempos Eduardo Cunha como presidente da Câmara dos Deputados. O trabalho da CCJ, descrito em detalhes, revela os desafios de conciliar as regras regimentais com as pressões políticas, destacando o complexo processo de formulação legislativa e a performance dos parlamentares envolvidos. Ao final, a institucionalidade representada pela comissão mais importante da Câmara dos Deputados ganha força e passa a ser um elemento central do capítulo.

No terceiro capítulo, investigo a atuação dos deputados bolsonaristas em uma comissão especial criada para discutir uma proposta de emenda constitucional relacionada à implementação do voto impresso. Defendida por bolsonaristas como uma medida de segurança eleitoral, a proposta foi alvo de intenso debate

no Congresso, e a comissão especial tornou-se palco de performances políticas e alianças temporárias. Descrevo como esses parlamentares utilizaram a comissão para mobilizar apoio, tanto dentro do parlamento quanto entre sua base eleitoral, destacando o caráter suprapartidário das coalizões formadas em torno do tema.

A análise acompanha a atuação do relator da proposta e do presidente da comissão especial, além de outros parlamentares-chave, explorando as tensões entre defensores e opositores à pauta e como as estratégias políticas moldaram o andamento dos trabalhos. O capítulo enfatiza a importância das comissões especiais como arenas de negociação e construção de maiorias, ainda que provisórias, e demonstra como o grupo bolsonarista conseguiu instrumentalizar esse espaço para amplificar suas pautas, mesmo diante do surgimento de uma forte resistência construída durante o funcionamento do colegiado.

A discussão sobre os desdobramentos da proposta do voto impresso e como o fracasso em aprová-la no plenário revela os limites da capacidade de mobilização parlamentar e como as disputas ocorridas nas comissões sempre estão atreladas a disputas e coalizões mais abrangentes. Embora a proposta não tenha sido aprovada, a análise etnográfica demonstra que a comissão especial funcionou como uma plataforma crucial para organizar, projetar e amplificar seus principais pleitos, preocupações e discursos políticos sobre o tema no cenário nacional.

Na conclusão, sob a luz do material trabalhado, apresento considerações finais que apontam para o desafio de investigações sobre práticas políticas no universo das instituições, com especial direcionamento aos espaços legislativos, assim como faço apontamentos sobre o universo do bolsonarismo, que transcorre em diferentes espaços da vida cotidiana e das instituições.

Um aspecto que se tornará evidente ao longo dos próximos capítulos é que a análise da atuação do grupo de parlamentares bolsonaristas na 56ª legislatura da Câmara dos Deputados evidenciará a dinâmica da disputa por espaço na instituição. A operação do universo de regras do parlamento aparece mobilizada

em articulação com a busca por legitimação desse grupo de extrema-direita, que tem na institucionalidade uma possibilidade de ampliar sua presença na vida política brasileira.

Apesar de uma expectativa inicial, orientada por uma autopropaganda dos bolsonaristas que se autodeclara *antiestablishment* e soa por vezes anti-política (desenvolvo sobre o bolsonarismo no capítulo 01), a atuação desse coletivo no Congresso Nacional não se realizou à margem das estruturas institucionais, tampouco operou como mera disfunção no funcionamento interno da ordem parlamentar ou em torno de um projeto de erosão e contestação institucional. Pelo contrário, o que se observou, a partir do acompanhamento etnográfico das práticas ordinárias que compõem o fazer político no Legislativo desse grupo, é uma forma de engajamento institucional que se inscreve no próprio corpo da instituição, uma busca por inclusão e espaço político que possibilitaria a produção e o tensionamento de disputas políticas e por espaço institucional por dentro do Congresso Nacional. Se faz sensível a presença e o jogo tático do grupo, uma operação reiterada de inscrição política, que evidencia uma luta pela instituição, no sentido que o bloco bolsonarista mobilizou recursos, discursos e instrumentos políticos e institucionais para garantir um maior espaço institucional na Câmara dos Deputados. A luta não é contra a instituição, mas sim pela instituição. Por uma maior presença no Congresso Nacional. Daí a disputa pelo partido, a atuação em bloco em comissões e a conquista de indicações para as presidências e relatorias nos colegiados.

Para refletir sobre essas práticas, é fundamental considerar o meio, a instituição. As ações que reiteram a busca por inclusão no campo político não estão desvinculadas desses universos práticos. Para além de conceber o poder a partir de uma lógica abstrata, etérea ou meramente teórica, esse campo nos permite pensar um conjunto de práticas inseridas em contextos específicos, com seus entornos e conexões próprias. O poder, na política, manifesta-se como a capacidade de aliar-se e ampliar possibilidades de ação. Não por acaso, uma das formas de se identificar o poder no parlamento é pela habilidade de conquistar posições diretivas e construir maiorias — ou seja, pela capacidade de formar alianças.

Essa faceta da atuação política dos bolsonaristas não se dá em contradição com ataques às instituições democráticas, mas acontece sim como uma estratégia correlacionada, que coaduna com o fortalecimento do bolsonarismo como fenômeno político. A ampliação da presença institucional desse grupo por vezes aconteceu favorecendo ataques à natureza democrática e ao funcionamento das instituições. O paradoxo democrático é colocado quando grupos que atentam à natureza democrática das instituições clamam por inclusão.

Ocupar esses postos e espaços institucionais permite ações estratégicas, como a realização de reuniões e eventos públicos, como aconteceu na esfera do Poder Executivo com a realização do encontro do então presidente Jair Bolsonaro com embaixadores estrangeiros, em ocasião em que se atacaria o funcionamento das urnas eletrônicas e do sistema eleitoral brasileiro². A capacidade de realização de um ato dessa natureza é reservada àqueles que ocupam postos de poder.

Com o resíduo histórico e a força que a instituição possui – que em parte é conferida aos postos e suas figuras –, é esperado que esse tensionamento não seja algo unidirecional, devendo-se considerar também a inércia institucional e as demais ações nas disputas pela instituição, entre forças aliadas ou concorrentes. A solidez institucional é tão evidente que, estrategicamente, requer dos envolvidos em sua disputa que os seus domínios sejam – em alguma instância – reforçados, inclusive por aqueles que a atacam, que utilizam de seus recursos institucionais mesmo quando o objetivo final passa ser o enfraquecimento de dispositivos democráticos e processos da instituição. Todo rito acaba por reforçar o que é estabelecido, logo, nesse caso, o que é institucional. O Congresso Nacional, como outras plataformas do Estado, por sua força institucional, por vezes é percebido como algo dado, que sempre existiu,

² O então presidente usou a estrutura do governo organizar uma apresentação a embaixadores de diversos países no Palácio do Planalto. Não era a primeira vez que Jair Bolsonaro realizava ataques ao sistema eleitoral, reiterando suspeitas, todas desmentidas por órgãos oficiais, sobre as eleições de 2018 e 2022 e a segurança das urnas eletrônicas, mas essa foi a “mais institucional”, sendo depois considerada como abuso de poder político pelo Tribunal Superior Eleitoral. Detalhes sobre a sentença podem ser acessados em matéria divulgada pela Sala de Imprensa do TSE: *Por maioria de votos, TSE declara Bolsonaro inelegível por 8 anos* em <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Junho/por-maioria-de-votos-tse-declara-bolsonaro-inelegivel-por-8-anos> (Acessado em abril de 2025)

com seus valores e características intrínsecos, mas a realidade é que se trata de uma instância que está em constante disputa e transformação.

Embora muitas vezes assim se apresentem, as instituições se constituem em espaços e tempos específicos, a partir de disputas e relações de poder que nelas não se esgotam. São parte de um processo histórico conflituoso no curso do qual algumas práticas e valores saíram vitoriosas e lograram se estabilizar. E ao se estabilizarem tendem a negar sua própria historicidade e a apresentar-se como se fossem parte da natureza intrínseca do mundo social, especificamente nos contextos empíricos por nós estudados, do mundo moderno. (Teixeira, Lobo, e Abreu 2021)

Com exceção dos casos de ruptura institucional, a luta pela instituição está no caminho de todos os grupos que demandam por representatividade e presença no legislativo. A disputa se dá também por processos de como as instituições classificam, hierarquizam e organizam as práticas, como elas reiteram regras e verdades de um mundo social. A luta por uma maior presença no seio do legislativo implica numa maior capacidade de operá-lo politicamente.

A dimensão do parlamento como amplificador de discursos ideológicos — e, portanto, em sua relação com a sociedade —, capaz de ampliar a abrangência das pautas políticas e transformar políticos locais em figuras de projeção nacional, é extremamente relevante para a dinâmica da vida política no Congresso Nacional. No entanto, este estudo dedica-se aos processos de ocupação institucional, por compreendê-los como fundamentais para a garantia da perenidade e da capacidade de realização de um bloco no interior do legislativo. Não são raros os exemplos de grandes operadores do Congresso que, embora pouco conhecidos pelo grande público — muitas vezes classificados como integrantes do "baixo clero" —, demonstraram notável habilidade para fazer política dentro da instituição.

Essa luta pela instituição se materializa por meio da ocupação progressiva e estratégica de espaços institucionais de decisão. No caso do Poder Legislativo, isso se expressa especialmente na disputa por posições como a mesa diretora,

as comissões e os postos de direção colegiada. Tal dinâmica não se orienta prioritariamente por uma lógica de agregação de apoios ideológicos entre os parlamentares, tampouco apenas pela amplificação do discurso. Trata-se, antes, de um processo em que a conquista de espaço político se dá, muitas vezes, pelo tensionamento das margens disponíveis, produzindo — e buscando institucionalmente — o rebaixamento das possibilidades de atuação de grupos adversários.

O tabuleiro político — cuja dinâmica entre parlamentares representa — não se joga prioritariamente nos termos do convencimento, mas sim da ocupação de espaço político; ou seja, da restrição do campo do outro para fazer valer a própria presença política. Vale destacar que a mobilização dos valores políticos e da pretensão da obtenção de legitimidade não possa ser alijada das estratégias políticas, possuindo caráter intrínseco e de grande importância. No caso do grupo de parlamentares de extrema-direita, essa lógica torna-se ainda mais evidente, uma vez que a busca por espaço institucional, legitimidade e as demandas por inclusão se articulam, paradoxalmente, a discursos que operam pela exclusão de grupos concorrentes.

O que está em jogo na atuação do grupo de deputados bolsonaristas não é — pelo menos em um primeiro momento — a destruição da instituição, mas o reordenamento de seus dispositivos a partir de uma presença que se afirma institucionalmente, operando com destreza os instrumentos regimentais, as regras de procedimento e os recursos simbólicos disponíveis. Em vez de romper com a institucionalidade, esse modo de ação trabalha para reinscrevê-la segundo uma lógica própria, fundada na centralidade da performance, na mobilização ritualizada do regimento, e na incorporação seletiva de práticas de autoridade que favoreçam o reposicionamento do grupo no interior do campo parlamentar.

Essa presença, que tensiona os limites entre a norma e a exceção, faz do rito institucional não um obstáculo, mas um recurso. As comissões, enquanto arenas de disputa e legitimação, tornam-se dispositivos centrais de visibilidade e afirmação. Isso tudo poderia chamar menos atenção, caso não estivéssemos lidando com um movimento que notoriamente é vinculado a ações antidemocráticas, no caso brasileiro, vinculado a clamores populares por

intervenção militar, defesa do período de ditadura militar e planos de ruptura democrática evidenciados pelo julgamento que vigora no Superior Tribunal Federal no ano de 2025. Essa combinação chama atenção pela impressão inicial de um contraste ou suposta incompatibilidade. Mas no seio parlamentar, não se trata de uma presença afrontosa, mas de uma presença ruidosa: é precisamente no interior das regras do jogo que o grupo opera, moldando sua atuação a partir de uma leitura pragmática e altamente performativa da institucionalidade.

O que esse trabalho se dedica é tentar trazer para a descrição etnográfica o que faz diferença na cena parlamentar. Com tantos elementos que compõem esse cenário, quais implicam em transformação? Quais associações fazem diferença para a descrição da vida social? As primeiras pistas que esse trabalho se dedica a seguir são as da diferenciação do grupo bolsonarista perante os demais parlamentares. Uma série de controvérsias e conexões são traçadas para tentar delimitar o que seria uma bancada de deputados bolsonaristas. Como Bruno Latour define, *não há grupos, apenas formação de grupos*. Logo, mais do que buscar compreender uma definição *ostensiva*, o que se busca é uma descrição e *definição performativa* (Latour 2007). A vida institucional é dinâmica, e o que tento com essa pesquisa é ressaltar o que mais explicitamente implica em diferença social para esses fenômenos descritos. Sem, para isso, me apegar em noções abstratas de poder. O poder aqui descrito, numa perspectiva das associações, se refere a quais conexões representam transformação, representam movimento político. Sendo a transformação o movimento que muda o estado das coisas.

A luta pela instituição, nesse sentido, se desdobra como um processo em que procedimentos e disputas em torno do mérito político são mobilizados para reconfigurar o campo de possibilidades do jogo político. Entre normas e procedimentos, entre rito e exceção, se produz uma forma de presença que não apenas ocupa o espaço, mas luta por sua permanência. O grupo bolsonarista, ao disputar postos, funções e protagonismo em espaços decisórios, não recusa sua gramática, mas busca por uma legitimação e disputa a instituição em si.



Figura 2 1º de janeiro de 2018. Posse presidencial de Jair Bolsonaro³.

³ A foto faz parte do ensaio fotográfico *Para jamais esquecermos: na posse de Jair Bolsonaro*, selecionada para o Prêmio Pierre Verger (2020) da Associação Brasileira de Antropologia – ABA.

ANTROPÓLOGOS VÃO AOS PARLAMENTOS

Mesmo com poucas visitas ao Congresso Nacional brasileiro, é possível perceber a instituição como um epicentro político do país para onde convergem muitas das disputas entre atores, grupos e instituições. Em defesa de distintos interesses, por vezes conflitantes, grupos se organizam em embates nos quais o poder representa uma importante vantagem competitiva. A máxima do dito popular, de que os ocupantes das cadeiras do Senado e da Câmara dos Deputados não representam o povo brasileiro, tem uma certa validade, mas que vale ser complementada: se os mandatos não representam a sociedade em si e seus supostos interesses, levando em consideração sua composição populacional, é possível notar que a ocupação das cadeiras representa bem a configuração do poder no Brasil. Os mais fortes – nas perspectivas política, econômica e simbólica – têm seus interesses melhor representados no parlamento.

A partir da análise das composições das legislaturas do poder legislativo brasileiro, é possível verificar a ocupação desses postos por representantes de poderosos grupos, com nomes vinculados a importantes corporações, oligarquias políticas, grupos econômicos e politicamente interessados. Quando não é por meio de candidaturas eleitas, essa proximidade com o poder pode ser percebida pela influência de grupos de pressão – que recebem diferentes denominações: *lôbi*, *advocacy*, relações governamentais, relações institucionais... E sempre que uma matéria legislativa perpassa por interesses desses grupos fortes e coordenados, seja numa perspectiva de organização de classe ou de poder econômico, é latente e sensível o fazer político desses grupos.

No início da 56ª Legislatura, período selecionado para essa análise, o perfil dos eleitos para a Câmara dos Deputados teve um predomínio de empresários e profissionais liberais, com destaque para médicos, advogados e pessoas formadas em Direito, representando cerca de dois terços do plenário. O outro terço foi formado por assalariados e ocupantes de carreiras distintas. Nessa fatia, destacou-se a presença de servidores públicos, a maioria oriundos de trajetórias

relacionadas aos movimentos sindicais (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar: DIAP 2018). Tanto a grande presença de parlamentares com trajetórias vinculadas às duas profissões de enorme prestígio social no Brasil, advocacia e medicina, como a presença dos servidores públicos, remetendo aos históricos de organização trabalhista, possibilitam olhar a configuração do Congresso Nacional como um dos resultados dessa constante batalha por espaço na disputa política, que tem como uma de suas manifestações a ocupação das cadeiras da Câmara e do Senado. Isso se reflete não apenas na composição das casas, mas também na agenda legislativa, nas matérias que são pautadas e na velocidade e intensidade da reverberação das discussões nas duas casas.

A instituição parlamento, com toda sua complexidade, é um dos espaços centrais da disputa pelo poder. Dentre os três poderes, é o que carrega em seu desenho institucional e regras de funcionamento uma configuração moldada para a disputa, seja entre governo e oposição, maioria e minoria, partidos e grupos que possuem representantes eleitos ou que conseguem influenciar o comportamento de legisladores. Como plataforma institucional moldada para a disputa entre diferentes grupos, torna-se um local privilegiado para pensar práticas de poder no país.

Quando observamos a atenção dada às práticas estatais, é possível notar o Estado, suas instituições e práticas de poder como questões recorrentes dentro da história da Antropologia, sendo abordados e analisados de diversas maneiras e por diferentes perspectivas durante a consolidação da disciplina como uma ciência moderna. Apesar de sua centralidade para o funcionamento do Estado em muitas democracias, sejam elas presidencialistas ou parlamentaristas, o poder legislativo não recebeu grande atenção de antropólogas e antropólogos pelo mundo (Crewe 2020). Emma Crewe, antropóloga e professora do Departamento de Antropologia e Sociologia da Faculdade de Estudos Orientais e Africanos da Universidade de Londres (SOAS/UNIVERSITY OF LONDON), dedica-se à construção de uma Antropologia dos Parlamentos (*Anthropology of Parliaments*). Em sua trajetória como pesquisadora, realizou importantes etnografias no parlamento inglês, com sua tese de doutoramento feita a partir de uma pesquisa na Câmara dos Lords (*House of Lords*) (Crewe 2005) e investigou

posteriormente a Câmara dos Comuns (*House of Commons*) (Crewe 2015). Nos últimos anos, Emma Crewe coordena uma pesquisa comparativa de parlamentos em diferentes países, Brasil, Etiópia, Fiji, Índia, Reino Unido e Estados Unidos, a *Global Comparative Ethnography of Parliaments, Politicians and People: representation, relationships and ruptures*⁴. Entre as diversas contribuições de Emma Crewe, uma delas foi a de mapear e sistematizar um conjunto de trabalhos antropológicos realizados em parlamentos que destacou principalmente pesquisas feitas por pesquisadores situados em universidades dos Estados Unidos e da Europa (Crewe 2020).

Os pioneiros. Dos Estados Unidos, viria o trabalho reconhecido como desbravador das pesquisas antropológicas em universos parlamentares⁵. Nesta etnografia, que abriu o caminho para estudos no universo da instituição parlamento, o antropólogo Jack Weatherford investiga a organização social do Congresso Nacional dos Estados Unidos e os seus rituais e, assim, inspirado em monografias clássicas da Antropologia, surgia o *Tribes on The Hill* (Weatherford 1985). Com a sua primeira edição lançada em 1981, a obra possui narrativa construída a partir de análises e comparações entre diferentes culturas (*cross-cultural*s), relacionando o universo da instituição e dos congressistas investigados com organizações e práticas políticas de clãs de povos como Watutsi, Hutu, Twa, Yanomami e Xavante. Um conjunto de ritos sociais deveria ser desvelado pelo autor. Como colocado por Jack Weatherford, o Congresso Nacional dos Estados Unidos envolve uma complexa instituição e um fazer político específico que acabam sendo ignorados por estudos pautados pela contabilidade de votos e modelos de compreensão da obtenção de maiorias (Weatherford 1985). O exercício antropológico da obra é o de estranhar a instituição estadunidense, ao mesmo tempo que tenta tornar as instituições dos povos ditos “primitivos” *menos estranhas*, num movimento de aproximação e

4 Maiores informações sobre o trabalho do grupo de pesquisa podem ser obtidas no endereço <https://grnpp.org/ethnographies-of-parliaments/> (Acessado em 25 de janeiro de 2025).

5 Importante mencionar que esse “pioneirismo” se dá na perspectiva de trabalhos realizados por antropólogos. Quando o recorte se dá levando em consideração a realização de trabalho de campo, é necessário citar os trabalhos de Richard Fenno (Fenno, 2003) e Ralph K. Huitt (Huitt, 2016; 2006), dois cientistas políticos que realizaram observações participantes no universo de congressistas nas décadas de 1960 e 1970.

comparação com organizações políticas de outros grupos tradicionalmente investigados por antropólogos oriundos das metrópoles, realizando, desse modo, o que tomava naquele momento como pesquisa antropológica.

In order to analyze this odd culture, I approached it in much the same way that an anthropologist might approach any tribe in the world. I worked and lived with the natives, learned to speak their language, eat their food, wear their clothes, and go through their rituals. I did this by working a job in the Senate and by living only two blocks away in the Capitol Hill Lodge surrounded by lobbyists and small restaurants, and just across the street from the Heritage Foundation.⁶

Weatherford (1985), ao apontar os supostos absurdos dos rituais dos congressistas estadunidenses, dando ênfase em sua ineficiência, parece cair numa espécie de cilada funcionalista. Torna-se refém de um juízo valorativo e de uma pretensão idealizada de operação eficaz e racional, derivados de uma perspectiva e valores de democracia, realizando uma análise do Congresso Nacional de seu país a partir de uma crítica de uma suposta disfuncionalidade, desconsiderando que o funcionamento da instituição também é resultado de uma construção histórica e social.

Outro trabalho antropológico pioneiro nos estudos de parlamentos foi realizado na Assembleia Nacional Francesa, pelo antropólogo francês Marc Abélès (1995). Nesta obra, o autor abandonou a ideia/analogia de estudar uma “tribo” para observá-la como uma instituição central da vida política francesa, “longe de serem uma tribo à parte, os deputados são a expressão de uma realidade

6 Tradução minha: "Para analisar essa cultura peculiar, abordei-a da mesma forma que um antropólogo abordaria qualquer tribo no mundo. Trabalhei e vivi com os nativos, aprendi a falar sua língua, comer sua comida, usar suas roupas e participar de seus rituais. Fiz isso trabalhando em um cargo no Senado e morando a apenas dois quarteirões de distância, no Capitol Hill Lodge, cercado por lobistas e pequenos restaurantes, e bem em frente à Heritage Foundation."

abrangente”⁷, centralizando assim a instituição do parlamento francês como peça central da engrenagem democrática do país. O fato de a instituição estar conectada com questões nacionais e supranacionais não seria um elemento contraditório com o aterramento da vivência dos parlamentares, sendo a vivência dos deputados uma experiência aterrada, localizada na instituição, com esses atores comungando do convívio e sentimentos de pertencimento a uma coletividade, compartilhando um conjunto de rituais e lidando com hierarquias e regras de conduta. Marc Abélès analisa a Assembleia Nacional Francesa numa perspectiva institucional, uma antropologia das instituições (Abélès 1995), por um lado, investigando seus principais atores, a partir principalmente da pluralidade dos deputados, suas origens, trajetórias, perfis, comportamento como grupo e conexão com os eleitores. Enquanto, por outro, realiza um escrutínio da Casa como uma fábrica de leis, produção essa realizada a partir de colaborações, de embates e amortecimento de muitos conflitos e interesses, assim como de um minucioso trabalho da escrita das leis, assessorado por técnicos capacitados, com a busca pela clareza e a fuga das ambiguidades.

O autor realiza o debate sobre a importância do poder legislativo para o funcionamento da democracia, tanto numa perspectiva processual, dos debates e ritos realizados na Casa, como pelo papel institucional central para a existência do Estado Nação e democracia francesa. Abélès (1995), ao mesmo tempo em que coloca o parlamento francês como instituição central nas disputas políticas do país, o analisa como espaço de trabalho cotidiano do deputado. Uma das atividades destacada dos políticos profissionais é a de transformar as lutas em performances, organizando-as em palavras⁸ por meio dos discursos. O dia a dia desses atores reúne o cotidiano e o espetáculo, sendo a espetacularização da

7 Loin d’être une tribu à part, les députés sont l’expression d’une réalité englobante. (ABÉLÈS, 2000:18).

8 Ce bref aperçu du débat parlementaire permet de mieux comprendre ce qui constitue une activité essentielle des députés: la mise en mots. On a tendance à donner une image très tronquée de la pratique parlementaire, en mettant l’accent sur ses côtés les plus spectaculaires: discours, affrontements contradictoires, envolées lyriques. Cet exemple permet d’appréhender beaucoup mieux le quotidien du député. (ABÉLÈS, 2000:132).

política um aspecto importante para entender o cotidiano dos deputados (Abélès 2000).

A teatralização e dramatização dos debates públicos é uma chave analítica crucial para entender o funcionamento da Assembleia Nacional e a vida dos parlamentares franceses em seus esforços de serem representativos de seus eleitores e grupos de apoio. Esse espetáculo não é meramente artificial, mesmo nos casos em que as performances são exageradamente dramáticas, elas refletem tensões e relações de embates reais presentes na sociedade. Esse palco repleto de antagonismo e conflito também serve como representação perante a sociedade e ajuda a informar sobre o estado de disputas e interesses envolvidos em relações políticas muito específicas ou politicamente mais abrangentes.

Anos antes da obra de Abélès, antes da publicação de *Tribes on The Hill* e fora do radar dos centros hegemônicos da antropologia mundial, Maria Cecília Solheid da Costa começava, em 1976, a primeira empreitada antropológica no Congresso Nacional brasileiro. O trabalho foi feito no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A dissertação de mestrado, orientada por Roberto Da Matta e Francisca Isabel Vieira Keller, foi defendida em 1980.

Em duzentos e setenta páginas, a antropóloga faz um mergulho no cotidiano da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, descrevendo suas idiossincrasias. O objetivo do trabalho foi desvendar a *vida parlamentar*, o trabalho de campo foi realizado no Congresso Nacional, segundo a autora, “o setting onde as relações Político/Político podem ser, privilegiadamente, apreciadas”(Costa 1980) (grifo da autora). Com foco nos papéis sociais, códigos de conduta e rituais específicos do Poder Legislativo, a dissertação tem como principal fio condutor as relações entre os parlamentares. O trabalho de Maria Cecília Solheid da Costa carrega o ímpeto do pioneirismo, imbuído da missão de dar conta de um universo nunca investigado pela Antropologia brasileira, pois não trata o Congresso Nacional a partir de algum tipo de simulação ou de edificação de suas Ilhas Trobiand, mas sim, o observa como um *domínio social*, analisando as *continuidades* entre suas divisões de poder e hierarquias. Assim como Marc Abélès (Abélès 2000), a autora constrói em sua análise a instituição como uma peça chave do Estado

Nação, da democracia brasileira e dos jogos de poder do país, tendo como perspectiva a de que “o Congresso Nacional não é um universo fechado, apesar de ser um *universo diferente*, um mundo à parte dentro do mundo político brasileiro” (Costa 1980) (grifo da autora). O parlamento brasileiro é investigado não somente como um local do fazer político, mas também como um *domínio social* onde são forjadas e atualizadas relações sociais.

O ciclo legislativo, os ritos cerimoniais, as crises, a formação e aprendizados dos políticos eleitos, os ritos de passagem, o ofício parlamentar, o código de conduta e o decoro parlamentar, as hierarquias, os grupos e o apadrinhamento político são alguns dos temas que a antropóloga se debruça para apresentar uma pesquisa que tenta dar conta de uma instituição até então não estudada por antropólogos brasileiros.

Entre o final da década de 1990 do séc. XX e início do XXI, um conjunto de teses de doutorado envolvendo trabalhos de campo no Congresso Nacional foi publicado, a maioria relacionada ao Núcleo de Antropologia da Política – NuAP, uma frutífera articulação acadêmica surgida no contexto do projeto de pesquisa “Uma antropologia da política: rituais, representações e violência”. Com pesquisadores vinculados principalmente aos programas de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, da Universidade Federal do Ceará e do Museu Nacional (Universidade Federal do Rio de Janeiro), o grupo foi liderado pelo professor Moacir Palmeira, contou com a participação dos professores César Barreira, Mariza Peirano e José Sérgio Leite Lopes como pesquisadores principais. O objetivo central do NuAP foi pensar a política no contexto brasileiro a partir de perspectivas etnográficas:

O desafio é refletir sobre a política para além das definições legais ou modelares numa sociedade que pensa as atividades políticas como constituindo um domínio à parte de tantos outros – o econômico, o jurídico, o artístico, etc. – envolvendo agentes sociais específicos, quando não “especialistas” ou “profissionais”.

O caminho é, sem perder de vista essas classificações, tentar repensá-las a partir das classificações e das práticas classificatórias dos agentes sociais, **necessariamente**

contextuais, no mais das vezes assistemáticas, mas sempre vinculadas a certo jogo de posições e às relações entre elas. (Palmeira e Barreira 2004) (grifo meu).

Esses trabalhos se dedicaram às diferentes instâncias do fazer política no Brasil, com estudos envolvendo eleições, movimentos sociais, violência, relações pessoais, parentesco, agentes e instituições concebidas como políticas (Marcos Otávio Bezerra e Comerford 2013). Além do movimento englobar análises sobre o Estado, administração pública, movimentos sociais e práticas políticas no campo de interesse da Antropologia, essas instâncias passavam a ter um estatuto de campo de investigação. O esforço se dava em compreender a política não como um domínio previamente definido, mas sim como fenômenos a serem analisados etnograficamente, não sendo orientados por perspectivas, recortes e valores pré-definidos, mas atendo-se às suas realidades por meio de trabalho de campo, guiando-se assim pelas suas *descobertas etnográficas*. Daí a importância da transposição de uma Antropologia Política para uma Antropologia *da* Política. Logo, há temporadas de fazer a política, o *tempo da política*, e instituições tidas *nativamente* como políticas. Como esses elementos são considerados políticos, como eles ganham formas e se atualizam foram objetos da atenção dada por essa perspectiva e por esse grupo de pesquisadores.

Quero de destacar quatro teses de doutorado produzidas nesse período, que considero conjuntamente basilares para pensar etnografias em universos parlamentares no Brasil. Naquele momento, os trabalhos deram conta de recortes e olhares mais específicos da vida parlamentar e do funcionamento da instituição, o que não impediu que trouxessem perspectivas que possibilitariam enxergar o universo do parlamento como um todo de uma maneira mais complexa. Essas teses valeram-se da ideia de que a micropolítica tem muito a nos ensinar sobre aspectos mais gerais e abrangentes da vida política brasileira.

Honra e Decoro parlamentar.

Carla Costa Teixeira começou sua pesquisa de doutorado com um olhar mais amplo para as atividades de representação parlamentar nas comissões permanentes da Câmara dos Deputados, a estratégia inicial era a realização de uma etnografia da instituição. Foi quando a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito tomou conta da rotina de todo o Congresso Nacional. Com todas as atenções dos parlamentares voltadas à comissão temporária, caberia à antropóloga atentar-se ao evento crítico. A “CPI do Orçamento” levaria Carla Costa Teixeira a investigar a categoria “decoro parlamentar”, figura presente nos regimentos da Câmara e do Senado e atrelada a uma dimensão de valores e condutas relacionadas ao comportamento de deputados e senadores. Assim nasceria *A Honra da Política: Decoro Parlamentar e Cassação de Mandato no Congresso Nacional (1949-1994)* (Teixeira 1998).

O processo de cassação de mandato no Congresso Nacional ocorre por meio de inquérito que visa analisar condutas que foram denunciadas por serem incompatíveis com o decoro parlamentar. O rito é feito principalmente por e entre parlamentares. Entre a denúncia feita pela representação – o documento que acusa –, a investigação, apreciação do caso por parte do relator até a decisão do colegiado, que decide acatar ou não o parecer do relator, são vários os documentos produzidos e reuniões de comissão promovidas com o intuito de concretizar o julgamento público da representação. O decoro parlamentar é um dispositivo que visa resguardar as virtudes relativas à instituição e aos parlamentares, sendo esse conjunto de valores referentes às expectativas de comportamento dos detentores de mandato, logo, propõe margens e limites ideais às condutas dos políticos eleitos, referentes àqueles que comungam desse pertencimento político.

As cassações dos mandatos por meio das CPIs são analisadas na obra como eventos críticos, em rituais que se tornam oportunidades para a análise de valores sociais e práticas institucionais.

Por meio do exame minucioso de processos de cassação de mandato e com a operação do mecanismo do decoro parlamentar, Carla Costa Teixeira apresenta uma análise etnográfica da compreensão da *honra* na vida política. Na obra é possível compreender a construção histórica do decoro como ferramenta institucional, e principalmente entender que esse mecanismo social carrega em

si as marcas de sua operacionalização entre as noções de indivíduo e grupo, com marcas do seu contexto histórico e do fazer político daquele momento. O decoro não é um conjunto de valores com fim em si, mas corresponde a uma construção feita em um dado momento atrelado a uma ideia de política e honra, com sua singularidade histórica e um contexto. A proposta da autora se dá em analisar como essa incorporação da esfera política sobre as demais, público e privada, decorre em diferentes situações de quebra de decoro parlamentar, buscando entender os limites e possibilidades deste mecanismo (Teixeira 1998).

O manejo e a operacionalidade das noções de decoro e honra praticados na CPI, com vistas a processos de cassação de mandatos, serviriam como fio condutor para construção do trabalho, analisando a operação que por meio do decoro parlamentar incorporou à instituição a honra como critério distintivo da política, instituindo uma autonomia da política dos políticos perante às normas mais abrangentes. *A Honra da Política* foi a primeira publicação da coleção *Antropologia da Política*, do NuAP.

Parlamentares e participação no Orçamento Público da União.

Marcos Octávio Bezerra também fazia parte do NuAP. Oriundo do programa de pós-graduação do Museu Nacional (UFRJ), contou com a colaboração do PPGAS-UnB e de colegas da Universidade de Brasília para realizar a sua pesquisa. O interesse de *Em Nome das Bases: Política, favor e dependência pessoal* é voltado para a atuação dos parlamentares na liberação de recursos federais, principalmente por meio das emendas parlamentares e mediação entre agentes estaduais e municipais com o governo federal. Orientado pela perspectiva comungada no NuAP, não se preocupou com o “dever ser da política, mas com o modo como efetivamente ela é praticada”, privilegiando assim a política como ação (Bezerra 1999).

Os parlamentares no Congresso Nacional estão vinculados a uma teia de relações com um conjunto de outros atores políticos, deputados estaduais, prefeitos, secretários municipais e agentes da Sociedade Civil em geral, que, a depender dos contextos envolvidos, podem fazer parte de sua *base*, a sua rede

de apoio político. Para este conjunto, os parlamentares são as pontes, os mediadores, o meio capaz de influenciar a destinação de recursos federais. A depender das características dessas relações, o agregado de obrigações pode tornar esse papel de intermediação um *dever parlamentar*. A *luta* pela participação no Orçamento da União é uma das vertentes pela qual é possível notar a presença do país no cotidiano do Congresso Nacional, sendo notável as *caravanas* de enviados dos municípios, estados e órgãos públicos em busca de influenciar o direcionamento de rubricas do orçamento público. Um exemplo marcante desse fluxo é a *Marcha dos Prefeitos*, que ocorre anualmente, lotando a rede hoteleira de Brasília e aumentando consideravelmente o fluxo nos corredores do Congresso Nacional.

O Poder Legislativo vem ampliando significativamente sua influência sobre o orçamento público. Entre 2014 e 2024, ocorreu uma ampliação significativa do volume de emendas parlamentares no orçamento federal, saindo de R\$ 6,14 bilhões em valores empenhados em 2014 para um montante autorizado de R\$ 44,67 bilhões no ano de 2024, com o ano de 2025 chegando a quase 50 bilhões, o que representa cerca de um quarto do Orçamento da União. Com a crescente centralidade que a discussão na esfera pública vem tendo acerca da influência do parlamento sobre o Orçamento da União nos últimos anos – e a transparência dessa relação –, torna o trabalho de Marcos Octávio Bezerra ainda mais imprescindível para entender essa relação e o protagonismo dos parlamentares no desenho das contas públicas, um subsídio incontornável para essa discussão, tendo em vista a sua rica descrição e análise das “concepções, práticas e relações sociais estabelecidas por parlamentares em função dessa convicção a respeito de suas atribuições concernentes aos estados e regiões pelos quais são eleitos (...)” (Bezerra 1999).

Assim como Carla Costa Teixeira, Marcos Otávio Bezerra tem o cuidado de tomar as condutas dos deputados e senadores como práticas histórico-politicamente situadas, em constante alteração, não reféns de modelos ou concepções anteriores. Sem deixar de lado o dilema público colocado à atribuição ao trabalho dos políticos eleitos para o Congresso Nacional, que ocorre em relação à orientação do trabalho parlamentar eleito para a esfera federal, entre a participação de ações voltadas ao nacional e a defesa de

interesses regionais. No entanto, essa suposta incongruência acaba por dar lugar a um sistema complexo de relações que articula interações mútuas entre poderes locais e nacionais, que inclui a coexistência de atores privados (vide escritórios de lóbi), e que, na prática, não são contraditórios, mas sim a base para o seu funcionamento. Embora o Congresso tenha sua vinculação à esfera federal, o atendimento às demandas regionais é parte constitutiva do dever que parlamentares carregam de representação (Bezerra 1999). O apontamento da centralidade dessas relações de obrigação não ignora a existência de uma heterogeneidade em relação tanto à atuação dos deputados e senadores quanto em suas diferentes perspectivas sobre esses processos.

Quando abandonada uma perspectiva de avaliação valorativa, mais do que um sistema clientelista de prestação de favores e manutenção de poder, o estudo de Bezerra nos aponta para uma importância prática da atuação dos parlamentares na relação que os agentes dos municípios e estados mantêm com o governo federal, constituindo-se como relações que “possuem um lugar constitutivo no ordenamento das relações políticas” e para o funcionamento do Estado, acumulando-se também como uma espécie de dever ético parlamentar de *lutar* pelos seus eleitores.

A troca no Congresso Nacional.

Em *O Labirinto de Minotauro: Troca, Política e Linguagem*, Luiz Eduardo Abreu, utilizando-se um modelo de linguagem wittgensteiniano, realiza uma etnografia das relações políticas no Congresso Nacional, situando-o como um grande sistema de trocas, onde a palavra é o elemento central e o foco da investigação está em seu uso em contextos concretos. Esta prática das palavras está ligada às regras, sendo a principal delas a percepção da política como um conjunto de relações de troca.

Luiz Eduardo Abreu atualiza a radiografia feita por *Caminhos da Casa*, retocando trajetos, corredores, Salão Verde, incrementando densidade à descrição da atmosfera do Congresso Nacional, pouco conhecida do grande público. Em suas descrições revemos alguns tipos de personagens, como funcionários e

seguranças, assim como são incorporados outros atores importantes à cena do parlamento, com destaque para a imprensa e os jornalistas, suas relações com o universo político, e lembrando que esses são também agentes das palavras, que “rapidamente tomam fôlego e correm o mundo”. Essas notícias e colunas sociais também são política, fazem parte de um sistema maior e podem servir a diferentes usos e propósitos (Abreu 1999).

O autor se interessa pelas teias de significado que percorrem a política institucional, suas consequências e desdobramentos. Uma atenção é dada à economia do significado relacionada ao Regimento Interno, com o relato etnográfico demonstrando que o monopólio da interpretação está relacionado às hierarquias da Casa, relegando aos consultores, por exemplo, o papel de teóricos do regimento, enquanto à Secretaria Geral está destinada a capacidade de fazer valer uma interpretação do texto (Abreu 1999). A política do significado não seria refém de uma estrutura institucional, mas sim resultado de sua relação com as instituições e atores que a atualizam em suas práticas, suas trocas, conforme a sequência de desafios práticos e respostas dadas a estes.

Essa economia do significado estaria muito visível na operação do Regimento Interno, onde as regras do jogo estão definidas, com delimitações de poderes e papéis, das possibilidades de movimento das peças e limitações de tempo das jogadas e partidas. É importante destacar que, no Brasil – e na Câmara não seria diferente – as regras e leis não são acionadas e implementadas conforme seu significado literal (Cardoso De Oliveira e Kant De Lima 2023). A flexibilidade de seu entendimento e de sua operacionalidade pode ser alterada conforme o cenário geral e o status dos sujeitos envolvidos. De toda forma, é pelo regimento – e com ele – que muitas batalhas são travadas, sendo o domínio desse regimento um diferencial para o desempenho dos envolvidos. Sobre o assunto, Luiz Eduardo Abreu nos alerta que, diferente do

(...)xadrez onde as regras não sofrem alteração durante a partida, para se alcançar um objetivo político, há situações onde a regra regimental não deve ser aplicada, compreendida ou aceita. (Abreu 1999)

Logo, os procedimentos são atualizados pela prática, pelas respostas dadas às questões de ordem e pela sedimentação do entendimento... até que outra mudança de correlações de forças implique na mudança do significado da regra e do protocolo.

(...) é preciso considerar o dado central que surgiu em nossa etnografia, o fato de que essas quantidades institucionais vão ser objeto de trocas. Dado o regimento na sua atual forma, daí não se segue necessariamente as relações de troca; inversamente, o regimento poderia ter várias formas (e, de fato, está em constante modificação) e, mesmo assim, essas ou outras quantidades institucionais, que, porventura, fossem criadas, continuariam a ser objeto de um sistema de trocas. (Abreu 1999)

Em sua obra, Luiz Eduardo Abreu (1999) explora diferentes aspectos políticos do labirinto que é o Congresso Nacional, distinguindo que a diversidade investigada não é detentora de algum traço, semelhança, que una todos os elementos – senão o fato de todas elas serem assim consideradas políticas – mas que elas se uniram em seu relato etnográfico por estarem nesse universo em relação umas com as outras. *Labirinto do Minotauro* ressalta uma impressão que tenho de minhas vivências no Congresso Nacional. Dentro da grande diversidade de atores que vivenciam as atividades parlamentares, à maioria deles é negado o total domínio das relações de efeito e causa dos acontecimentos que vivenciam na Casa, ao final e durante os processos sempre são atribuídas diferentes explicações a muito dos acontecimentos, mas para a maioria dos que participam é como se existissem muitos pontos cegos, nunca sendo possível ver com clareza todos os elementos de poder em jogo nos embates travados no parlamento e os atores mais decisivos para os desfechos. Quando, ao final da leitura, somos encaminhados ao primeiro capítulo com o lembrete de que, ao chegar ao suposto destino final, nos descobriremos em outro labirinto, essa surpresa me parece representar muito do que é a experiência no Congresso Nacional. Ao menos para a maioria dos reles mortais, quiçá, é reservada alguma onisciência às principais peças do tabuleiro.

O Brasil debatido no Congresso Nacional. (Ou) A dupla identidade da pesquisadora.

A autora de *A pobreza no paraíso tropical: interpretações e discursos sobre o Brasil* (Sprandel 2004) recebeu um convite/conselho de sua orientadora: aproveitar a sua inserção profissional para estudar o próprio local de trabalho. Maia Sprandel é assessora técnica no Senado Federal há mais de 25 anos. Por trabalhar em uma liderança partidária da Casa, sua atividade profissional a coloca numa diferente posição como pesquisadora, que garantiu algumas portas abertas e alguns acessos aos bastidores, só possíveis para alguém com esse tipo de entrada. Além dos acessos, a sua experiência na articulação com a sociedade civil, convivência com os colegas e análise de projetos, conferiu-lhe habilidade e familiaridade para lidar com matérias legislativas e compreender seus processos de tramitação, além de garantir-lhe leitura política dessas movimentações e contextos⁹.

A Pobreza no Paraíso Tropical é resultado de sua tese de doutorado defendida em 2001. A obra tomou como base uma investigação sobre as representações que a pobreza no Brasil recebeu por estudiosos, organismos internacionais e no Congresso Nacional. Neste último, o fio da meada foi tomado a partir da observação dos trabalhos da Comissão Mista de Combate à Pobreza. Maia Sprandel analisa a pobreza como um problema, uma questão, tema central de reflexão, realizando uma análise histórica de como, ao longo do tempo, importantes autores do pensamento social brasileiro, assim como organismos internacionais, refletiram sobre a questão. Em diálogo com essa investigação, a autora analisa como o conceito de pobreza foi articulado, negado, disputado e operado na Comissão Mista de Combate à Pobreza. Maia Sprandel esmiúça e

9 Em artigo que discorre sobre representação da antropologia no Congresso Nacional e o crescente espaço técnico e político ocupado pela antropologia no processo legislativo, Maia Sprandel faz um relato e reflexão acerca de sua experiência no parlamento (Ver SPRANDEL, 2021).

analisa como esses discursos repercutiram nas falas de políticos no Congresso Nacional, ou em outra perspectiva, como os parlamentares refletiram esse debate mais abrangente que historicamente vem sendo realizado em segmentos da sociedade e pelo pensamento social brasileiro.

Como apontados pelos trabalhos de Marc Abélès (Abélès 2000) e Maria Cecília Solheid da Costa (Costa 1980), o parlamento tem como característica a participação em debates mais amplos, nele revelando embates mais abrangentes para a sociedade. Na investigação de Maia Sprandel, a abrangência pode ser aferida pela relação com a profundidade histórica do debate, já que após perpassar pela discussão e seu longo histórico, é possível ver suas reverberações e marcas nos debates da Comissão, o que reforça esse caráter intrínseco ao poder legislativo. A comissão temporária acaba por resultar numa sobreposição das perspectivas sobre a pobreza advinda de organismo internacionais, colocando a pobreza menos como um problema político, uma questão nacional, mas afastando-a de seu contexto e fatores históricos, a restringindo a uma apresentação de números e indicadores, “uma noção de pobreza tecnificada e globalizada, sem passado e sem contextualização” (Sprandel 2004).

A análise da operação dos discursos nas reuniões de uma comissão aponta como um debate pode refletir, situar e informar sobre os posicionamentos de grupos envolvidos e representados, porque não existem ideias descontextualizadas ou, como colocado pela autora, não existe discurso “fora de sua enunciação” (Sprandel 2004). No caso analisado por Maia Sprandel, ela localiza o debate tanto a partir de sua relação com discursos produzidos historicamente, como com os atores políticos envolvidos e o projeto de nação que estava em discussão.

Essas quatro obras apresentam diferentes possibilidades de abordagem para a investigação do Congresso Nacional. Cada uma, à sua maneira, enfatiza seus recortes empíricos, investigando as categorias nativas e as operações de diferentes mecanismos sociais. O parlamento se revela um espaço fértil para investigações sociais, seja em perspectivas voltadas para o seu funcionamento interno — como nas obras de Luiz Eduardo Abreu e Carla Costa Teixeira —, seja em análises que o situem como uma instituição relacionada a discussões mais

amplas, como na obra de Maia Sprandel. A contribuição de Marcos Octávio Bezerra, cuja obra aborda um mecanismo crucial tanto para o funcionamento da Casa quanto para a operação do orçamento federal da União, tema que também desperta o interesse constante das esferas estaduais e municipais, se remete tanto aos aspectos internos como aos externos à instituição.

Na década de 2010, surgiram outras teses e dissertações de Antropologia no Brasil voltadas para o universo do parlamento. Sobre elas, passo de maneira mais sintética:

- *Cenas da Política: Uma Etnografia do Plenário do Senado Federal*, de Michel Alcoforado, dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (Alcoforado 2010). Este trabalho se dedica a etnografar a dinâmica da vida política no Senado Federal, para isso, a pesquisa foca na aplicação do Regimento Interno e nas relações entre parlamentares, “as regras de etiqueta que permeiam as relações de troca no Plenário e as consequências que elas possuem no cotidiano da Casa” (Alcoforado 2010);
- *"A casa dos ímpios se desfará, mas a tenda dos retos florescerá": a participação da Frente Parlamentar Evangélica no legislativo brasileiro*, de Tatiane dos Santos Duarte, dissertação de mestrado defendida em 2011 no PPGAS-UnB (Duarte 2011). O trabalho articula política e religião, tomando como ponto de partida a atuação da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional. O trabalho vale ser lido por tratar de uma temática política que, na última década, ganhou ainda mais relevância para compreender a configuração política do Brasil atual. A autora analisa a bancada evangélica em um momento prévio à grande polarização política vivida no país, principalmente, pós-2014. Assim como os trabalhos de Marina Lacerda (Lacerda 2018) e Camila Rocha (Rocha 2018), publicados pouco antes de Jair Bolsonaro chegar ao poder e que nos deram a possibilidade de analisar um movimento político antes da mudança da conjuntura e com isso possibilitar análises comparativas, a dissertação de Tatiane Duarte nos apresenta uma organizada atuação da FPE pouco antes da onda de pânico moral, que seria protagonizado pela

onda de boatos do *Kit Gay*¹⁰. O trabalho etnografa como fé e política foram organizadas e amalgamadas politicamente por um grupo de parlamentares enquanto levantam uma agenda política para o país;

- *O monstro contemporâneo: a construção social da pedofilia em múltiplos planos*, de Laura Lowenkron, tese de doutorado defendida em 2012 no PPGAS do Museu Nacional – UFRJ (Lowenkron 2012). Esta obra também está relacionada a um projeto de pânico moral, dessa vez relacionado à violência sexual contra crianças. Numa obra com articulação em diferentes planos, assim como *A Pobreza no Paraíso Tropical*, a autora articula como o tema da pedofilia é construído como um “problema social” e o pedófilo como um “monstro contemporâneo”, num processo de produção de significado e de sensibilidades. A investigação se dá nos rastros de uma “cruzada antipedofilia”, analisando-a como acontecimento político, por meio de uma Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia; e com caso de polícia, por meio de inquérito e operações da Polícia Federal, unindo polícia e política, para com isso analisar as estratégias e mecanismos da cruzada antipedofilia;
- *Homenagens do Legislativo: uma etnografia dos processos simbólicos do estado*, de Danilo Pinto, tese de doutorado defendida em 2013 no PPGAS da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). As honrarias sempre são tidas pelo senso comum como supérfluas e desimportantes. No entanto, na contramão, Danilo Pinto, ao ressaltar o espaço dado às homenagens, moções e títulos na agenda parlamentar, pergunta em sua tese: se são tão esvaziadas de valor, por que os parlamentares se dedicam tanto a elas? Compreendendo essas ações como transformações (numa perspectiva *latouriana*) de reconhecimentos particulares em reconhecimento público – por meio das homenagens,

10 O *Kit Gay* foi um artefato político e instrumento de acusação utilizado na arena política brasileira contemporânea que resultou em produção de um pânico moral. O instrumento foi voltado contra candidaturas de esquerda, feministas e LGBTQIA+ e em favor de candidaturas conservadoras, gerando uma marcante rede de boatos que o governo federal estaria implementando obras literárias que incentivavam crianças e adolescentes a se tornarem transexuais, quando, na verdade, o material tratava de combate à homofobia em escolas de ensino médio. A orquestração desse ataque político pode ser conferida no artigo de Bárbara Trotti e Laura Lowenkron (Trotti and Laura Lowenkron 2023).

moções e títulos – a obra percorre o seu caminho analítico, numa “tentativa de dessecencializar o estado, temporalizando todos os atos oficiais, mostrando sua provisoriedade e contingencialidade” (Pinto 2013). A pesquisa é resultado de trabalho de campo em três instituições legislativas: Câmara Municipal de São Paulo, Câmara Municipal do Rio de Janeiro e Câmara Legislativa do Distrito Federal;

- *Etnografando repertórios políticos no Congresso Nacional*, de Lígia da França Carvalho Fonseca, dissertação de mestrado defendida em 2015 no PPGAS da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) (Fonseca 2015). Com o intuito de investigar a organização discursiva, *repertórios políticos*, a pesquisa toma o funcionamento da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados como local privilegiado para analisar as falas dos parlamentares, que reverberavam suas concepções sobre conflitos envolvendo populações indígenas, terras indígenas, agronegócio e antropologia. A etnografia acaba por investigar tanto como as falas são organizadas, quanto como elas representam dinâmicas internas e sociais representadas por uma elite política, que vão se desvelando ao longo da interação e ordenamento dos trabalhos da comissão;
- *Fazer mulher, fazer lei: uma etnografia da produção de leis no Congresso Nacional Brasileiro*, de Bruna Potechí, tese de doutorado defendida em 2018 no PPGAS-UFSCAR (Potechí 2018). O trabalho persegue analiticamente o Projeto de Lei n.º 1399, de 2003, que propõe o Estatuto da Mulher, tomando o parlamento pelo viés da fabricação de leis. O foco: a construção da noção de *mulher* no legislativo. A pesquisa então se debruça em projetos de lei, pareceres, votos, relatórios e discursos, construindo os rituais e passos burocráticos de uma tramitação na Câmara dos Deputados para descrever como a categoria *mulher* foi produzida como lei;
- *O “agir temerário, fraudulento e tirânico”: a antropologia e os antropólogos segundo a CPI da Funai e do Incra (2015-2017)*, de Julia Dalla Costa, dissertação de mestrado defendida em 2019 no PPGAS-UnB. Em meio a uma ofensiva orquestrada por essa Comissão Parlamentar de Inquérito, a antropologia como campo de produção de conhecimento, o trabalho dos

antropólogos e os laudos antropológicos eram atacados. A autora da obra tinha então uma identidade duplamente interessada em relação a sua pesquisa, além de integrante do Laboratório de Etnografia das Instituições e Práticas de Poder (LEIPP-UnB), Julia Dalla Costa é servidora de carreira do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, um dos alvos da comissão protagonizada por parlamentares vinculados à Frente Parlamentar da Agricultura – FPA. Julia Dalla Costa, principalmente por meio de documentos, etnografa como a CPI da Funai e do Incra retratou a antropologia e os antropólogos, compreendendo como o trabalho de colegiado se manifesta como uma “expressão e materialização de interesses de um grupo da elite política nacional, a bancada ruralista, acerca das políticas públicas de redistribuição de terras” (Dalla Costa 2019), e esmiúça como se deu a operação política por meio dos trabalhos da comissão e em meio ao embate entre a Bancada Ruralista e sua oposição, aliados dos antropólogos, servidores da FUNAI e INCRA, movimento indígena e movimento quilombola.

Esse conjunto de trabalhos reforça como investidas antropológicas no parlamento oferecem possibilidades multifocais de investigações e abrange uma grande diversidade de temas. O Congresso Nacional, ao mesmo tempo que é um universo empírico em si, com seus processos e lógicas internas, também reflete e está refletido em dinâmicas políticas mais abrangentes, sendo um espaço profícuo para investigação de problemas nacionais, processos sociais e práticas de poder. Se a provocação inicial de apresentar essas produções brasileiras veio como uma tentativa de complementar o levantamento feito pela professora Emma Crewe, essa compilação de estudos acaba por reforçar uma percepção de uma antropologia brasileira interessada em seu funcionamento como estado e democracia, *at home*, a partir de um olhar não movido por algum pré-julgamento, valor ou dívida em relação a um ideal de Estado Democrático, mas sim como um exercício de compreender-nos como atores e instituições construídas ao longo de nosso histórico como nação.

CAPÍTULO DA FORMAÇÃO DE UM GRUPO

A Formação de um Grupo

ou

Identificando um grupo parlamentar

Apresentação do capítulo

Esse bloco é dedicado ao primeiro desafio da pesquisa: a delimitação do grupo a ser estudado: a bancada bolsonarista na Câmara dos Deputados. Num primeiro momento, faço uma costura entre obras que se dedicam ao estudo de bancadas informais com estudos clássicos de antropólogos que se debruçaram sobre o desafio de investigar redes e formações de grupos nas Ciências Sociais. O começo do capítulo prepara o terreno para a apresentação do contexto empírico geral da pesquisa e as suas primeiras coletas etnográficas, para a partir desse caminho, delimitar o conjunto de atores que protagonizam esse estudo: os deputados bolsonaristas.

O que apresento a seguir servirá de base para os próximos dois capítulos, quando apresentarei desdobramentos da atuação desse grupo no parlamento brasileiro. Duas especificidades são ressaltadas nesse trecho, a maleabilidade das coalizões no Congresso Nacional, em especial das bancadas informais e suprapartidárias; e a institucionalidade da Câmara dos Deputados, instituição do estado brasileiro forjada para receber disputas políticas, logo, toda a alteridade envolvida nos embates ideológicos, acabando por se tornar uma máquina de produção de controvérsias.

DESAFIOS AO INVESTIGAR ARRANJOS POLÍTICOS E GRUPOS PARLAMENTARES

A principal filiação de um parlamentar é o seu partido, é por fazer parte de uma sigla partidária que se dá boa parte do processo eleitoral e o seu vínculo com a Câmara dos Deputados. Podemos dizer que o primeiro conjunto ao qual o parlamentar é situado é a sua agremiação, sendo as características dessa bancada – tamanho e posição perante o governo – importantes para o conjunto de trocas e apoios que o Congresso Nacional representa em seu funcionamento. Mas a figura parlamentar, para além do partido, é múltipla, representando sempre um conjunto de outras variáveis, logo, representando também outros vínculos que coexistem à sua filiação partidária.

Com o grande número de partidos com representantes no parlamento brasileiro, tornou-se complexa a construção de consensos na operação do presidencialismo de coalização. Essa presença múltipla e diversa pode ser vista como um terreno muito fértil para a atuação de grupos suprapartidários (S. M. V. G. de Araújo, Testa, e Silva 2014) que com a dificuldade da obtenção de maiorias unicamente pela aliança de partidos, deixa espaço para costuras operadas por outras coalizões. Com isso, grupos de parlamentares são formados em torno de áreas temáticas, de interesses de grupos econômicos a interesses ideológicos, se é que é possível fazer essa distinção.

Essas organizações internas que atuam no Congresso, que sempre estão vinculadas às dinâmicas de interesses externas e mais abrangentes, demonstram o dinamismo desse espaço político, que se apresenta às indagações interpretativas como um desafio de compreendê-lo por conta de sua grande complexidade e dinamismo. Quando essas coalizões de parlamentares são identificadas, assim como as partidárias, são comumente chamadas de bancadas.

A existência das bancadas temáticas suprapartidárias no Congresso Nacional é um fenômeno pouco investigado nas Ciências Sociais brasileiras. A Bancada

Evangélica, a Bancada da Bala e a Bancada Ruralista são as mais famosas e foram objeto de investigações em dissertações e teses de mestrado¹¹. Nesses estudos, foi recorrente uma confusa ambiguidade na operação de duas tipificações de agrupamentos distintos que operam nos Poder Legislativo: as frentes parlamentares e as bancadas temáticas suprapartidárias (ou bancadas informais). Diferenças importantes desses dois tipos podem ser apontadas: as frentes parlamentares são registradas e possuem um processo burocrático específico para seu reconhecimento¹², já as bancadas temáticas funcionam sem nenhum registro formal e comumente se referem a grupos de parlamentares que atuam conjuntamente, enquanto as frentes são oficialmente contabilizadas pelas assinaturas recolhidas para a sua criação e registro. Vale frisar que, embora esses grupos atuem juntos, o grau de mobilização varia de acordo com as circunstâncias e que, dentro desse conjunto associado, as peculiaridades oriundas de seus membros implicam em heterogeneidade para a composição interna do grupo. A Ciência Política, acostumada a trabalhar com informações produzidas pelas instituições ou com a realização de *surveys*, detecta uma “ausência de dados públicos e de amplo acesso” como um obstáculo ao estudo das bancadas temáticas (S. M. V. G. de Araújo, Testa, e Silva 2014). O caráter dinâmico e informal desses conjuntos implica em um objeto de estudo menos rígido ou institucionalizado do que, por exemplo, o partido político, um importante e tradicional interesse investigativo da Ciência Política. Em resposta à essa dificuldade, a etnografia pode ser uma abordagem com a maleabilidade e precisão propícias para a produção de informações sobre esses tipos de coletivos. Como esses agrupamentos emergem e atuam em processos políticos? Como eles operam? Suas dinâmicas e configurações em constantes transformações – seja por conta de suas dinâmicas internas, seja pela relação com outros grupos, atores e instituições que estes agregados vivenciam – são

¹¹ Conferir em (Duarte 2011; Santana 2016; Faganello 2015; E. R. dos Santos 2018; Lacerda 2018)

¹² O Ato da Mesa da Câmara dos Deputados Nº 69 de 10/11/2015 criou o registro das Frentes Parlamentares na Câmara dos Deputados, definindo-as como " associação suprapartidária de pelo menos **um terço de membros do Poder Legislativo Federal**, destinada a promover o aprimoramento da legislação federal sobre determinado setor da sociedade.”(grifo meu). A institucionalização das frentes possibilita o requerimento da utilização de espaço físico da Câmara dos Deputados e garante que suas atividades sejam “amplamente divulgadas pela TV Câmara, Rádio Câmara, Jornal da Câmara e na página da Câmara dos Deputados.

questões ao alcance do método etnográfico, possíveis de serem investigadas a partir da realização de pesquisas de campo, que levem a sério os atores envolvidos, suas questões sobre o mundo onde operam e os desafios vividos, para se possível, analisá-los sob luz da teoria antropológica.

A proposta de levar a sério os atores de um universo de pesquisa passa por uma ideia que a Antropologia, ao contrário de algumas áreas correlatas, apresenta-se como uma possibilidade de realizar um estudo que radicalmente leve em consideração as questões, visões de mundo e práticas que habitam esses espaços, sendo uma oportunidade de não apenas desenvolver proposições interpretativas advindas de nosso campo de conhecimento, externas ao universo estudado, mas ser uma possibilidade de realização de uma investigação e análise teórica e criativa a partir da vida ordinária.

“Anthropologists, to the contrary, do their philosophizing in the world. They study – above all through a deep involvement in observation, conversation and participatory practice – with the people among whom they choose to work. The choice depends on particularities of experience and interest, but in principle, they could be any people, anywhere. Anthropology, in my definition, is philosophy with the people in.”¹³(Ingold 2018)

Levar a sério as questões e visões de mundo que operam em um universo não significa atender aos seus ímpetos, mas sim, buscar compreender esses pensamentos, práticas, alianças e produções a partir de elementos que se fizeram importantes para o meio e fizeram os atores se movimentarem. Ter essa atenção enriquece a imaginação antropológica a partir das experiências e dos pensamentos cotidianos. No caso de estudos envolvendo parlamentos,

¹³ Tradução minha: "Os antropólogos, ao contrário, fazem sua filosofia no mundo. Eles estudam – sobretudo por meio de um envolvimento profundo com a observação, a conversa e a prática participativa – junto às pessoas entre as quais escolhem trabalhar. A escolha depende das particularidades da experiência e do interesse, mas, em princípio, pode ser com qualquer povo, em qualquer lugar. Antropologia, na minha definição, é filosofia com as pessoas."

interesses, conexões, pensamentos e práticas das mais diversas se entrelaçam e disputam espaços, ampliando exponencialmente nossas possibilidades de abordagens da investigação.

Outro aspecto que se coloca como um obstáculo na abordagem desses fenômenos de organização parlamentar, tanto das frentes como das bancadas suprapartidárias, é que, por vezes, as perguntas e as análises da Ciência Política estão submetidas a uma verificação de algum tipo de efetividade – taxa de sucesso e dominância¹⁴ – das ações desses arranjos perante o conjunto decisório do Congresso Nacional. Essa confusão, atrelada à busca por generalizações, modelos de previsibilidade que abordem o parlamento como um grande jogo e uma postura normativa perante os modelos políticos analisados – o que a democracia deve ser –, parece aumentar a distância entre a preocupação da investigação e os dilemas vividos e enfrentados pelos atores em seu contexto político. Essas amarras ao processo analítico se tornam obstáculos ao entendimento da vivência dos parlamentares diante de seus desafios, que se apresentam em suas experiências como problemas práticos e sempre contextualizados e “*nunca como um problema universal que importa para todos*” (Stangers 2013) (TRADUÇÃO MINHA¹⁵).

Mantendo-se nessa premissa, parece fazer sentido, antes – ou além – de buscar a compreensão da eficácia de estratégias e das organizações, atentar-se a provocação que Suely Araújo faz em seu artigo, no qual propõe uma nova agenda de pesquisa no parlamento brasileiro: “*se as frentes e bancadas parlamentares temáticas têm pouca importância, como parece indicar a pouca atenção dada a elas nos estudos legislativos, por que os parlamentares insistem em organizá-las?*” (ARAÚJO e SILVA 2016; 2015).

¹⁴ Esse tipo de terminologia, taxa de sucesso e dominância é possível, é comumente encontrada em trabalhos sobre coalização política, aferindo a capacidade de sucesso em votações no parlamento brasileiro (Abranches 1988; Pinheiro, Falconi, e Vieira 2024)

¹⁵ “(...) As a result a problem is always a practical problem, never a universal problem mattering for everybody. Problems of the ecology of practices are also practical problems in this strong sense, that is problems for practitioners.”.

REDES, AGRUPAMENTOS E ASSOCIAÇÕES

Colaborações da história da antropologia ao estudo de bancadas temáticas

O partido é uma associação marcante e incontornável na vida do parlamentar, um deputado na Câmara dos Deputados precisa de uma filiação para participar do pleito e dela precisa para se manter vinculado ao mandato. Ao contrário do previsto no Senado Federal e em eleições para o Poder Executivo, onde o cargo eletivo é da pessoa, na cúpula maior o mandato é do partido¹⁶. A participação das legendas na ocupação das 513 cadeiras da Casa é um dos primeiros prognósticos que podem ser aferidos numa aproximação ao funcionamento do parlamento. No entanto, embora os vencedores do pleito estejam inseridos em agremiações, como colocado anteriormente, eles estão vinculados a outros complexos emaranhados de relações e interesses, que tendem a se transformar ao longo do tempo, seja por meio de laço ou aproximação com algum grupo de interesse, categoria profissional, surgimento de uma nova lei ou articulação com novos colegas da legislatura. Toda essa ênfase, com o risco de ser redundante, faço para destacar que a figura do parlamentar tem relações e obrigações que se sobrepõem à sua filiação partidária.

Essa observação destaca a importância de examinar as relações e associações dos deputados para além da filiação partidária. Quando nos voltamos para o desenvolvimento da Antropologia Social, em busca de lições que podem nos nortear diante de um problema contemporâneo, é possível tomar como inspiração um deslocamento análogo realizado pelas pesquisas antropológicas na primeira metade do século XX. No momento em que antropólogos e antropólogas passaram a se deparar com investigações de sociedades com maior porte e onde a complexidade organizacional eram notáveis – uma

¹⁶ Segundo o artigo 22-A da Lei 9096/1995, conhecida como a Lei dos Partidos, “Perderá o mandato o detentor de cargo eletivo que se desfiliou, sem justa causa, do partido pelo qual foi eleito.”. Embora a legislação brasileira fortaleça o vínculo do partido com mandato, existe um grande número de mudanças de deputados, seja recorrendo ao Superior Tribunal Eleitoral, seja utilizando da janela de trocas partidárias de transferência. O trabalho Estado Por Dentro, liderado por Daniel Lopes, ao realizar uma etnografia no parlamento português (LOPES et al., 2017), apresenta a força dos partidos portugueses perante os mandatos, esta investigação é um interessante comparativo para o caso brasileiro.

novidade para esse campo de conhecimento em um momento pós-Segunda Guerra Mundial – caberia então o desafio de observar para além dos agregados clássicos, como clãs e unidades de parentesco, enfrentar analiticamente a heterogeneidade das diferentes relações estabelecidas pelos sujeitos e os diversos vínculos com “*grupos não permanentes*”, se debruçar sobre casos “*excepcionais*”, realizando um “*estudo microscópico e detalhado de interstícios sociais e relações interpessoais*” (Feldman-Bianco 1987). Ao transpor o método antropológico das sociedades ditas mais simples para as mais complexas, cuja transformação social passara a ser um problema analítico, foi importante destacar os espaços intersticiais, “*as relações interpessoais, as interações e as comunicações cotidianas através das quais instituições, associações e maquinarias legais operam*” (Nadel 1987).

Num exercício imaginativo paralelo, investigar a dinâmica do Congresso Nacional desafia o entendimento desse conjunto de associações, em constante atualização e transformação, ao mesmo tempo que coexiste com delimitações mais institucionalizadas. Aos bons analistas da política, sejam eles observadores ou operadores políticos, ater-se às filiações não é suficiente, é importante estar sempre a par dos acontecimentos, dos últimos rastros deixados pelos atores e das mudanças das relações de forças e personagens na cena política da Casa.

O desafio de compreender a organização das sociedades para além das instituições mais formais; de compreender o desdobrar dos acontecimentos para além do equilíbrio, e de incluir a instabilidade como marca do cotidiano das instituições, coisas e pessoas, fez necessário ajustes para pensar esses universos investigativos em pleno funcionamento e ação. Nesse esforço imaginativo de novas possibilidades etnográficas, surgiram categorias analíticas, entre elas, o conceito de redes e agrupamentos não permanentes, “*elaborados tendo em vista uma preocupação em explicitar os princípios estruturais organizando a ação de ‘não-grupos’ e de organizações invisíveis e informais em contextos considerados ‘complexos’*” (Feldman-Bianco 1987). Assim, uma série

de antropólogos passou a pensar essas alianças temporárias e em constante transmutação¹⁷.

Algumas categorias, ideias e conceitos utilizados nesses contextos de investigação são valiosos ao presente estudo, como as noções de rede e de agrupamentos menos rígidos, como facções, conjuntos de ação e quase-grupos. Embora na obra de Radcliffe-Brown já existisse a noção de rede como sendo o resultado do conjunto de relações sociais dentro da estrutura social (Radcliffe-Brown 2013), é a partir dos debates entre autores como J. Clyde Mytchell, J.A. Barnes, Adrian C Mayer, Max Gluckman, Carl H. Landé e Eric R. Wolf que a noção de rede ganha relevância e é forjada como ferramenta analítica para pensar sociedades complexas, com destaque para situações que envolvam processos políticos e disputas por poder.

John Arundel Barnes, no célebre artigo “Redes sociais e processo político” (J.A. Barnes 1987), defende a ideia de rede como um estratégico instrumento analítico para investigar a “matéria-prima da política”, o que possibilitaria se ater aos pequenos processos e entender de que forma dilemas nacionais e institucionais se desdobram em relações cotidianas não explicitamente políticas. Como Barnes afirma, a noção de rede social deveria ser discutida e aperfeiçoada “tendo em vista a análise e descrição daqueles processos sociais que envolvem conexões que transpassam os limites de grupos e categorias.” (J.A. Barnes 1987). O conceito discutido segue a tradição de Radcliffe-Brown, que pensa a rede social como uma associação entre seres humanos¹⁸, tomando como pressuposto que toda pessoa impinge outra pessoa, formando tramas a perder de vista. Essas relações se refeririam a elementos do campo social, como a

¹⁷ Foram dois contextos investigativos que contribuíram flagrantemente ao desenvolvimento de estudos de redes e agrupamentos na antropologia pós Segunda Guerra Mundial, os estudos africanistas, que teve uma amostra traduzida na coletânea dirigida por Bela Feldman-Bianco (1987), e os estudos de relações de patronagem, que podem ser conferidos na clássica coletânea “Friends, Followers, and Factions: A Reader in Political Clientelism”(SCHMIDT et al., 1977).

¹⁸ J.A. Barnes dá seguimento ao conceito de Radcliffe-Brown, para o qual “na Antropologia, evidentemente, nos ocupamos somente dos seres humanos, e na Antropologia Social, tal como eu a defini, o que temos que investigar são as formas de associação que existe entre os seres humanos.” (Radcliffe-Brown 2013).

economia, a vizinhança ou o parentesco. Esse entremeado de conexões não se restringiria às unidades de organização social, possuindo uma existência com o potencial teoricamente ilimitado, não sendo circunscrito a algum grupo ou liderança.

Embora o desenvolvimento da discussão trouxesse novos elementos e tipologias para as formas como as redes se desenhavam, o mais importante é que ela trazia um repertório analítico inovador para pensar essas associações e agrupamentos em ação. Esses seriam denominados como conjuntos de ação (*action-set*), que designariam aquelas pessoas agregadas que fazem parte da rede mais ampla, mas não constituem formalmente um grupo específico, e, que agem, porém, de maneira conjunta. Esse tipo de mobilização seria representada, por exemplo, por facções e quase-grupos (Mayer 1987).

Esses conjuntos de ação, mesmo que representando associações e relações informais, são responsáveis por processos importantes dentro do funcionamento do sistema político mais amplo (Wolf 2001), não podendo perder de vista como esses agregados interagem com a estrutura formal ou o sistema político mais abrangente. Esse tipo de abordagem, que trouxe para a análise de processos políticos uma perspectiva mais dinâmica, fluida e instável, somado ao trabalho de campo, pode contribuir para a análise de articulações no Congresso Nacional, bem como do funcionamento de bancadas informais, de maneira a ampliar o entendimento do fazer política por parte das redes de parlamentares e como esse é vivido e praticado por diferentes atores.

Ampliando as associações, incorporando elementos à rede – uma colaboração da Teoria Ator-Rede (ANT)

O Congresso Nacional é um ambiente desafiante, com uma agenda intensa e uma pluralidade de atores. É costumeiramente um espaço enigmático. Aos que se aproximam, resta desvelar suas milhares de facetas, com um sentimento perene de que sempre falta uma camada a mais a ser revelada, de que existe um ponto cego não detectado, um segredo ou um novo elemento a ser anunciado. É comum compartilhar o sentimento de estar perdido numa reunião

de uma comissão ou numa votação no plenário; por vezes, os deputados perdem o fio da meada e resta-lhes a assistência de um assessor específico cujo domínio afeito das regras do regimento e do passo a passo de uma tramitação traga luz e oportunidades de ação nos momentos seguintes. Um detalhe do regimento esquecido, um elemento midiático que ganhe evidência na véspera da reunião, um escândalo do Planalto, o perigo é constante, sempre existindo a possibilidade de um novo componente ser acoplado à situação. O parlamento por vezes se torna um tabuleiro, ou campo minado, onde uma grande diversidade de possibilidades pode fazer diferença. É esse universo complexo que nos desafia ao entendimento do que nele agrega e se constitui como experiência parlamentar na prática. Como um novato – todos passaram por isso, seja um novo funcionário, parlamentar, assessor, jornalista ou antropólogo – faz-se necessário decodificar um mundo novo, construir conexões para compreendermos como a política acontece. Esse tipo de provocação, causada pelo estranhamento comum à investigação antropológica, pode nos trazer importantes alertas e cuidados na hora de construir um caminho de pesquisa.

Em “Reagregando o Social”, Bruno Latour ratifica que, das principais tarefas que o investigador social possui, o início se dá por seguir os atores para *“tentar entender suas inovações frequentemente bizarras, a fim de descobrir o que a existência coletiva se tornou em suas mãos, que métodos elaboraram para sua adequação, quais definições esclareceriam melhor as novas associações que eles se viriam forçados a estabelecer”* (Latour 2012) (grifo meu). O interesse pelas associações ocupa uma posição central na obra do autor, para o qual, esse é objeto primordial para a Sociologia das Associações – denominação forjada ao tipo de produção de conhecimento por ele defendido. Daí a importância de um esforço empírico, investigativo e analítico perante as relações e os agregados sociais. Esses conjuntos são formados pelos elementos que o investigador encontrará conectados no mundo. No caso do Congresso Nacional, entre o grande conjunto de elementos em jogo, para além das pessoas, vale evidenciar a forte presença dos artefatos não-humanos, tão importantes para a experiência prática no seio parlamentar.

Dentro da perspectiva da Teoria Ator-Rede (ANT, em inglês), a definição de *mediadores* merece uma atenção: seriam eles, quaisquer elementos, que, a

partir de uma associação “*transformam, traduzem, distorcem e modificam o significado ou os elementos que supostamente veiculam*” (Latour 2012); ou seja, são peças que impactam o conjunto associado. Diferente aqui da clássica figura do *broker*, um agente de mediação social presente em estudos clássicos da antropologia política, o termo mediador extrapola a conexão apenas entre humanos. Logo, dentro de um conjunto ator-rede, mediador é todo componente que faz diferença para esse grupo. Na contramão desse conceito, *intermediadores* seriam aqueles elementos presentes na rede, mas que não transformam, não fazem diferença. Esses estariam num segundo plano dentro dos interesses investigativos. Um elemento que ora é mediador, em outro momento ou a depender do conjunto agregado, pode se configurar como intermediário, de acordo com sua implicância nesse conjunto. Para o exercício de incluir na agenda etnográfica esses conjuntos associativos, uma das tarefas é identificar os elementos que fazem diferença para a existência desses conjuntos, no caso dos agrupamentos parlamentares, notícias, avatares de redes sociais, memes, documentos e outras peças podem se juntar a parlamentares e reverberar nesses universos sociais.

Essas associações ou agrupamentos se formam a todo momento, estão continuamente em processo, podendo contar tanto com humanos, como com não-humanos, nessas conjunções de elementos que fazem diferença para pensar a prática política. Trazer os objetos e outros produtos da ação humana para dentro da rede não significa dar-lhes intencionalidade ou capacidade de se fazerem predominantes, mas apontar que eles fazem diferença, é garantir-lhes alguma agência, assegurando uma merecida atenção para quem impacta na ação e “faz diferença no curso de outro agente” (Latour 2012).

A ANT não alega, sem base, que os objetos fazem coisas “no lugar dos atores humanos: diz apenas que nenhuma ciência social pode existir se a questão de o que e quem participa da ação não for logo de início plenamente explorada (...) O projeto da ANT cifra-se em ampliar a lista e modificar as formas e figuras dos participantes reunidos,

esboçando a maneira de fazê-los agir como um todo durável. (Latour 2012)

Ao contrário do estabelecido pelos herdeiros de Radcliffe-Brown, que consideravam a rede social como conexão pessoa-pessoa, a ANT acrescenta à ideia uma rede cuja conectividade deve considerar todos os elementos em interação na trama, vislumbrando coletivos heterogêneos de humanos e não-humanos que fazem diferença numa associação (Law e Singleton 2013; Latour 2012); ou seja, uma trama de mediadores heterogêneos capazes de impactar e transformar o conjunto associado. O tratamento dado à Teoria Ator-Rede se dá neste trabalho como uma “sensibilidade, um conjunto de interferências empíricas no mundo, um mundo prático ou um ofício” (Law e Singleton 2013) (tradução minha¹⁹), um procedimento de abordagem. Ao menos neste projeto, essa referência é colocada como uma inspiração para ampliar fronteiras, sem o desejo de suprimir colaborações anteriores.

Em entrevista dada a Jamile Pinheiro Dias, Renato Sztutman e Stelio Marras, Bruno Latour foi questionado sobre uma publicação de Tim Ingold, na qual, além de uma crítica, o escocês faz uma proposta de substituição de alguns de seus termos analíticos. Latour faz uma ponderação importante sobre a sua visão da Teoria Ator-Rede e sua flexibilidade.

A visualização do conceito de rede pode variar consideravelmente, mas as questões evidentes são a multiplicação de mediadores, as transformações e os deslocamentos. Antropologicamente e filosoficamente, o que importa é a quantidade de mediações que conseguimos captar no campo, em uma entrevista, em um filme etc. (Dias, Sztutman, e Marras 2014)

¹⁹ “We do this because in ANT theory is not reified, separate or abstract. It does not pre-exist, waiting to be applied. Instead it is created, recreated, explored and tinkered with in particular research practices. Perhaps, then, ANT is best understood as a sensibility, a set of empirical interferences in the world, a worldly practice or a craft. At any rate, our hope is that “talking” about it will help to make it lively.”

Acredito que essa abordagem proposta pela Teoria Ator-Rede potencializa o que está no espírito da proposta dos antropólogos precursores da utilização da noção de rede em investigações etnográficas, que buscavam mapear a matéria-prima da vida política local e, importante, em movimento, buscando compreender seu funcionamento processual, na prática. Com esse diálogo, possibilita-se evidenciar, nos conjuntos associados, uma complexidade sociotécnica que pode contribuir na investigação de um universo já tão marcado pela presença de documentos e que, agora, se depara com uma crescente interface com o universo das redes sociais. Essa expansão do conjunto de elementos que fazem diferença na ação social pode convergir para um interesse investigativo comum em ambas as perspectivas apresentadas.

A observação participante começou de maneira exploratória no início da 56ª legislatura, com monitoramento presencial de reuniões, sessões e eventos no Congresso Nacional. Com o delineamento do grupo de parlamentares que protagonizariam a pesquisa, a Bancada Bolsonaroista, a etnografia se intensificou e passou a considerar as agendas e os espaços que mobilizassem a atuação do grupo. As reuniões das comissões, eventos públicos e sessões do plenário ganharam destaque na pesquisa, como palcos das performances e embates políticos. Embora a observação seja mais abrangente, as questões da pesquisa se remetem também a um contexto mais amplo, opto aqui por analisar situações sociais (Gluckman 1987) onde articulo todo o aprendizado em campo para interpretar esses eventos. Assim como Max Gluckman, inspiração primeira dessa abordagem, que escolheu a dedo “eventos particulares” por ilustrarem de forma admirável o que buscava apresentar em seu ensaio (Idem, 1987:2), nessa tese também poderiam ter sido analisados outros eventos sociais essa escolha se deu a modo de favorecer a construção da narrativa, orientada à melhor compreensão, e da análise que estruturam a tese.

O período específico correspondente aos dois episódios desse capítulo foi anterior à interrupção da pesquisa presencial por conta da pandemia de Covid-19. O site da Câmara dos Deputados e as transmissões das reuniões e sessões da Câmara dos Deputados pela plataforma YouTube, antes recursos auxiliares

para revisar e reforçar o observado presencialmente, passaram a ter uma centralidade maior para a construção dos dados da pesquisa como um todo.

As duas situações abordadas nesse capítulo e suas controvérsias são utilizadas para situar o universo empírico da análise. Na primeira, organizo pistas e rastros a partir de uma representação submetida ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados para analisar a formação do grupo bolsonarista. É a partir, principalmente, das controvérsias que é possível notar sua formação. A segunda situação tem como cenário o embate acerca de um projeto de lei na Comissão de Direitos Humanos e Minorias. A partir dela, analiso diferenças entre as performances dos deputados bolsonaristas e o comportamento parlamentar predominante no Congresso Nacional. Finalizando o bloco, aponto alguns caminhos analíticos para os desdobramentos dessa investigação e conexões com os próximos capítulos.

O esforço de entender esse agrupamento é feito à luz da discussão acerca dos desafios empíricos e analíticos que o estudo de bancadas temáticas apresenta para investigações em diferentes parlamentos.

Atendendo a esse intuito, é importante trabalhar um conceito de rede que permita abordar essa complexidade, compreendendo-a como um conjunto de elementos heterogêneos que se mantêm associados por interações sociais em meio a eventos e circunstâncias (Strathern 1996). No caso desse coletivo de deputados bolsonaristas, é importante pensar os elementos que fazem diferença no seu fazer política específico, na atuação parlamentar e que impactam na Câmara dos Deputados. Entre os componentes em ação estariam: os servidores do Congresso Nacional; funcionários comissionados dos gabinetes, estruturas partidárias e lideranças dos partidos; ativistas e grupos mobilizados; *emoticons*, memes; Poder Executivo nas diferentes escalas municipal, estadual e federal; Poder Judiciário; regimentos da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional; agenda das comissões e do plenário; projetos de lei e requerimentos; imprensa – aqui, inicialmente, representada pelos profissionais, meios de comunicação e matérias veiculadas, entre outros potenciais *mediadores* – utilizando aqui novamente o termo de Bruno Latour (Latour 2012; Latour e Woolgar 1997) – que se fazem presentes no exercício parlamentar, e que, no

caso dos deputados bolsonaristas, podem assumir peculiaridades em relação a como esse conjunto de associações é realizada e se concretiza como prática coletiva.

Ao abordar essa rede e esses conjuntos de ação com o foco nas relações de poder, é fundamental entender como o poder se realiza, como ele acontece. Isso envolve entender como um conjunto consegue fazer com que suas ações prevaleçam perante ações antagônicas; ou ainda, na perspectiva da oposição, como um conjunto consegue resistir a ter suas ações sobrepostas. Dessa forma, é interessante estender os desdobramentos em rede, qualificar essas conexões e catalogar os elementos que se associam nessas ações.

A etnografia em que se baseia essa tese é trabalhada em torno das performances desse conjunto de parlamentares na Câmara dos Deputados na legislatura 2019-2023, com o foco na atuação pública em comissões e espaços institucionais da Câmara dos Deputados. Para o entendimento dessa presença, é também importante contar com outros produtos relacionados a esses acontecimentos e eventos, como documentos, publicações em redes sociais e artefatos que circulam em torno dessa concatenação de atores e situações políticas.

Dentro da busca de compreender e descrever o que faz diferença nesse conjunto de associações, esta empreitada se depara com elementos de diferentes naturezas, acreditando que um caminho possível seja analisar essa concatenação em movimento, sem a organizar em sessões ou categorias, como análise de documentos, análise de redes sociais e análise do discurso e da performance dos deputados... Cabe a esse desafio etnográfico moldar as escolhas descritivas que melhor potencializem a exposição dos elementos conectados no decorrer dos eventos e das ações e relatá-las como uma experiência contínua²⁰, com a qual nos deparamos no cotidiano do parlamento.

²⁰ Uma importante consideração a ser feita se refere aos elementos virtuais da rede dos deputados, com destaque para as Redes Sociais. É importante salientar que a abordagem desse elementos tenta fugir de uma ideia de *canal de comunicação*, para entendê-los como *espaços de relação* (SEGATA, 2014). A atual utilização e interação com as ferramentas digitais distanciam a análise proposta de uma clivagem/fronteira entre vivência *online* e vivência *off-line*, sendo o

NO PARLAMENTO BRASILEIRO

Os primeiros impactos da vitória de Jair Bolsonaro na Câmara dos Deputados

A vitória de Jair Messias Bolsonaro nas eleições de 2018 não representou para o cenário político brasileiro apenas a chegada ao principal posto da República, demonstrou também a conquista de uma presença política com capilaridade nacional e o estabelecimento de um eleitorado de extrema-direita no Brasil. Embalados pelo fenômeno do bolsonarismo – que vem intrigando as ciências sociais brasileiras –, representantes dessa erupção política foram eleitos para as casas legislativas federais e estaduais por todo o país. Só para a Câmara dos Deputados, o Partido Social Liberal – PSL²¹, legenda que abrigou a candidatura presidencial de Jair Bolsonaro naquele ano, influenciada por esse impulso, passou de uma cadeira ocupada no período anterior para a conquista de 52 assentos na 56ª legislatura.

Nesse movimento, a “onda bolsonarista” não apresentou um conjunto programático coeso, mas sim representou uma tendência política anti partidária e anti sistêmica (Solano 2019). Com um ímpeto político de aniquilar a esquerda, confrontar o campo progressista e negar a política, conquistou um eleitorado que consagrou mandatos de nomes até então desconhecidos no cenário político nacional, conseguiu votações expressivas como a de Eduardo Bolsonaro, com 1,8 milhão de votos, e de Nikolas Ferreira, 1,47 milhão de votos, respectivamente os deputados mais votados nos pleitos dos anos de 2018 e 2022, consolidando-se como uma potência eleitoral. Em 2022, com essa potência eleitoral reafirmada, o Partido Liberal – PL, então nova legenda de Jair Messias

interesse relatar o caminho de associações e coletar seus rastros para auxiliar o entendimento desses conjuntos de ação.

²¹ O Partido Social Liberal foi um partido político brasileiro que se fundiu com o Democratas para formar o União Brasil, fusão reconhecida em 8 de fevereiro de 2022 pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Bolsonaro, conquistou o maior número de cadeiras na Câmara dos Deputados²², com 99 cadeiras. Embora a totalidade de seus deputados não seja fielmente alinhada à coalizão bolsonarista, o bolsonarismo foi um fator de influência incontornável no crescimento da bancada do partido, sendo a filiação de Jair Bolsonaro um ativo político importante e mobilizador de disputas entre grandes partidos para tê-lo filiado em sua agremiação.

A presença do bolsonarismo no Congresso Nacional ocupa um espaço de influência para além dos votos que as cadeiras dos deputados e senadores representam, influenciando a Casa de uma maneira mais ampla, incluindo o universo das ideias e da representação política. Se no parlamento brasileiro, pós-constituente e pré-junho de 2013, poderíamos identificar a existência de uma direita envergonhada (Quadros e Madeira 2018), após esse período o posicionamento à direita saiu do armário (Messenberg 2017) e passou a fazer parte também da autorrepresentação do grupo majoritário do Congresso Nacional, que nos habituamos a denominar de Centrão e atribuir-lhes como sua principal característica o fisiologismo político²³. Se tornou cada vez mais comum esses parlamentares se identificarem publicamente como de direita, liberais na política e conservadores nos costumes. O sucesso eleitoral bolsonarista sinalizou que essas ideias tinham uma adesão em uma parte considerável do eleitorado, representado pelas grandes votações e que reverberam poderosamente nas redes sociais, com uma presença barulhenta nas

²² Vale ressaltar que ao contrário do PSL, o PL já era um partido consolidado no Brasil antes da filiação de Jair Bolsonaro, a partir dela, receberia muito dos seus aliados. É inquestionável o impacto da filiação no crescimento do partido, no entanto o feito da conquista das grandes bancadas no pleito de 2022 ocorre por um somatório das duas forças.

²³ A ideia de uma política fisiológica é pensada em oposição à existência de uma atuação partidária ideológica. Segundo Mariana Borges Martins da Silva, “a diferença entre os partidos ideológicos e os do Centrão reside na forma de organização e estruturação dos partidos, enquanto no primeiro grupo o partido se organiza para manter a identidade da coletividade representada na legenda do partido grupo, no segundo grupo o partido se organiza para servir os interesses dos diferentes agrupamentos políticos que o compõe (SILVA 2022). Esses interesses e objetivos dos partidos normalmente são representados por indicações de cargos comissionados e postos de natureza política e liberação de emendas parlamentares. A existência de partidos com comportamento mais fisiológico não quer dizer que essas siglas não tenham alguma predominância ideológica, o que os diferencia idealmente dos partidos ideológicos é que eles não são os principais instrumentos para a defesa dos princípios do agrupamento e historicamente se posicionam como base do Governo, detentor da capacidade de indicação de cargos e recursos.

plataformas da internet, marcada sabidamente pela presença de humanos e robôs. A soma de um aparato digital com esse repertório e mecanismo de performances discursivas estabeleceria o que Letícia Cesarino chamou de um Populismo Digital (Victor e Ringe 2009). Além de reunir um conjunto de forças políticas reacionárias, o bolsonarismo também passava a incorporar em seu guarda-chuva aliados do Centrão, numa convergência neoliberal-conservadora (Cesarino 2022).

SOBRE O BOLSONARISMO

E o que importa para o recorte dessa pesquisa

Desde 2018, uma série de estudos sobre o fenômeno do bolsonarismo na política brasileira ganhou evidência, numa tentativa urgente e difusa de entender as múltiplas facetas desse movimento populista de extrema-direita, suas especificidades e vicissitudes. Como um fenômeno complexo, dinâmico e fluido, permite diferentes olhares analíticos e distintos recortes de sua incidência nas políticas locais, nacional e internacional.

A literatura brasileira recente sobre o bolsonarismo guia suas investigações por diferentes caminhos: concentrando-se na figura de Jair Bolsonaro como personalidade política e deputado federal (Goulart 2023); analisando a relação do surgimento do bolsonarismo com as manifestações de 2013 e seu contexto político e econômico (Cavalcante 2020); o fenômeno de sua comunicação digital (Cesarino 2020); comparações com contextos internacionais de ascensão de políticos populistas e crescimento da extrema-direita no mundo (Lima 2022); relação e adesão de movimentos pentecostais e a agenda bolsonarista (Almeida 2019); militarização do estado brasileiro (Martins Filho 2020); e o bolsonarismo

como reação conservadora ao avanço de agendas relacionadas a questões de gênero, raça, sexualidade e direitos reprodutivos (Santos e Tanscheit 2019).

Como fenômeno de grande abrangência, o bolsonarismo pode ser entendido como um conjunto de arenas discursivas que compartilham a percepção de que seu discurso é silenciado, desprezado ou mesmo ridicularizado pelos grupos hegemônicos e pelas arenas centrais, daí a oposição por eles pretendida ao *sistema* e ao *establishment* (Rocha e Medeiros 2021), apesar da notória ascensão política de seus representantes, que passaram a ocupar cargos por meio de processos eleitorais ou indicações a cargos comissionados e conselhos estaduais e federais. A hegemonia, a qual eles se contrapõem, seria vista como uma ameaça iminente às suas visões do mundo e ao seu modo de vida, assim, estariam sob um constante ataque. Por isso, o ressentimento, por isso a necessidade de colocar-se dispostos a uma guerra cultural, cujo inimigo, representante da ameaça, deve ser eliminado.

Marcos Nobre, um dos politólogos que correram para entender o recente fenômeno brasileiro, caracteriza o bolsonarismo como um projeto autoritário de um grupo político que avança contra a democracia, num movimento modulado por uma “lógica de guerra”, pautado por uma “política da morte”, que teria como objetivo principal da sua ação política a aniquilação do seu adversário político, atitude à qual acarretaria o fim da possibilidade da convivência democrática (Nobre 2020). Como guia de suas reflexões sobre o fenômeno, o bolsonarismo é analisado e apontado como grande risco ao regime democrático no país (Nobre 2022).

Guilherme Casarões, líder do observatório da Extrema Direita, aponta o bolsonarismo como a expressão contemporânea mais estabelecida da “extrema-direita tupiniquim”, segundo o autor, o bolsonarismo se diferencia de outros grupos pela sua maleabilidade ideológica e programática. O autor aponta uma importante faceta nesse movimento político: a operação, em tese, dentro das regras democráticas. Embora com frequentes contestações da validade dos processos eleitorais e funcionamento dos três poderes, o conjunto bolsonarista se submeteria ao pleito das eleições:

(...) trata-se de um movimento que, a despeito de arroubos golpistas e autoritários por parte de seu líder, devidamente chancelados por frações de seu entorno político e de sua base societária, oferece uma visão – ainda que deturpada e pouco clara – de democracia. Não estamos falando, por óbvio, de uma concepção liberal e pluralista do termo, com a qual a Ciência Política trabalha, mas de uma construção democrática iliberal ou majoritarista. Nela, concebe-se o sistema democrático não como um empreendimento universal e inclusivo, senão como pura e simples expressão de uma certa vontade da maioria, à qual as instituições devem servir. (Casarões 2022)

Ao contrário de outros grupos de extrema-direita, o conjunto de atores e atrizes bolsonarista, ao menos em seu discurso, “pretende-se democrático, mesmo quando não o é” (Casarões 2022). Por essa suposta adesão ao “jogo democrático”, seria possível enquadrar o bolsonarismo também dentro da definição de direita radical, já que supostamente, ao participar dos espaços democráticos, de alguma forma aceitaria seus pressupostos. Contra o sistema e a favor de uma pretensa maioria (balizada por Deus, Pátria e Família), o projeto político bolsonarista aceitaria concentrar poderes em seu líder hiper-personalista para agir por dentro das instituições e assim subverter o Estado e submeter as minorias. O bolsonarismo, em sua performance e discurso, oferece uma visão de democracia, não como um esforço político-institucional universal, plural e inclusivo, mas em função de uma suposta maioria que deve fazer valer os seus interesses perante os grupos minoritários (Casarões 2022).

Embora essas definições e distinções (extrema-direita, ultradireita e direita radical) sejam centrais em muitos recortes analíticos, sendo também útil a este trabalho para classificar e ordenar algumas ideias e referências sobre essas manifestações políticas, compreender conexões históricas e ideológicas, para este trabalho elas devem ser calibradas para melhor servirem a sua

investigação, quando o mais importante passa a ser o objeto de estudo da tese que se direciona ao bolsonarismo na Câmara dos Deputados.

Se os estudos voltados ao bolsonarismo operam com contextos mais amplos, do avanço político de grupos de extrema-direita e ascensão de nomes políticos no cenário nacional, internacional, o estudo aqui proposto se volta para uma faceta muito específica do fenômeno brasileiro, quando essa mobilização política opera atrelada a um espaço institucional, mais especificamente a Câmara dos Deputados, e seus atores, envolvidos em grandes disputas ideológicas, se veem diante de uma instituição com um funcionamento altamente vinculado a um conjunto de regras e que historicamente abriga disputas políticas tão tradicionais. Na instituição, o fenômeno está representado principalmente pelas ações de um grupo de parlamentares, o qual delimitarei a seguir e que pode ser perseguido em suas operações dentro de eventos e acontecimentos do cotidiano do parlamento brasileiro.

Uma definição de bolsonarismo que pode ser útil e operacionalizada nessa análise é a proposta por Letícia Cesarino, que o entende como “uma dinâmica sociotécnica de mobilização contínua e performativa” (CESARINO, 2022), que é manifesta atrelada a um conjunto de pautas emergentes, protagonizada por diferentes atores, sejam eles políticos, avatares digitais, artistas, canais de YouTube, canal de TV, militantes, militares, advogados, jornalistas e/ou influenciadores digitais.

Dentro desse universo com grande diversidade de manifestações, práticas e atores, essa pesquisa se dedica a presença do bolsonarismo na Câmara dos Deputados na 56ª Legislatura, mais especificamente em torno da presença de um grupo de 34 deputados federais eleitos em 2018, que operam e estão associados ao universo do bolsonarismo. Esse agrupamento vem sendo denominado de Bancada Bolsonaroista. A pesquisa, em seu caráter mais amplo, investiga como esse agrupamento atua no parlamento e se relaciona com a instituição e seu conjunto de regras. Regramento esse que, pela própria dinâmica da Casa, ao mesmo tempo que é consolidado, é constantemente colocado em tensionamento em sua aplicação prática.

Figura 3 O presidente da República Jair Bolsonaro cumprimenta o presidente da Câmara dos Deputados Arthur Lira (24/11/2021). Créditos: Antônio Augusto/Câmara dos Deputados.



O bolsonarismo se faz presente em diferentes espaços e utiliza diferentes estratégias para manter-se e manter sua base engajada e assim ampliar sua presença na política brasileira. A Câmara dos Deputados foi um importante espaço de visibilidade na história de Jair Bolsonaro em seus 27 anos como parlamentar e seus quatro anos como presidente da república. Compreender os desdobramentos desse fenômeno político nesse espaço institucional do fazer política é um dos interesses que guiam essa empreitada investigativa.

DAS CONTROVÉRSIAS: sobre a formação do coletivo parlamentar

Nós — deputados do PSL, Laterça, Coronel Chrisóstomo, Jordy, Aline, Silva — somos os revoltados que até ontem não tinham espaço aqui. Até ontem, era o Pr. Marco Feliciano, Jair Bolsonaro, um ou outro da bancada evangélica. Agora vocês vão ter que nos engolir! Não adianta fazerem corinho e dizerem que representam as mulheres, não, porque nós quebramos a hegemonia de vocês. E aqui ninguém se dobra ao politicamente correto, não. Nós vamos continuar falando, beleza? (CÂMARA DOS DEPUTADOS 2020)

Dia 04 de março de 2020. Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados. Leitura do parecer preliminar do deputado Eduardo Costa (PTB²⁴) referente à Representação n.º 12 de 2019, de autoria do Partido Social Liberal (PSL), em desfavor do deputado Eduardo Bolsonaro (naquele momento, filiado ao PSL, atualmente vinculado ao Partido Liberal – PL) e formulada pela deputada Joyce Hasselmann (naquele momento, PSL, hoje PODEMOS).

A representação é lida pelo relator: ao longo de sete páginas, são expostos os *fatos* contra o deputado. O documento tem como base textos da Constituição Federal (artigo 55), do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD (artigos 240 e 244) e do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (artigo 5º).

Resumidamente, o conflito surgiu de disputas em torno do posto de Liderança do PSL, função ocupada no primeiro ano da legislatura de 2019-2023 pelo

²⁴ Partido Trabalhista Brasileiro.

deputado Delegado Waldir. Segundo a representação, o presidente da República, Jair Bolsonaro, tinha interesse em colocar o deputado Eduardo Bolsonaro na cadeira de líder do partido. Colocando-se em oposição, a deputada Joyce Hasselmann – então líder do governo na Casa – manifestou publicamente ser favorável à permanência do deputado Delegado Waldir à frente da Liderança do PSL. A representação alega que a parlamentar foi retirada da função de líder governista – a qual, conforme o documento, ela desempenhava com “zelo e dedicação” – como parte de um mecanismo de represália do governo.

Figura 4 Montagem com rosto de Joyce Hasselmann



Ainda segundo a representação, em continuidade à retaliação, o deputado Eduardo Bolsonaro teria promovido um “lixamento virtual” (sic) contra a deputada, tendo como símbolo mais marcante do ataque a publicação de uma montagem com o rosto de Joyce Hasselmann estampado em uma nota, obviamente falsa, de três reais. A alegação da falsidade era uma acusação de traição ao grupo bolsonarista e a Jair Messias Bolsonaro, relação que teria gerado frutos positivos na última eleição. O documento relata a construção de uma campanha “difamatória e injuriosa” e a orquestração de uma “cadeia de reações odiosas” contra a “honra objetiva e subjetiva” da parlamentar. A representação concluiu com o pedido de instauração de processo disciplinar com a finalidade de perda de mandato de Eduardo Bolsonaro.

A honra em questão pode ser articulada em relação a dois aspectos: o primeiro, a honra da pessoa, na qual a defesa da deputada Joice Hasselmann se baseia; em segundo, a honra coletiva, na qual é preciso pensar que “a conduta

desonrada não se esgota no indivíduo que a cometeu, mas compromete todo o coletivo a que pertence”, sendo um processo político capaz de elucidar “fronteiras e condições de pertencimento político” (Teixeira 1998) que vão sendo atualizados ao longo do tempo. Logo, a discussão em relação a qualquer representação que tramita no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar também se refere a uma ideia, em disputa, acerca da conduta que idealmente os parlamentares deveriam ter.

Com essa representação, o deputado Eduardo Bolsonaro, em seu segundo mandato, tornou-se o parlamentar que mais vezes foi alvo de representações no Conselho de Ética, superando seu pai, o ex-deputado e presidente da República na época, Jair Bolsonaro.

Não é somente o deputado Eduardo Bolsonaro que contava com uma representação do próprio partido contra si. Carla Zambelli, Carlos Jordy, Filipe Barros, Daniel Silveira, Alê Silva e Bibó Nunes também foram alvos de representações instauradas em 11 de novembro de 2019, sob o mesmo cenário de tensões internas do PSL e com relação ao nome do presidente da República, Jair Bolsonaro, eleito pelo Partido Social Liberal, mas que passou um período de 24 meses sem legenda partidária²⁵. A saída de Jair Bolsonaro do PSL foi seguida do anúncio do plano de criação do partido Aliança Pelo Brasil, agremiação projetada em torno do nome do chefe do Executivo e que pretendia estar apta à participação nas eleições municipais de 2020. Em 17 de dezembro de 2019, 26 deputados federais do PSL²⁶ entraram com ação pedindo desfiliação do partido, justificando perseguição política interna. A exigência de obtenção de 500 mil assinaturas, contudo, foi um obstáculo para a criação do novo partido.

²⁵ Sua desfiliação do PSL foi anunciada no dia 12 de novembro de 2019. Em 30 de novembro de 2021, se filiaria ao Partido Liberal.

²⁶ Os deputados que entraram com o pedido de desfiliação justificada e manutenção do mandato foram Bibó Nunes (RS); Alê Silva (MG); Aline Sleutjes (PR); Bia Kicis (DF); Carla Zambelli (SP); Carlos Jordy (RJ); Caroline de Toni (SC); Chris Tonietto (RJ); Daniel Freitas (SC); Daniel Silveira (RJ); Eduardo Bolsonaro (SP); General Girão (RN); Filipe Barros (PSL); Júnio Amaral (MG); Luiz Philippe de Orleans e Bragança (SP); Luiz Lima (RJ); Luiz Ovando (MS); Léo Motta (MG); Helio Lopes (RJ); Coronel Chrisóstomo (RO); Guiga Peixoto (SP); Márcio Labre (RJ); Coronel Armando (SC); Sanderson (RS); Major Fabiana (RJ) e Major Vitor Hugo (GO). Após a filiação de Jair Bolsonaro ao Partido Liberal, a grande maioria dos deputados bolsonaristas migraram para o PL na janela partidária de 2022.

Controvérsias como essas, envolvendo parlamentares filiados ao PSL, são importantes pistas para entender o surgimento e a formação de uma rede de deputados, um conjunto de ação (action set), que provisoriamente denomino “Bancada Bolsonaroista”.

Sobre o conjunto de representações dirigido ao conjunto de deputados, vale ressaltar que a grande maioria dos fatos relatados nos documentos refere-se a ações no plano virtual, envolvendo os avatares dos deputados, propagadas em redes sociais e por meio de plataformas de mensagens instantâneas, como WhatsApp e Telegram. A representação em desfavor do deputado Daniel Silveira é a exceção, ele é acusado de gravar uma reunião da liderança do PSL sem o consentimento dos presentes e de divulgar para a imprensa²⁷.

O Partido Social Liberal foi o grande destaque das eleições de 2018, quando elegeu 52 deputados, sendo o partido que obteve o maior crescimento na Câmara dos Deputados em relação à legislatura de 2015-2019, ocasião em que elegeu apenas um parlamentar.

²⁷ Atualmente recolhido em regime semiaberto na Colônia Agrícola Marco Aurélio de Mattos, em Magé (RJ), o ex-deputado federal Daniel Silveira cumpre pena de oito anos e nove meses imposta pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em decisão de abril de 2022, por ataques reiterados ao Estado Democrático de Direito e por tentativa de coação no curso de processo judicial. A pena, entretanto, não se esgotou na condenação formal: o histórico de descumprimentos das medidas impostas agravou sua situação penal e o afastou das possibilidades de progressão mais célere.

Em dezembro de 2024, Silveira chegou a obter liberdade condicional, mas reincidiu na violação das condições impostas — entre elas, o uso de tornozeleira eletrônica e o respeito ao toque de recolher —, sendo reconduzido ao sistema prisional apenas quatro dias após sua soltura. Em março de 2025, o STF deliberou, por maioria, que não caberia nova concessão de liberdade condicional antes do cumprimento integral da pena, desconsiderando o tempo em que permaneceu solto como parte do cômputo penal.

Figura 5 Publicação do avatar do deputado Daniel Silveira no Instagram.



Sigla com o segundo maior número de parlamentares na Câmara dos Deputados na 56ª Legislatura, o PSL teve, contudo, sua fragmentação exposta, em decorrência de tensões internas, as mais visíveis relacionadas ao presidente Jair Bolsonaro. Conforme declarações dos próprios correligionários, em manifestações em suas redes sociais e transmissões ao vivo no YouTube, existia dois principais polos no racha: o primeiro grupo foi liderado por Eduardo Bolsonaro; o segundo, concentrado em torno da figura do presidente do partido, o deputado Luciano Bivar (na época, PSL/PE). Se num cenário de multipartidarismo, com 24 agremiações representadas na Câmara dos Deputados, a estrutura partidária já enfrentava limitações e dificuldades na organização dos trabalhos legislativos, com destaque para os encaminhamentos das votações (ARAÚJO e SILVA 2016), a bancada do Partido Social Liberal²⁸, já no primeiro ano da legislatura, contou com uma grande cisão que afetou sua

²⁸ O Partido Social Liberal e o Democratas tiveram o pedido de fusão aprovado pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE em 2022, formando o União Brasil. Após esse processo, o novo partido se tornou a maior agremiação da Câmara dos Deputados, até o esvaziamento ocorrido na janela partidária com a migração dos deputados bolsonaristas rumo ao PL.

coesão interna e trouxe problemas de fidelidade partidária. Essa fragmentação deixou mais visível o que seria o coletivo protagonista dessa pesquisa: a Bancada Bolsonaroista.

Sobre o termo “bancada”, essa terminologia tem um caráter polissêmico, denominando diferentes tipos de agrupamentos, seja em discussões envolvendo parlamentos entre analistas políticos do universo jornalístico ou acadêmico, seja em seu uso como categoria nativa. A palavra “bancada” pode se referir (i) aos agrupamentos com classificação prevista no regimento da casa, partidos, blocos, governo, oposição, maioria e minoria; (ii) aos conjuntos de deputados eleitos por uma unidade da federação; e (iii) grupos de parlamentares que atuam em torno de agendas semelhantes. A Bancada Bolsonaroista seria um exemplo deste último tipo, uma bancada informal (DIAP 2019) ou bancada temática suprapartidária²⁹ (S. M. V. G. D. Araújo e Silva 2016).

No início desta legislatura, a denominação vinculada ao nome de Jair Bolsonaro estava presente em conteúdos veiculados pela imprensa e em falas de parlamentares, como a categoria de classificação do conjunto de deputadas e deputados filiados ao PSL. No decorrer do ano, o termo “bolsonarista” passou a ser cada vez mais orientado a um grupo específico, destacado a partir do racha do partido e teve seu nome vinculado ao presidente da República. Essa mudança foi resposta a uma série de crises e embates, que tanto influenciou o comportamento de parlamentares, como mudou a maneira como eles eram classificados. Essa série de controvérsias daria visibilidade à formação desse coletivo.

Ao contrário de uma estratégia que busca as convergências, consensos e similaridades para entender uma associação, volto minha atenção às contradições e aos elementos em disputa para o entendimento da formação desse coletivo. A estratégia passa a ser identificar as movimentações e rastros deixados na formação desse conjunto associado para entender sua existência e seu funcionamento no mundo. Cada crise, disputa por significado, manifestação,

²⁹ Denominações equivalentes podem ser encontradas na literatura internacional especializada em termos gerais como *legislative member organization* (LMO); no caso do congresso americano, os termos *caucuses* e *congressional member organizations*; e em estudos sobre o Parlamento Europeu, o termo *intergroups* (Ringe, Victor, e Carman 2013).

dilema, inovação, documento produzido, vídeo no YouTube ou meme compartilhado nas redes, se torna um potencial subsídio, um mecanismo de identificação e fabricação do grupo. Um rastro a ser seguido:

As formações de grupos deixam muito mais traços em sua esteira do que as conexões já estabelecidas, as quais, por definição, devem permanecer mudas e invisíveis(...) Toda vez que um novo agrupamento é mencionado, o mecanismo de fabricação responsável por mantê-lo vivo se torna visível e, portanto, pode ser rastreado. (Latour 2012)

As pistas e os rastros da formação desse grupo podem assim ser buscados nos acontecimentos, nas falas dos sujeitos e nas produções materiais e imateriais ao longo da legislatura. A escolha da utilização do termo “bolsonarista” se dá, pois desde o começo da legislatura foi possível observar duas coisas: primeiro, que um grupo de deputados, predominantemente filiados àquela época ao PSL, teria um engajamento conjunto e articulado em sua performance parlamentar, formando um bloco em constante defesa do governo Bolsonaro e em torno de uma agenda composta por um conjunto de pautas atreladas ao bolsonarismo³⁰: a defesa da flexibilização do porte de armas, o anticomunismo, o punitivismo, o combate à ideologia de gênero, a defesa da família tradicional brasileira, a guerra cultural, o antifeminismo, o antipetismo e uma emulação antissistêmica, entre outras bandeiras protagonizadas por Jair Bolsonaro. Em segundo lugar, a

³⁰ Vários termos são operados por parlamentares, pela imprensa e por cientistas para se referir a essa rede de políticos profissionais, como nova direita, direita conservadora ou somente conservadores. Vale ressaltar que essas outras terminologias costumam ser utilizadas para um espectro mais amplo de atores, logo, opto pela utilização dos termos bolsonarismo e bolsonaristas para deixar mais claro a rede aqui observada. Destaco duas teses recentes da Ciência Política que se debruçam sobre esse grupo mais amplo à direita do espectro político, a tese de Marina Bassos Lacerda, “Neoconservadorismo de periferia: articulação familista, primitiva e neoliberal na Câmara dos Deputados”(2018) e a tese de Camila Rocha, “Menos Marx, mais Mises”: Uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018)”(2018).

utilização dessa terminologia também passou a ser utilizada como categoria de acusação, operada por outros políticos e por parte da imprensa, inclusive com a utilização da denominação “bolsonarista” associada a um conjunto mais amplo de parlamentares, não se restringindo à Câmara dos Deputados³¹.

Além do bloco de deputados que pediu desfiliação do PSL, essa bancada conta ainda com alguns membros de outras agremiações. A construção dessa lista de integrantes vem sendo feita a partir da observação das performances e das associações desses parlamentares em comissões, no plenário e na rede social Twitter, a partir do acompanhamento de seus avatares.

Tabela 1 Deputados federais da Bancada Bolsonarista na 56ª Legislatura do Congresso Nacional (2019-2023).

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	MANDATOS	Ano do primeiro cargo eletivo	Idade ³²
<i>Aline Sleutjes</i>	PSL/PL	PR	1	2005	43
<i>Bia Kicis</i>	PSL/PL	DF	1	2019	61
<i>Carlos Jordy</i>	PSL/PL	RJ	1	2017	40
<i>Caroline de Toni</i>	PSL/PL	SC	1	2019	39
<i>Chris Tonietto</i>	PSL/PL	RJ	1	2019	31
<i>Coronel Chrisóstomo</i>	PSL/PL	RO	1	2019	63

³¹ Desde 2019, o termo Bancada Bolsonarista é utilizado amplamente pela imprensa para denominar grupos de deputados, hoje em sua maioria filiados ao PL, nas Assembleias Legislativas de São Paulo e Rio de Janeiro, que se consolidaram naquele momento como bancadas de oposição aos governos estaduais. Ambos governadores foram eleitos como aliados de primeira mão de Jair Bolsonaro, mas, durante o primeiro ano de seus governos, se posicionaram de maneira antagônica perante o presidente da República. A tensão cresceu no contexto da pandemia de Covid-19.

³² A idade do parlamentar foi considerada ao fim da legislatura.

<i>Daniel Freitas</i>	PSL/PL	SC	1	2013	40
<i>Eduardo Bolsonaro</i>	PSL/PL	SP	2	2015	38
<i>Filipe Barros</i>	PSL/PL	PR	1	2017	31
<i>Léo Motta</i>	PSL/PL	MG	1	2013	49
<i>Luiz Lima</i>	PSL/PL	RJ	1	2019	45
<i>Luiz Ovando</i>	PSL/PL	MS	1	2019	73
<i>Luiz Philippe de Orleans e Bragança</i>	PSL/PL	SP	1	2019	53
<i>Major Fabiana</i>	PSL/PL	RJ	1	2019	42
<i>Major Vitor Hugo</i>	PSL/PL	GO	1	2019	45
<i>Márcio Labre</i>	PSL/PL	RJ	1	2019	48
<i>Alê Silva</i>	PSL/PL	MG	1	2019	48
<i>Bibo Nunes</i>	PSL/PL	RS	1	2019	65
<i>Carla Zambelli</i>	PSL/PL	SP	1	2019	42
<i>Coronel Armando</i>	PSL/PL	SC	1	2019	65
<i>Daniel Silveira</i>	PSL/PTB	RJ	1	2019	40
<i>General Girão</i>	PSL/PL	RN	1	2019	67
<i>Guiga Peixoto</i>	PSL/PSC	SP	1	2019	61
<i>Helio Lopes</i>	PSL/PL	RJ	1	2019	53
<i>Junio Amaral</i>	PSL/PL	MG	1	2019	35
<i>Sanderson</i>	PSL/PL	RS	1	2019	53
<i>Delegado Éder Mauro</i>	PSD/PL	PA	2	2015	62
<i>Sargento Fahur</i>	PSD	PR	1	2019	59
<i>Otoni de Paula</i>	PSC/MDB	RJ	1	2017	46

<i>Kátia Sastre</i>	PSL/PL	SP	1	2019	46
<i>Guilherme Derrite</i>	PP/PL	SP	1	2019	38
<i>Coronel Tadeu</i>	PL/PL	SP	1	2019	57
<i>Nelson Barbudo</i>	PL/PL	SP	1	2005	62
<i>Soraya Manato</i>	PTB	ES	1	2019	61

Dos 34 deputados eleitos para a 56ª legislatura, apenas Eduardo Bolsonaro e o Delegado Eder Mauro tinham exercido mandato na Câmara dos Deputados anteriormente. Os dois também foram eleitos para a legislatura de 2015-2019. Desse grupo, 25 foram eleitos pela primeira vez para um cargo público em 2018.

Num momento anterior, ainda influenciado pela ruptura institucional advinda do impeachment da presidente Dilma Rousseff, três deles foram eleitos para câmaras municipais em 2016. São eles: Carlos Jordy (Niterói–RJ), Filipe Barros (Londrina–PR) e Otoni de Paula (Rio de Janeiro–RJ). Esses três já se destacavam pelo conjunto de pautas defendidas por um segmento mais radical da direita e, em suas performances, já incorporavam uma ação beligerante, próxima à que protagonizariam como coletivo no Congresso Nacional.

Ademais, dos 34 parlamentares que compõem esse coletivo, nove são mulheres (26,4%), o que representou um perfil um pouco mais feminino perante a configuração da Câmara dos Deputados, visto que as deputadas eleitas representavam apenas 15% do universo total de parlamentares. Com relação à faixa etária, a bancada em questão somava quinze deputados com 50 anos ou mais. O perfil etário reflete o da Casa legislativa em relação à idade média, em torno dos 50 anos.

Além do conjunto de pautas, esse grupo tem em comum uma performance de enfrentamento que se utiliza de um repertório que foi produzido e consolidado na legislatura de 2019-2023. Num primeiro momento, a performance no plenário, nas comissões e nas redes sociais foi o que mais chamou atenção como elemento comum a esse grupo. Acompanhando o Congresso Nacional na 56ª

legislatura, foi possível notar quais agendas e tipos de eventos possibilitariam identificar a movimentação do grupo e por que caminhos costumam deixar seus rastros, incluindo aí a atuação na Comissão de Constituição e Justiça, com a chegada da Bolsonarista Bia Kicis na presidência do colegiado (cap. 02), e na condução dos trabalhos da comissão especial dedicada à impressão de cédulas nas eleições, o voto impresso (cap. 03).

Em seus 27 anos como deputado federal, Jair Bolsonaro foi uma figura identificada como isolada, um outsider, não se apresentando como parte de nenhum grupo parlamentar. A Bancada Bolsonarista, por sua vez, comunga uma agenda e um estilo de fazer política, está consolidando um discurso e uma performance coletiva. Embora esse repertório seja altamente dinâmico e mutável, ele carece de algum tipo de coesão entre os seus praticantes, para que esses atores e suas ações sejam identificados como pertencentes a este grupo.

Como já destacado, faz parte da natureza dos agrupamentos essa constante formação e transformação. As controvérsias que poderiam dificultar a identificação do grupo, ao contrário do que se poderia imaginar, ajudam a melhor ver, elucidar e detalhar as características notáveis do coletivo investigado e suas associações.

DO CAMPO DE BATALHA:

da performance parlamentar

20 de agosto de 2019. Após acionar uma rede de conhecidos, consegui o contato de uma funcionária da Câmara dos Deputados que em 2018 tinha defendido uma tese de doutorado sobre a produção legislativa de grupos de deputados neoconservadores. Ela me recebeu em sua sala e relatou a atual conjuntura da Comissão de Direitos Humanos e Minorias – CDHM, segundo ela, um local privilegiado para observar a atuação de grupos conservadores no parlamento brasileiro. Ao contrário das legislaturas anteriores, os partidos de esquerda haviam perdido a maioria na comissão na 56ª legislatura. Embora o Partido dos Trabalhadores ainda comandasse a mesa, não existia mais vantagem numérica na composição do colegiado. Por conta de sua posição comprometida na Câmara dos Deputados, ela pediu desculpas e me explicou que não poderia realizar nenhuma mediação, mas poderia me passar alguns contatos. Nesse primeiro encontro, fui informado de que a CDHM havia se tornado um objeto de desejo de grupos de deputados conservadores e que os trabalhos na Comissão estavam marcados pelo movimento de ocupação desse espaço político e por um manifesto sentimento de revanche latente.

O tensionamento na comissão é anterior à 56ª legislatura. Um exemplo emblemático ocorreu em 2013, quando o pastor evangélico Marco Feliciano foi protagonista de um episódio de grande visibilidade midiática ao ser eleito para a presidência da CDHM, na época, indicado pelo Partido Social Cristão (PSC). A sua eleição mobilizou vários grupos que lutam por direitos humanos, que realizaram seguidos protestos dificultando o início dos trabalhos da comissão. Antes desse ocorrido, a articulação dos parlamentares religiosos ocorria principalmente nos bastidores (Barros, Bernardes, e Pinto 2018; Antunes Filho, Mosca Pinezi, e Jard da Silva 2019), sendo menos comum a explicitação desse movimento político nos discursos proferidos.

Ainda em 20 de agosto, ao acessar a lista de perfis dos parlamentares bolsonaristas que organizei no Twitter, vi compartilhada a publicação de um vídeo com o fundo em vermelho e um anúncio:

Figura 6 Publicação do avatar Otoni de Paula (PSC/RJ) na rede social Twitter.



Essa publicação, divulgada no canal do YouTube Otoni de Paula, serviria como subsídio para a postagem no Twitter do avatar do deputado carioca, trazendo o alerta: “QUEREM LEGALIZAR O INCESTO E A SURUBA”. Esta postagem foi uma das manifestações, gestos performáticos, que antecederam uma conturbada reunião ordinária deliberativa da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados.

O vídeo, feito a partir de imagens veiculadas pela TV Câmara, mostra o deputado Otoni de Paula (na época PSC/RJ, hoje MDB/RJ) no púlpito do plenário da Câmara dos Deputados, com um discurso em polvorosa e trilha sonora dramática comum aos trailers dublados de filmes de ação³³. O vídeo leva a assinatura em marca d’água da conta do Twitter relacionada ao nome do político. Uma fala descontextualizada do deputado Orlando Silva (PCdoB³⁴/SP), autor do projeto de lei do Estatuto da Família do Século XXI, em que ele afirma que o “incesto é um tabu secular”, é o ponto de partida para a construção narrativa e gancho para o discurso do deputado Otoni de Paula em que ele ataca a esquerda

³³ O vídeo antes podia ser acessado em <https://youtu.be/PhnbHjTDS2A>, hoje não está mais disponível para o público.

³⁴ Partido Comunista do Brasil.

e argumenta que o projeto de lei (PL) é um risco à instituição família. O deputado Pastor Sargento Isidório (Avante/BA) surge e se posiciona no púlpito, atrás de Otoni de Paula, com uma edição da Bíblia Sagrada carregada junto ao peito. O discurso do deputado carioca ocorreu no Plenário Ulysses Guimarães poucas horas antes da publicação, às 17:40:

Sra. Presidente, Srs. Deputados, eu quero chamar a atenção de V.Exas. para a maior aberração que talvez esta Casa já tenha presenciado.

Deputada Soraya, que preside esta Mesa, V.Exa. é mãe. É mãe! Srs. Deputados da Esquerda, da Direita, do Centro, eu acho que uma coisa nos une aqui: a família. Porque todos nós temos família. O PL do Deputado Orlando Silva é a maior aberração que esta Nação já viu. E aqui não vai um discurso religioso, vai o discurso de um pai para outros pais que estão neste plenário. O Estatuto das Famílias do Século XXI, diz em seu art. 2º: "São reconhecidas como famílias todas as formas de união entre duas ou mais pessoas (...)". O Deputado Orlando Silva quer legalizar a suruba! Ele quer legalizar a suruba! Quem quiser fazer suruba faça, mas não transforme isso em família!

E tem mais. Este projeto iníquo diz: "(...) que para este fim se constituam e que se baseiem no amor, na socioafetividade, independentemente" - olhem o absurdo! - "de consanguinidade, gênero, orientação sexual, nacionalidade, credo ou raça" - e agora, atenção! -, "incluindo seus filhos ou pessoas que assim sejam consideradas".

Quer dizer que agora, se este projeto passar, pai vai poder se casar com filha, filho vai poder se casar com mãe. Em nome do amor.

Deputado Orlando Silva, V.Exa. é pai de uma filha. Eu quero apelar para o bom senso de V.Exa., porque eu não quero acreditar que V.Exa. tenha interesses particulares nesta miséria que está aqui. (CÂMARA DOS DEPUTADOS 2019)

Nesse mesmo dia, tendo em vista a repercussão relacionada ao ataque ao PL, uma “nota de esclarecimento” foi publicada na página da CDHM, assinada pelo presidente da comissão, Helder Salomão (PT/ES). Esta seria interpretada pelo conjunto de deputados conservadores como um recuo da esquerda. Uma vitória conservadora. “Continuem atentos!”, alertava a postagem, num coro que as ameaças eram constantes e os ataques iminentes.

Figura 7 Imagem publicada pelo avatar da deputada Carla Zambelli no Twitter



Antes de adentrarmos à reunião, um apontamento sobre o projeto retirado da pauta e que seria a única matéria a ser discutida naquela tarde. O projeto de lei n.º 3369/2015 prevê instituir o “Estatuto das Famílias do Século XXI” e tem no seu segundo artigo o texto que serviria de catalisador à reação conservadora, entre eles os bolsonaristas. O texto reconhece como configuração familiar a “união entre duas ou mais pessoas” independente de “consanguinidade, gênero, orientação sexual, nacionalidade, credo ou raça, incluindo seus filhos ou pessoas que assim sejam consideradas”. O projeto até a data da defesa dessa

tese segue aguardando parecer do relator na Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial³⁵, o que indica ainda a inexistência de acordo para sua votação.

21 de agosto de 2019. Dia seguinte à postagem. Reunião deliberativa ordinária da Comissão de Direitos Humanos e Minoria, Anexo II, plenário 09. Encontro agendado para discussão e votação de projetos. Reunião cheia. Ao contrário do que imaginei, estavam presentes, quase exclusivamente, profissionais cadastrados na Casa, assessores e poucos jornalistas. Não tinha ali a presença de grupos de ativistas conservadores³⁶ que esperei encontrar. A minha expectativa em relação ao comparecimento desses militantes se dava em razão de um dos projetos que estava na pauta – o destacado na publicação do deputado Otoni de Paula – ter tido grande mobilização de conteúdos digitais produzidos na véspera da reunião. Nem sempre o alarde representado na esfera digital reverbera presencialmente no Congresso Nacional. O PL n.º 3369/2015, de autoria de Orlando Silva, o projeto do Estatuto da Família do Século XXI, já estava apelidado por conservadores como o PL da Suruba e do Incesto³⁷.

³⁵ A Comissão de Direitos Humanos e Minoria passaria a se chamar Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial na 57ª legislatura, explicitando o termo igualdade racial e reforçando a importância do tema.

³⁶ Esse comentário tem relação com o início da minha pesquisa. Até março de 2019, o foco da minha investigação para doutoramento era voltado à atuação de grupos organizados de ativistas conservadores no Congresso Nacional.

³⁷ O conjunto que se autodenomina conservador na Câmara dos Deputados é representado principalmente pelos que compõem a Bancada Evangélica, esse coletivo foi objeto central da etnografia de Tatiane Duarte, “A casa dos ímpios se desfará, mas a tenda dos retos florescerá”: a participação da Frente Parlamentar Evangélica no legislativo brasileiro” (Duarte 2011). Até então, todo deputado bolsonarista se autodenomina conservador, mas o contrário não é verdadeiro, nem mesmo como categoria de acusação.

Figura 8 Captura de tela da publicação do avatar do deputado Daniel Silveira no Twitter.



Embora com a ausência de populares, a reunião contava com uma boa quantidade de parlamentares e não demorou a alcançar o quórum para o seu início. Todos os assentos ocupados, me restaria acompanhar a sessão em pé. Algumas posições são chaves para entender a organização dos trabalhos. Começamos pela presidência da comissão, ocupada pelo Partido dos Trabalhadores, na figura do deputado Helder Salomão, eleito no Espírito Santo. Segundo o regimento da Câmara dos Deputados, as presidências das comissões e as vagas de titulares e suplentes são distribuídas entre os blocos e partidos, tendo vantagens na escolha das presidências e no número de cadeiras os maiores partidos e blocos³⁸. A Mesa também era composta por três vice-presidentes da comissão: o primeiro vice-presidente, Padre João (PT/MG); o

³⁸ A eleição da Mesa Diretora e das presidências das comissões e a organização dos trabalhos recebeu um cuidadoso trabalho analítico na tese de doutorado de Luiz Eduardo Abreu, "Os Labirinto do Minotauro" (cf.: Abreu 1999).

segundo vice-presidente, Túlio Gadêlha (PDT³⁹/PE) e, o terceiro vice-presidente, Camilo Capiberibe (PSB/AP). Das 18 cadeiras que compunham a comissão, 11 eram do bloco PSL/ PP/ PSD/ MDB/ PL/ REPUBLICANOS/ DEM/ PSDB/ PTB/ PSC/ PMN, quatro vagas do bloco PDT/ PODE/ SOLIDARIEDADE/ PCdoB/ PATRIOTA/ CIDADANIA/ PROS/ AVANTE/ PV/ DC e três vagas para o bloco PT/ PSB/ PSOL/ REDE.

Do lado direito de quem vê a mesa de onde organizam os trabalhos, concentram-se deputados do espectro conservador. Ao centro e à esquerda, misturam-se os demais deputados. Já no início dos trabalhos, Filipe Barros (na época PSL/PR, hoje PL/PR) chama uma questão de ordem, que, como ele ratifica, “precede a leitura da ata”, conforme prevê o *Regimento da Casa*. Os parlamentares conservadores se apresentam dispostos ao confronto desde o início da reunião.

Sobre os embates em torno das regras do jogo parlamentar, a utilização do regimento como instrumento da ação política no Congresso Nacional é um aprendizado incontornável na vida do parlamentar, o artefato, “além de estabelecer regras para o uso das palavras, os seus efeitos institucionais e um conjunto de atividades onde seja possível utilizar as palavras de acordo com aquelas regras, também cria (e o uso deste termo não é casual) “quantidades institucionais”, como verbas e cargos (Abreu 1999), assim como cria qualidades institucionais, sendo a interpelação do parlamentar um resultado da associação de sua ação e habilidade política enquadrada nas possibilidades advindas das regras do regimento interno. A operação das regras regimentais é importante tanto para os que querem organizar e dar andamento aos trabalhos como para os que querem incidir contra a tramitação de algum projeto.

O deputado de Londrina, Paraná, acusa o presidente Helder Salomão de não respeitar os acordos realizados na comissão. Segundo a acusação, existe um pacto sobre a retirada por ofício, da pauta de votação, dos projetos que não obtiveram consenso entre os participantes da comissão antes da reunião, com o intuito de garantir o melhor andamento e a celeridade na votação do conjunto de

³⁹ Partido Democrático Trabalhista.

projetos de lei e requerimentos. Segundo a acusação, esse acordo não estava sendo cumprido. Por vezes o presidente traria de volta projetos sobre os quais não existia concordância, como uma estratégia para tramitar matérias com menos resistência, manobra essa que pegaria os desfavoráveis ao projeto desprevenidos. Após a acusação, Filipe Barros informa que o PSL está em obstrução e destaca o elemento latente da vez, o projeto do Estatuto da Família do Século XXI, “absurdo projeto do deputado Orlando Silva, que legaliza o incesto e outras aberrações”. O deputado de Londrina manifesta a disposição ao conflito e embate: “Nós queremos ser respeitados e ouvidos nesta comissão”. “Nós” é uma alusão aos deputados do espectro da direita e conservador, que, segundo Barros, não são ouvidos e recebem tratamento distinto nas reuniões do colegiado, ao passo que os parlamentares da esquerda seriam historicamente favorecidos pelo presidente e pelo trabalho da mesa. Nesse momento, é articulada uma polarização esquerda e direita. A acusação final da fala do deputado londrinense se voltaria à nota emitida no dia anterior. Para o parlamentar, o presidente tinha tomado partido no embate em relação ao PL, o que era inadequado para a figura que deveria organizar os trabalhos de maneira técnica e imparcial.

A palavra é concedida ao deputado Delegado Eder Mauro (Naquele momento, PSD⁴⁰/PA, atualmente, PL/PA). Com um tom acima, “quero concordar em gênero, número e grau... e tenho (com) gênero um outro sentido (...) tudo aqui nessa comissão é gênero, fico até preocupado”. O deputado Pastor Feliciano (PL/SP) colabora com a polêmica e acrescenta, em tom irônico e com sua voz grave de cantor gospel, “gênero alimentício”. Eder Mauro se diz surpreso com a retirada do PL 3369/2015, de autoria do deputado do PCdoB, “que inclusive não se faz presente aqui”, e que, segundo o político paraense, ainda com um tom acima, “institui o estatuto da suruba das famílias do século XXI, porque isso é uma aberração trazida à Câmara dos Deputados”. O presidente Helder Salomão interrompe, pedindo moderação no uso das palavras, e solicita retirar das notas taquigráficas a palavra “suruba”, com o intuito de “manter o nível do debate”. O Delegado Eder Mauro, segurando o projeto impresso, ironiza: “Qual o maior nível baixo do que esse projeto, senhor presidente? A palavra que eu usei, acho que

⁴⁰ Partido Social Democrático.

foi até delicada demais”. Ele recebe aplausos dos companheiros conservadores e mantém sua fala forte e agressiva.

Não pode aceitar que um cidadão como esse, **se assim se pode chamar esse cidadão Orlando**, quer que a família, o pai possa casar com a filha, a mãe casar com o filho, a irmã casar com o cachorro... Pelo amor de Deus, meu irmão. O povo brasileiro todinho tem que tomar conhecimento disso. Aí, como se não bastasse, ele agora não veio, certamente envergonhado do que fez, mandou retirar de pauta... envergonhado (...) minha gente, nós estamos aqui. Cadê o pessoal da esquerda? Vem pra cá, bora votar o projeto! Põe o projeto que eu quero ver como é que vai se dar essa situação. Aqueles que gostam de levantar a bandeira verde, amarela, colorida, vem pra cá discutir o projeto e vamos ver quem vai mandar aqui, se o povo não vai ganhar essa questão de colocar a família como família e, não, como o absurdo que ele tá colocando aqui. (Dep. Eder Mauro na reunião da CDHM no dia 21 de agosto de 2019, grifo meu)

O deputado Lincoln Portela (naquele momento, Republicanos/MG, atualmente no PL/MG), também pastor evangélico, tem a vez e argumenta que a palavra “suruba” pode sim ser usada, informando a sua presença no dicionário da língua portuguesa. Voltando-se aos colegas à direita, orienta: “Pode falar suruba, não é palavrão”. O presidente Helder solicita novamente que se retire a palavra “suruba” das notas taquigráficas.

Em pé, o deputado Sóstenes Cavalcante (naquele momento, DEM/RJ, hoje, PL/RJ) conversa com o deputado em primeiro mandato David Miranda (Naquele momento, PSOL/RJ⁴¹). O primeiro está em seu segundo mandato, pertence à bancada evangélica e abriga em seu gabinete, como assessora, a psicóloga Rozangela Justino, uma protagonista da militância e da articulação em torno do

⁴¹ Davi Miranda faleceu em 2022, em sua trajetória política passou pelo PSOL e PDT.

projeto da “Cura Gay”⁴². O novato foi ativista do movimento LGBTQIA+ antes de se tornar parlamentar. Eles conversam sorridentemente. Enquanto isso, o presidente Helder tenta organizar a sessão.

Com a palavra, Túlio Gadêlha (naquele momento, PDT/PE, hoje, REDE⁴³/PE) – relator da proposta na comissão – ressalta que tem estabelecido relações cordiais com parlamentares dos mais diferentes espectros políticos e informa ter sido dele a ideia de retirar o projeto de pauta. Afirmar que reconhece que o texto tem problemas em sua “técnica legislativa”. No entanto, defende que o PL contempla, em sua essência, diferentes arranjos familiares, como, por exemplo, os casos de uma mãe solteira ou uma avó que vive sozinha com o filho ou neto.

O deputado Orlando Silva (PCdoB) chega ao plenário e solicita ao presidente a palavra como autor do projeto. Helder Salomão lembra que o Regimento não prevê que o autor da matéria preceda a fala dos líderes dos partidos e blocos naquela situação. O deputado Sóstenes Cavalcante diz que abre mão do seu tempo de liderança para escutar o autor da iniciativa. O deputado Orlando Silva, sentado à mesa que conduz os trabalhos, clama por antecipar a sua fala para responder as críticas dos parlamentares e esclarecer toda a polêmica: “eu pergunto ao Marco Feliciano, meu amigo, que me admira tanto... se poderia ceder?”. O deputado Pastor Marco Feliciano responde em tom sereno, “Orlando, é que eu também vou lhe citar”. Muitos deputados riem, “por favor, não entenda errado a palavra, lhe citar”. Então, o presidente Helder Salomão informa que não existe acordo. O Delegado Eder Mauro, com o dedo em riste, ratifica que não tem acordo. E o Pastor Marco Feliciano, usando o seu tempo de líder, em tom sereno:

Senhor presidente e senhoras e senhores deputados, é muito importante essa reunião de hoje, inclusive com esse debate, para que a gente possa elucidar alguns fatos. **Primeiro, eu**

⁴² O caso foi noticiado em diferentes meios de comunicação, entre eles o Intercept Brasil: <https://theintercept.com/2017/09/19/autora-da-acao-da-cura-gay-tem-cargo-em-gabinete-de-deputado-evangelico/>

⁴³ Rede Sustentabilidade.

quero demonstrar meu profundo respeito pelo Deputado Orlando Silva, deputado de alguns mandatos, estamos juntos aqui há algum tempo... e também pelo Deputado Túlio. Eu dizia ao Túlio agora há pouco que eu sou um veterano... e ele acabou de chegar. [Túlio sorri] É um calouro, mas um calouro que tem uma competência muito grande. (,,,) Me lembro muito bem quando o deputado Orlando, lá no plenário maior da casa... ele então, de brincadeira, disse, - já que aprovaram aqui o estatuto da família, vou apresentar o estatuto da família moderna - . Eu entendi que foi num tom de chocarrice, num tom de brincadeira e talvez por isso o projeto esteja hoje com tanto problema. **Existe aqui uma técnica legislativa má, uma má técnica legislativa na construção do texto, como bem disse aqui o Túlio.** Mas o que me toca não é nem a interpretação disso ou daquilo, mas é como existe dois pesos e duas medidas no nosso país, inclusive pros partidos progressistas. (...) O projeto não foi distorcido, você sabe que a má técnica legislativa empregada nele dava razão pra ter um milhão de pensamentos (...) entendemos que existem outros arranjos familiares, **o problema desse projeto aqui, Orlando, é apenas a má técnica legislativa. Por isso abriu precedente para que tivéssemos todo esse burburinho aqui.** (Dep. Marco Feliciano na reunião da CDHM no dia 21 de agosto de 2019, grifos meu)

Lincoln Portela acompanha a iniciativa do seu companheiro de bancada, Sóstenes Cavalcante, e cede seu tempo de líder para que o deputado Orlando Silva antecipe sua fala. O parlamentar paulista ratifica “o profundo respeito, e mais que isso, a **amizade** pela quase totalidade daqueles que conheço” e afirma que “não se faz política sem diálogo”. Após essa introdução, defende-se e defende o seu projeto. O Delegado Eder Mauro está com a cara fechada e segura um cartaz próximo ao peito: “INCESTO NÃO”.

Lincoln Portela tem a palavra. Da bancada evangélica, apresentador de televisão, radialista e presidente da Igreja Batista Solidária. Ele se autodenomina um conservador.

Primeiro quero elogiar a paciência e a simpatia do presidente (da comissão)... e elogiar a carinha boa do Orlando Silva. Que mesmo eu discordando plenamente dele e ele sabendo... ele tem uma cara muito boa e é um grande companheiro... é um colega meu, um companheiro aqui dessa Casa, que eu respeito muito e que já assistimos uma decisão na minha igreja local da seleção brasileira de vôlei e ele na minha sala, no meu gabinete pastoral (...) (Dep. Lincoln Portela na reunião da CDHM no dia 21 de agosto de 2019, grifo meu)

Em seguida, o deputado mineiro faz uma crítica à *hermenêutica* do projeto e considerações sobre a *técnica legislativa*. Um tom sereno está estabelecido na fala do parlamentar. Na sequência, o deputado Sóstenes Cavalcante critica o projeto duramente e afirma que o texto dá abertura para a pedofilia, incesto e casamento entre três pessoas ou mais. Filipe Barros tem a palavra novamente. Anuncia que manterão a obstrução e que poderão estendê-la por até seis meses:

Nós vamos obstruir os trabalhos desta comissão até que, de fato, o senhor respeite as pessoas que têm um pensamento diferente de vossa excelência. (...) a gente tem maioria nessa comissão e é por isso que a gente está falando, dep. Helder Salomão, que a partir de hoje nós queremos ser respeitados (...) (Dep. Filipe Barros na reunião da CDHM no dia 21 de agosto de 2019)

Na fala de Filipe Barros, aparece uma constante dos discursos de grupos conservadores: a percepção de que a configuração política atual exclui seu grupo da devida representatividade. Daí decorre uma demanda explícita por inclusão daqueles que afirmam representar a maioria da população – cristãos, conservadores e eleitores de direita. A atuação desses parlamentares combina

a mobilização estratégica do conjunto de regras regimentais – exemplificada aqui pelo uso do “kit obstrução” – com a manifestação recorrente de um sentimento de exclusão simbólica e identitária. O bolsonarismo e a nova direita, em suas múltiplas expressões, sustentam-se em uma reação conservadora aos avanços progressistas promovidos pelo Estado e pela sociedade civil, configurando-se como uma revanche contra a “hegemonia cultural esquerdista” (Rocha e Medeiros 2022). A lógica do conflito é sempre latente no bolsonarismo, que opera em constante oposição a esse horizonte hegemônico, buscando conquistar mais espaço de representação.

Sobre a reunião, nenhum dos projetos ou requerimentos pautados foi discutido, as manifestações giraram unicamente em torno da matéria retirada de pauta na véspera, o PL 3369/2015, e críticas em relação à organização dos trabalhos por parte da mesa e à esquerda em geral. As falas se prolongariam até a abertura da Ordem do Dia, quando os deputados começaram a esvaziar a reunião para se dirigirem ao plenário Ulysses Guimarães para registrar suas presenças e participar de votação nominal. A presidência da comissão estendeu um pouco a reunião para escutar as últimas parlamentares inscritas, Kátia Sastre (Naquele momento, PSL/SP, atualmente, PL/SP) e Chris Tonietto (Naquele momento, PSL/RJ, atualmente, PL/RJ). Elas não compunham a comissão, mas usufruíram do direito parlamentar de se manifestar e participar dos trabalhos nas comissões. Ambas realizaram discursos confrontantes e agressivos já com a sala da comissão esvaziada.

A deputada paulistana é policial militar e ficou conhecida após, em seu dia de folga, reagir a um assalto e matar um homem em frente a uma escola em dia de reunião de pais. O vídeo desse assassinato foi utilizado no início da sua campanha para deputada federal, em 2018, até o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo exigir a retirada por considerar a propaganda um estímulo ao atentado contra pessoas⁴⁴. Na comissão, a parlamentar faz ataque ao “nojento” projeto, tachando-o de favorecer a pedofilia e atacar a “família”.

⁴⁴ A matéria “Tribunal suspende propaganda da cabo Kátia matando ladrão a tiros na porta da escola, de Fausto Macedo, foi publicada pelo jornal Estado de São Paulo em

Em seguida, Chris Tonietto, ativista católica “pró-vida” (antiaborto), ataca a esquerda e o projeto. No dia seguinte, em um canal do YouTube, é publicado um vídeo intitulado “Deputados conservadores batem boca com esquerdistas que são a favor do INCESTO entre pais e filhos”. O conteúdo é protagonizado pela deputada carioca e pelo deputado Delegado Eder Mauro. O vídeo destaca o seguinte trecho da fala da deputada, realizada ao final daquela reunião⁴⁵.

Nós sabemos perfeitamente qual é a estratégia que eles adotam. Eles querem a manipulação semântica, porque eles se utilizam, por exemplo, das escolas com a Judith Butler, com o Jacques Derrida, que falam muito bem da manipulação de semântica, mudar o significado das palavras e é exatamente o que eles falam (...) então através de manipulações semânticas eles colocam os interesses deles que nós sabemos muito bem quais são, interesses escusos, obscuros inclusive para ludibriar boa-fé de terceiro, e as famílias que nos assistem estão sendo desagravadas neste momento (...) e esse tipo de escola da Judith Butler, Jacques Derrida, do pós-estruturalismo também será sepultado aqui, nós faremos questão de desmascarar esse lixo moral. (Dep. Chris Tonietto na reunião da CDHM no dia 21 de agosto de 2019)

<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/tribunal-suspende-propaganda-da-cabo-katia-matando-ladrao-a-tiros-na-porta-da-escola/> . Acesso em 04/05/2025.

⁴⁵ Do canal Política 100 Censura no YouTube: <https://youtu.be/ToLWtVWLyLc>.

Figura 9 Captura de tela de publicação do canal do YouTube Política 100



Findando a reunião, considerando os parlamentares que exerceram seu direito de fala como titulares ou suplentes da comissão, líderes de partidos ou blocos, quatro deputados se manifestaram em defesa do mérito do projeto, ao passo que outros sete atacaram o texto. Num primeiro tratamento, podemos classificar essa polarização como um histórico embate entre deputados vinculados ao espectro da esquerda e parlamentares posicionados no campo da direita. Levando em consideração o conteúdo envolvido no debate, esse confronto pode ser analisado pensando a disputa conservadores versus progressistas.

Nos atentemos aos conservadores, vinculação mais abrangente e à qual também se associa o grupo bolsonarista. Em artigo, Marcos Quadros e Rafael Madeira (Quadros e Madeira 2018) apresentam o fenômeno que classificam como a superação da “direita envergonhada”. Os autores em suas pesquisas demonstram ter ocorrido uma mudança no discurso de parte dos parlamentares da Câmara dos Deputados, desde a Constituinte até 2018 – em especial após 2013 –, com a intensificação da autoidentificação de deputados como pertencentes ao espectro da direita e do conservadorismo. Como já apontado, nomear-se de direita e conservador pode não estar relacionado apenas a mudança de composição do quadro de forças do Congresso Nacional, mas acaba por demonstrar uma conjuntura favorável a um conjunto de valores conservadores e de direita que, tornado tendência, torna-se mais recorrente em manifestações políticas, explicando assim porque atores políticos com uma

tradição de atuação fisiológica passem a performar também à direita, embora continuem com práticas adesistas, que garantam, por exemplo, mais influência nas decisões relacionadas ao envio de emendas parlamentares aos municípios.

Embora a Câmara dos Deputados conte com inúmeros parlamentares longevos, com uma notável presença de oligarquias tradicionais, com sobrenomes e grupos cujas representações permanecem ao longo de várias legislaturas, a matéria-prima dos embates e disputas mudou sensivelmente. Novas simbologias entraram no centro do debate, com destaque para a chamada *pauta de costumes*. A velocidade da circulação de informações também se intensificou, os mecanismos de pressão se diversificaram. Hoje é comum um parlamentar mudar seu posicionamento após perceber as redes sociais tomadas por alguma tendência em relação a alguma matéria parlamentar ou receber uma enxurrada de e-mails e comentários em suas publicações na internet.

Como apontado por Débora Messenberg (Messenberg 2017), a chave interpretativa do mundo, logo, a constituição das visões de mundo dos atores, não se dá por sua natureza essencial, mas pelos processos sociais decorridos nesse universo e que envolvem os atores. Novas disputas discursivas ganharam protagonismo e passaram a ser operadas por mais atores. Compreender a operação da linguagem política passa por compreender o aspecto prático, interativo e contextualizado de toda performance e discurso.

Hoje, o espectro político mais a direita, onde o grupo bolsonarista está posicionado, tem uma grande influência em como ocorre o embate na esfera pública, com uma grande participação na construção e inclusão de pautas nesse debate público. Com grandes audiências alcançadas, essas performances à direita tornaram-se referências aos demais atores do campo político, que assim como o público em geral, tem uma possibilidade de enquadramento (GOFFMAN 1974) nessas estruturas que organizam o pensamento, que comunicam um posicionamento e que trazem consigo crenças, valores e um repertório de atitudes.

Embora o discurso que abre este capítulo, de deputado Eduardo Bolsonaro, coloque o deputado Pastor Marco Feliciano como um ator importante em sua

narrativa sobre os novos tempos, em que a direita terá que ser *engolida* pelo Congresso Nacional, destaco que o conjunto de deputados bolsonaristas apresentam performances parlamentares que diferem das do deputado paulistano da bancada evangélica. Marco Feliciano, embora esteja claramente no espectro conservador, é uma figura que, em sua trajetória partidária, sempre esteve em composições de blocos mais fisiológicos, inclusive compondo, por vezes, a base dos governos de Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores. Seu repertório relacional está mais próximo ao comportamento predominante no Congresso Nacional, que prevê um trato cortês com os colegas parlamentares. Embora existam os momentos de embate mais acirrados, envolvendo matérias e disputas políticas, esses coexistem com elementos discursivos que ressaltam a cordialidade e, por vezes, até mesmo a camaradagem com os demais parlamentares.

Esse trato cortês é uma marca ainda majoritariamente presente nas relações entre os parlamentares. Essa dinâmica é relatada na etnografia inaugural dedicada ao Congresso Nacional, *Os Caminhos da Casa*, de Maria Cecília Costa, onde a autora apresenta a ideia de que “a habilidade do político na **técnica legislativa** está diretamente ligada à sua habilidade em estabelecer relações pessoais” com seus pares, um domínio importante da *arte parlamentar* (Costa 1980) (destaque meu). Embora as disputas no parlamento sejam severamente desiguais e os embates e debates contenham muitas vezes doses de animosidade e agressividade, a maioria dos parlamentares busca estabelecer uma convivência e comportamento corteses, sendo comum as manifestações ratificando elementos de amizade e fraternidade entre eles. Ainda que o Pastor Marco Feliciano seja o segundo deputado que mais mobilizou categorias de ataque à esquerda e que hasteou a bandeira conservadora em discursos no plenário nas duas legislaturas anteriores a analisada (permaneceu atrás somente do então deputado Jair Bolsonaro) (Quadros e Madeira 2018), a postura do parlamentar diferiu das protagonizadas recorrentemente pelos deputados bolsonaristas, que mantêm uma tensão mais latente e contínua em interações observadas nas performances parlamentares em comissões no Congresso Nacional. No decorrer da legislatura, ao alçar posições de maior poder na Câmara dos Deputados, esses mesmos parlamentares bolsonaristas por vezes

moldaram seu comportamento a fim de uma melhor eficácia parlamentar (capítulos 2 e 3). Esse fato não invalida o elemento da interação beligerante como marca da performance desse grupo, que ajudou a sua identificação, seja por outros parlamentares, seja por pesquisadores. O fato dos deputados bolsonaristas também jogarem conforme as *regras do jogo*, mais do que atentar contra sua identidade como grupo, aponta para a uma diversificação e inclusão de mais habilidades ao repertório parlamentar desse coletivo.

Figura 10 Captura de tela do post no Twitter do avatar da deputada Carla Zambelli.



Como já observado por Abélès em sua etnografia na Assembleia Nacional Francesa, a coexistência de dois tipos de performances e representações não é reveladora de uma inconsistência. Pelo contrário, ela sugere uma complementaridade entre a performance da hostilidade, que representa o antagonismo, e a da cooperação cortês, que por vezes suscita à acusação externa que as relações parlamentares são teatrais e simuladas, como se o conflito fosse algo encenado (Abélès 2000). A oscilação mencionada por Abélès, assim como a transformação (*shape-shift*) conceituada por Emma Crewe, representa um aspecto intrínseco do comportamento moldado dentro dessa instituição.

L'antagonisme est réel, mais il se déroule selon un protocole bien établi, marqué tout à la fois par un cérémonial, des préséances et des procédures. Le paradoxe ici, c'est que la spontanéité, l'émotion sont omniprésentes, et comme stimulées par l'existence d'un formalisme qui a traversé les siècles. Et c'est dans cette dépense d'énergie et cette débauche de paroles que finit par s'élaborer un écrit : le texte de la loi, le texte qui fait loi⁴⁶. (Abélès 2000)

Acerca do comportamento de cordialidade, padrão presente na interação parlamentar, também pode ser visto regularmente nos comportamentos dos deputados Lincoln Portela e Sóstenes Cavalcante, ambos da Bancada Evangélica, conhecidos por serem fervorosos defensores das bandeiras conservadoras e com históricos partidários atrelados à base que garantiu o presidencialismo de coalizão pós-constituente (Abranches 1988). O comportamento dos deputados do grupo bolsonarista tem uma performatividade disruptiva marcante (Rocha 2018; Warner 2002). Esta postura é, de certa maneira, adaptada e amortecida pelo padrão relacional da Câmara dos Deputados, que além de contar com a tradição da performance cortês, carrega muitos elementos do formalismo, inclusive com regras previstas em regimento⁴⁷.

O trabalho parlamentar exige dos deputados uma grande capacidade de improvisação, de mudança de tom, resultante do fato dele sempre envolver diferentes audiências. Como colocado por Zahir Ahmed, em sua etnografia com

⁴⁶ TRADUÇÃO: O antagonismo é real, mas ocorre segundo um protocolo bem estabelecido, marcado ao mesmo tempo por cerimoniais, precedências e procedimentos. O paradoxo aqui é que a espontaneidade e a emoção são onipresentes e como se fossem estimuladas pela existência de um formalismo que atravessa séculos. E é nesse gasto de energia e nessa confusão de palavras que acaba se desenvolvendo uma escrita: o texto da lei, o texto que é lei.

⁴⁷ No artigo 73 do primeiro capítulo das Sessões da Câmara do Regimento Interno são previstas regras para manter a “ordem, respeito e austeridade das sessões”, entre os elementos elencados, “a nenhum deputado será permitido falar sem pedir a palavra e sem que o Presidente a conceda (...)” e ao se dirigir a um colega “dar-lhe-á o tratamento de excelência”(CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019b).

parlamentares em Bangladesh, a mudança de forma (*shape-shift*) é um desafio inerente à vida de políticos eleitos (Ahmed 2019). Como esses personagens políticos atuam em contextos conflitantes e concorrentes, por vezes surgem desafios em conciliar expectativas e exigências, sejam elas construídas internamente, nas instituições parlamentares ou na sociedade abrangente, com especial ênfase aos seus potenciais eleitores. Aos parlamentares bolsonaristas não é diferente, estes lidam com o desafio de interagir com as diferentes audiências, seja perante as expectativas de comportamento por parte de seus eleitores, seja pela adequação de sua conduta ao decoro tradicionalmente esperado de um parlamentar.

No caso estudado por Zahir Ahmed, uma das fissuras que desafia a representação parlamentar ocorre entre as expectativas do papel constitucional de um MP (Membro do Parlamento) e expectativas advindas da polarização entre os interesses e disputas envolvendo as populações hindu e muçulmana. Já no caso específico dos parlamentares bolsonaristas, o desafio de conciliação se apresenta principalmente nos dilemas práticos da performance política. Eles precisam operar entre um comportamento disruptivo e beligerante, esperado e cobrado por suas bases, que compraram a ideia do modo anti-sistêmico e de uma posição de outsider perante o meio político, e a necessidade de adotar o comportamento cortês tradicionalmente exigido à conduta parlamentar, tão caro à arte da política.

Ao analisar a trajetória de atores e grupos parlamentares, é importante pensar o espaço do Congresso Nacional como um privilegiado veículo de propagação de mensagens e imagens. Embora a pauta não tenha andado, e projetos e requerimentos não tenham sido votados na reunião destacada, o embate promovido naquela tarde teve uma série de desdobramentos: parlamentares fizeram política, produziram conteúdo, conectaram-se com seus públicos e mantiveram latentes controvérsias que evidenciam e movimentam suas pautas. Apesar de ser dado um grande destaque ao parlamento como espaço de votação e aprovação de leis, o cotidiano das mulheres e homens eleitos é ocupado, em boa parte, por outros inúmeros e diversos compromissos, sejam eles, audiências

públicas, sessões solenes ou reuniões deliberativas, que deixam marcas e fazem parte dos palcos de propagação de ideias e reiteração de performances parlamentares. Luiz Eduardo Abreu destaca que essas atividades, com destaque para as comissões, adquirem importância para a rotina do Poder Legislativo por estarem conectadas com conflitos e alianças mais amplas, cujos interessados e envolvidos não se restringem “aos políticos eleitos, burocratas e/ou técnicos, mas envolvem os diversos setores da sociedade civil, a opinião pública, outros países, investidores estrangeiros, etc.” (Abreu 1999). Pensar as ações no Congresso Nacional nos convida a pensar a grande abrangência dos eventos que marcam a agenda dos parlamentares, inclusive aqueles momentos, aparentemente, menos produtivos que estão repletos de fazer político, mesmo quando sessões deliberativas não concluem com votações ou avanço na tramitação de matérias legislativas.

MAIS SOBRE O BOLSONARISMO NA CÂMARA

Isabela Kalil, em “Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro” (Kalil 2018), ressalta que o eleitorado que prevaleceu em 2018 é amplo e diverso, não se limitando a um único perfil ou restrito ao conjunto de pautas defendidas na candidatura à presidência do PSL naquele ano. Esse apontamento contribui para uma leitura em relação à Bancada Bolsonarista, que também interage com um público amplo e segmentado. Esses deputados se relacionam com uma gama mais ampla de elementos que os representados pela figura do ex-presidente, havendo momentos, inclusive, em que, para manter uma coerência perante o bolsonarismo, foi necessário contrariar orientações do Governo nas votações no Congresso Nacional. Em nome da governabilidade, os então governistas estiveram atrelados às negociações com os demais atores políticos, principalmente com os integrantes do famoso Centrão⁴⁸. Essas situações

⁴⁸ Centrão é a denominação dada a uma rede de parlamentares que não possuem uma orientação ideológica específica e aos quais se atribui uma atitude mais fisiológica, que independe do governo. em exercício, busca uma relação de proximidade e cooperação com a finalidade de influenciar o direcionamento do orçamento público, a obtenção de recursos e

atentariam contra a ideia da imagem antissistema⁴⁹ defendida em campanhas e que é uma importante bandeira para parte dos públicos/apoiadores do bolsonarismo.

No dia 21 de julho de 2020, foi aprovada em segundo turno a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 15/2020, que implicava alterações no Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). A liderança do Governo na Câmara dos Deputados à época, o deputado Major Vitor Hugo (Naquele momento, PSL/GO, atualmente PL/GO), e o ministro-chefe da Secretaria-Geral, General Ramos, trabalharam contra a aprovação da proposta durante toda a tramitação da matéria. Mas, ao notarem que a derrota estava por vir, mudaram a orientação numa tentativa de se vincularem à proposição vencedora, afastando-se da alcunha de derrotados. Foram 499 votos favoráveis. No dia seguinte, os jornais noticiaram que os únicos votos contrários foram de alguns parlamentares bolsonaristas.

Ainda na noite de 21 de julho, os deputados que, naquele momento, se denominavam “PSL barra Aliança pelo Brasil”, Bia Kicis, Chris Tonietto, Luiz Phillippe de Orleans e Bragança e Márcio Labre (atualmente, todos no PL), realizaram uma transmissão ao vivo pelo YouTube intitulada:

“POR QUE VOTAMOS CONTRA A PEC DO FUNDEB?”.

destinação de emendas que interessem suas bases eleitorais e indicação de nomes para ocupação de cargos públicos.

⁴⁹ Tomo como emulação anti-sistema o que Fabiano Santos e Talita Tanscheit apontam como um dos pilares da Direita Radical, que é caracterizada pela “hostilidade ao sistema político e à forma pela qual a representação política é desempenhada no país, buscando suprimir discursos e partidos políticos oposicionistas” (F. Santos e Tanscheit 2019), como Isabela Kalil constatou em sua pesquisa com eleitores de Jair Bolsonaro, ““contra todos os partidos”, “contra todos os políticos”, “contra tudo e contra todos”” (Kalil 2018). Essas imagens, ideias e candidatos seriam direcionados a um público para o qual a superação dos problemas estaria fora do sistema político, sendo assim apresentados políticos que se promovem como antagonistas à “velha política” e ao “sistema político” (Almeida 2019). No caso bolsonarista, um universo de ideias que tem como principal referência um personagem que ocupou por sete legislaturas seguidas um posto na Câmara dos Deputados, uma construção claramente contraditória.

O eixo principal da argumentação foi que votar a favor da proposta significaria favorecer um Estado mais forte. Esses parlamentares, como um grupo que defende uma menor presença estatal na vida das pessoas, apontam o poder público como um risco real às instituições “família” e “liberdade”. Dentro da agenda educacional, os riscos apontados pelo grupo fazem parte do conjunto de preocupações relacionadas à doutrinação das crianças nas escolas. Essa apreensão é o cerne das pretensões de parlamentares conservadores com projetos como o “Escola sem Partido” (PL 7180/2014) e o da regulamentação do ensino domiciliar, mais conhecido pela sua nomenclatura inglesa, *homeschooling* (PL 3179/2012⁵⁰). Ao acompanhar as diferentes defesas estabelecidas pelo conjunto de parlamentares em suas redes sociais, foi reforçada a ideia de que a posição final do grupo se deu visando se manter coerente ao conjunto de ideias defendidas pelo bolsonarismo, inclusive tendo sido afirmado, por vezes, que o próprio Jair Bolsonaro votaria contra a PEC em seus tempos de deputado federal.

Embora Jair Bolsonaro mantenha sua base engajada e tenha recebido mais de 58 milhões de votos no segundo turno das eleições de 2022, as incoerências entre os discursos e as ações que os caminhos da governabilidade demandam acabam por gerar reações de segmentos das bases bolsonaristas. São vários os episódios que os obrigaram a se posicionar diante da incoerência entre ações, votações ou orientações do governo. Um exemplo desse tipo de tensionamento ocorreu com a deputada Carla Zambelli (PL/SP), que foi questionada sobre usar recurso do Fundo Eleitoral, contra o qual discursara nos primeiros anos de legislatura. Nos corredores da Câmara dos Deputados, é comum escutar que um político, ao responder publicamente uma crítica, sinaliza que sentiu o golpe. Esses questionamentos que colocam como contraditórios o discurso e a prática dos políticos bolsonaristas é algo recorrente, reforçado tanto pela longa trajetória política de seu principal expoente, como pelo tempo em que ocuparam a posição de Governo, operando com a máquina governamental em seu favor.

⁵⁰ O PL 3.179/2012 foi aprovado na Câmara dos Deputados e encontra-se no Senado Federal, como 1388/2022. A consulta pode ser feita em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/153194>.

A partir da segmentação dos eleitores de Jair Bolsonaro, apresentada no trabalho de Isabela Kalil, pôde-se inferir que o bolsonarismo é uma força política ampla, segmentada e mais complexa que o conjunto de pautas defendidas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (Kalil 2018). Da mesma forma, a Bancada Bolsonarista está atrelada a um universo simbólico que possui alguma autonomia às figuras tanto de Bolsonaro quanto de seu governo. Assim, as deputadas e os deputados bolsonaristas são capazes de criar conexões distintas com os diferentes segmentos da grande base bolsonarista. Isso possibilita que um parlamentar possa atuar mais direcionado a, por exemplo, grupos de ruralistas radicais, enquanto outros mantêm uma ligação mais forte com armamentistas ou fundamentalistas religiosos em sua guerra contra o aborto em qualquer circunstância, para citar aqui apenas alguns dos temas que os mobilizam.

Esse caráter mais abrangente do bolsonarismo abre um leque de possibilidades para os desdobramentos e destino desse coletivo, sendo possível averiguar as consequências da derrota eleitoral de Jair Bolsonaro em 2022 para as próximas legislaturas, questionando-se, por exemplo, se o grupo permanecerá coeso e se continuará com a mesma alcunha. É possível ver a continuidade do grupo na atual legislatura, a 57^a, com uma notável participação na composição do maior partido da Câmara dos Deputados e com uma maior influência no Senado Federal. Independente de denominação, ao que tudo indica, a extrema-direita ocupou um espaço no parlamento com o qual teremos que lidar politicamente por um bom tempo.

CARÔMETRO BANCADA BOLSONARISTA⁵¹

DEPUTADOS

FEDERAIS

2019 – 2023



⁵¹ O carômetro é um painel com fotos de todos os deputados, produzido para assistir os trabalhos no Plenário e nas comissões, possibilitando aos secretários, técnicos e parlamentares (principalmente durante a organização dos trabalhos) reconhecerem os políticos eleitos presentes. O documento original conta com os 513 deputados. Para as comissões, são editados painéis específicos com a composição de seus colegiados. Para apresentar a Bancada Bolsonaroista, a partir do documento principal, pincei os deputados vinculados ao grupo identificado. O carômetro original conta ainda com o número do gabinete e telefone de contato.

Caroline de Toni PL - SC 	Chris Tonietto PL - RJ 	Coronel Chrisóstomo PL - RO 
Coronel Tadeu PL - SP 	Daniel Silveira PTB - RJ 	Daniel Freitas PL - SC 
Delegado Éder Mauro PL - PA 	Dra. Soraya Manato PTB - ES 	Eduardo Bolsonaro PL - SP 

Filipe Barros PL - PR 	General Girão PL - RN 	General Peternelli UNIÃO - SP 
Giovani Cherini PL - RS 	Guiga Peixoto PSC - SP 	Helio Lopes PL - RJ 
José Medeiros PL - MT 	Junio Amaral PL - MG 	Luiz Lima PL - RJ 
Luiz Philippe de Orleans e Bragança PL - SP 	Major Fabiana PL - RJ 	Major Vitor Hugo PL - GO 

Márcio Labre PL - RJ 	Nelson Barbudo PL - MT 	Otoni de Paula MDB - RJ 
Policia Katia Sastre PL - SP 	Sanderson PL - RS 	Sargento Fahur PSD - PR 

Capítulo 02

CAPÍTULO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA.

Apresentação do capítulo

A realização dessa investigação acompanha caminhos e personagens dentro da Câmara dos Deputados, instituição de importância e poder incontornáveis para a compreensão da complexidade do Estado e da política brasileira. Seguir esse conjunto e acompanhar sua jornada levou a deparar-me com um instigante paradoxo: a busca por estudar um fenômeno extraordinário, destoante da história recente do legislativo brasileiro, acabou por jogar luz ao que existe de mais ordinário, sólido e que se mantém da institucionalidade. Se em momentos que etnógrafos se voltaram a tentativas de investigar o funcionamento cotidiano e ordinário do Congresso Nacional, suas comissões e estrutura e ritos de funcionamento, acabaram por ter suas investigações confrontadas por eventos e conjunturas de urgência, como crises políticas, escândalos, comissões parlamentares de inquérito ou abertura de processos de impeachment; minha investigação voltada a uma bancada – inédita – de extrema-direita, acaba por me levar ao que existe de mais consolidado no parlamento, os acordos, às práticas, às expectativas de performances e aos devires desses espaços institucionais e suas operações legislativas.

Uma espécie de decepção/desapontamento com o espírito inicial da investigação se confunde com a expectativa de atendimento ao ímpeto de uma missão antiga e talvez ainda não completamente realizada pelos etnógrafos da política. O parlamento ainda é um espaço institucional pouco estudado pela antropologia internacional (Crewe 2018), o que faz esse aparente desvio da trajetória inicial da investigação não ser um total fracasso. Sobre a força e a solidez de instituições públicas, gostaria de ressaltar um ponto: Vide a temporada de crises institucionais que o Brasil viveu nos últimos anos de sua jovem

democracia, não quero fazer parecer que a concretude que destaco dessas instituições, seus sistemas de regras e práticas, impliquem em uma garantia ou maior estabilidade da democracia. Em vez disso, é possível ver que essa solidez funcione para a manutenção dos arranjos e posições de atores políticos e econômicos em suas posições e estruturas de poder.

A chegada da primeira mulher ao comando da comissão mais importante da Câmara dos Deputados, essa mesma personagem, vista por muitos como não pertencente a esta ordem institucional, é uma combinação disparadora de controvérsias, que surgem nesse capítulo como frestas e oportunidades para observar um espaço ordinário da fabricação das leis em pleno funcionamento.

Figura 11 Inauguração de foto na galeria de presidentes da CCJC. Da esquerda para a direita, Arthur Maia, Damares Alves, Caroline de Toni, Soraya Santos, Bia Kicis, Michele Bolsonaro e Margarete Coelho. Crédito: Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



PRÓLOGO:

Ela já estava sempre por aí.

Bia Kicis, deputada federal pelo Distrito Federal, é a protagonista deste capítulo. Meu primeiro contato com ela ocorreu antes do início da legislatura que estamos analisando. Naquela época, Beatriz Kicis Torrents de Sordi ainda não era parlamentar nem uma figura pública amplamente conhecida. Ela era subprocuradora aposentada do Distrito Federal, mestre e fundadora da Escola Brasileira de Reiki (EBREIKI). Mesmo antes de se tornar uma figura política ativa no Congresso e em manifestações, Bia já fazia parte de uma rede que envolvia os poderes judiciário e executivo do Distrito Federal.

A primeira vez que avistei a personagem foi em 2017, quando a Câmara dos Deputados era presidida pelo deputado Rodrigo Maia, do estado do Rio de Janeiro. O Congresso Nacional vivia uma espécie de ressaca política após um processo de impeachment da presidente da República de nove meses, promovido pelo parlamento brasileiro, que interrompeu o mandato de Dilma Rousseff em 2016. Desde então, a Esplanada dos Ministérios vinha sendo palco de manifestações populares, muitas delas reprimidas violentamente pela Polícia Militar do Distrito Federal.

A tensão não se restringia à área externa da Esplanada dos Ministérios, que passou a contar com grades nos arredores do Palácio do Planalto, Congresso Nacional, Palácio do Itamaraty e Supremo Tribunal Federal, influenciou também a entrada e circulação de pessoas pelos edifícios da Câmara e Senado, que então contavam com uma série de restrições em seus acessos. Vale ressaltar que a criação de obstáculos – que, no caso dessas duas últimas instituições, deveria ser de livre acesso – não foi uma exclusividade desse momento. Desde que comecei a frequentar o Congresso Nacional, em meados de 2011, é possível identificar que o aparato de restrições à entrada de pessoas não credenciadas oscila, existindo temporadas onde o direito ao acesso é mais respeitado e períodos com maiores restrições. Apelidada a Casa do Povo, a Câmara dos Deputados não possui em seu conjunto de regras impedimentos para adentrar suas acomodações. O mesmo pode ser observado no Senado Federal. Porém,

dependendo do contexto político e da atuação das mesas diretoras, um conjunto de mecanismos surge criando obstáculos ao acesso de pessoas não credenciadas aos edifícios, reuniões das comissões, sessões e demais atividades de funcionamento do poder legislativo⁵².

Voltando à personagem principal: o momento em que avistei pela primeira vez Bia Kicis foi um desses períodos de maior restrição à Casa. Naquela temporada, trabalhava em uma pesquisa para realização de um documentário. Sem nenhuma justificativa, eram requeridas informações sobre o destino e objetivo da entrada na Câmara. Sem maiores detalhes, por vezes fui informado de que o acesso estava restrito por *questões de segurança* e/ou por *ordens superiores*. Aos que precisam entrar no Congresso Nacional e não possuem credenciamento, é comum o desenvolvimento de estratégias e alianças para acessar os espaços. Esse foi um dos aprendizados ao qual fui exigido nos anos em que – com diferentes missões – frequentei a Câmara e o Senado. Dizer que visitaria a biblioteca do Senado, que possuía agenda em algum gabinete de liderança de um partido, reunião com algum servidor do Congresso, ou ainda, justificar minuciosamente a finalidade técnica de uma ida a uma reunião de comissão para acompanhar a tramitação de uma matéria legislativa específica prevista na pauta do dia... são exemplos de desculpas e artimanhas utilizadas para conquistar o acesso aos edifícios. Qual justificativa daremos para a nossa entrada? Entrar pelo Senado ou pela Câmara? Pelo anexo IV ou pela chapelaria? Qual entrada está com menos restrições hoje? São perguntas e desafios elaborados diariamente pelos não credenciados que vão ao Congresso abordar alguma deputada, conversar com um assessor, fazer uma performance política, protestar contra um projeto em pauta ou realizar sua pesquisa de doutorado.

Era 14 de fevereiro de 2017. Acompanhado de uma amiga e companheira de pesquisa, tínhamos como destino uma audiência pública sobre o projeto de lei conhecido como Escola Sem Partido. Nesse dia, optamos em entrar pelo Senado

⁵² Os trabalhos de Michel Alcoforado, Tatiane Santos e Luiz Eduardo Abreu apresentam relatos das dificuldades dos acessos ao Congresso Nacional (cf. Abreu 1999; Duarte 2011; Alcoforado 2011).

Federal, informando que tínhamos uma reunião com uma assessora da liderança de um partido de esquerda. A credenciada é uma amiga antropóloga, que sempre se dispõe a colaborar e ser uma possível solução para o problema da entrada no Congresso. Digno de nota no texto, essa amiga antropóloga foi por vezes um farol de conhecimento para as recentes etnografias no Congresso Nacional, colaborando com contatos, observações, reflexões, conhecimento e leituras das conjunturas e especificidades do mundo legislativo. Voltando aos caminhos do Congresso, sabíamos que no corredor do Senado que dá acesso à Câmara é rara a realização de vistoria⁵³. A livre passagem no sentido contrário já não acontece. Aos que não conhecem o parlamento brasileiro, vale dizer que tanto pela quantidade de parlamentares, como pela quantidade de comissões e atividades, o Senado costuma ser um ambiente mais tranquilo que a Câmara. Uma atmosfera mais nobre toma a Câmara Alta, enquanto à Câmara Baixa é atribuído um aspecto mais popular. É comum frequentadores do Congresso brincarem que a Câmara se assemelha a uma feira. Não era o caso desse dia. Por conta da temporada de restrições, os corredores estavam vazios. Ao chegarmos na sala da comissão no Anexo II, nos deparamos com um grupo com cerca de dez pessoas. Entre elas, Bia Kicis, até então desconhecida aos nossos olhos.

Com exceção de um jovem fotógrafo de um portal midiático, braço de uma organização social progressista, também não credenciado, os demais presentes eram populares apoiadores do projeto Escola Sem Partido. Bia Kicis interagiu com o grupo presente, por vezes conversava com assessores e, munida de um celular e um microfone de lapela, registrava o ambiente da comissão antes do começo da reunião. O deputado Eduardo Bolsonaro, então em seu primeiro mandato, surge e tem uma rápida conversa com Bia. A audiência pública tem início e o grupo presente com Bia Kicis performa como claque apoiadora do projeto durante toda a reunião, aplaudindo os deputados e convidados conservadores e dirigindo vaias contra a fala da convidada progressista, uma

⁵³ O Senado Federal e a Câmara dos Deputados ocupam o edifício do Congresso Nacional, com organizações e burocracias distintas, é possível circular de um para o outro sem a necessidade de sair do prédio. Como venho apresentando, essa circulação possui algumas restrições, mas aos credenciados é possível o trânsito sem burocracias.

jovem representante da União Nacional dos Estudantes – UNE. Ao final da reunião, Bia Kicis foi embora com Eduardo Bolsonaro.

Ao chegar em casa, recebo algumas mensagens de amigos me alertando de que minha imagem tinha aparecido numa página da rede social Facebook. A cena: um vídeo em que Bia Kicis realizava uma filmagem com um movimento panorâmico enquanto realizava comentários em que ressaltava a presença dos apoiadores do Escola Sem Partido na reunião da comissão, no momento que a gravação apresenta o fundo da comissão com a nossa presença – amiga pesquisadora e colega fotógrafo – ela pontua, *aqueles ali não são dos nossos, eles não devem nem tomar banho*.

O vídeo caricato foi acompanhado da descoberta de um canal de YouTube e uma página de Facebook com uma grande produção de conteúdo em que Bia Kicis acompanhava, interagiu e narrava eventos políticos desde janeiro de 2015, início do mandato interrompido de Dilma Rousseff. Os canais contavam com conteúdos contra o governo e, em sua maioria, vídeos protagonizados por Bia Kicis, por vezes acompanhada de parlamentares e figuras públicas da política, participando de marchas na Esplanada dos Ministérios, eventos no Congresso Nacional ou narrando e comentando a situação política do país diretamente de sua casa.

Dois meses depois, ainda na temporada da realização do documentário, reencontraríamos Bia Kicis num evento promovido pelo Congresso Em Foco, um portal de notícias que era apoiador logístico do filme. Dentro do espectro político dos veículos de comunicação brasileiros, o portal é comumente posicionado/considerado mais ao polo progressista da imprensa brasileira. No evento, jornalistas convidados de diferentes veículos e assessores de imprensa de entidades do terceiro setor participavam de uma dinâmica em grupo para elencar e eleger temáticas importantes para a cobertura do poder legislativo. Na etapa inicial, os participantes foram convidados a adicionar sugestões em um grande quadro, listando temas e pautas que deveriam receber atenção da cobertura jornalística. Em seguida, cada participante, munido de dez marcadores, elegeria suas sugestões favoritas. A ideia da atividade era que os temas que recebessem mais votos fossem discutidos no momento seguinte, em

uma espécie de plenária, envolvendo todos os presentes. Ao percorrer as diferentes propostas, me deparo com uma proposta destoante, que em seguida viria saber ser de Bia Kicis: “acabar com a vitimização no Congresso Nacional”. A proposta contou apenas com um voto, provavelmente da autora.

Após a conclusão da contagem e início da dinâmica de discussão, Bia Kicis pede a palavra e reivindica a inclusão de sua proposta na plenária. Segundo a mesma, como todos ali eram a favor dos direitos das *minorias*, naquele momento ela e sua proposta se configuravam *como minorias* e deveriam ser *privilegiadas*. Alguns presentes na plenária reagem à tentativa e a acusam de querer tumultuar a reunião. O que termina por acontecer. Um conhecido, membro do Conselho Indigenista Missionário – CIMI, assíduo frequentador não credenciado do Congresso, nos contextualiza da personagem Bia e sua tentativa de tumultuar a reunião, e reitera que não é a primeira vez que ele presencia ato do tipo.

O evento daquela tarde me lembraria uma das representações levadas ao Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, contra o então deputado Jair Bolsonaro. O documento apresenta um relato de uma performance de enfrentamento semelhante, quando o deputado surpreende uma visita oficial cujo intuito era apurar indícios de prática de tortura em um quartel. Esse tipo de ação vem se estabelecendo como repertório performático de figuras políticas da extrema-direita:

“No dia 24 de setembro de 2013 foi realizada uma visita das Comissões da Verdade do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e da OAB/RJ, acompanhadas de membro do Ministério Público Federal, ao prédio do antigo DOI-Codi, atual 1 batalhão de Polícia do Exército, na Tijuca, na Zona Norte do Rio de Janeiro.

O representado, a despeito de não pertencer a qualquer das referidas Comissões e de não ter sido convidado, compareceu ao local da reunião com o nítido propósito de perturbar a ordem da visita.

Diante da negativa pelos membros da Comissão, de que pudesse participar da visita, o Representado, como de costume, passou a ridicularizar um dos membros da Comissão, o Senador da República João Capiberibe, proferindo expressões como “que moral tem ele para dizer que eu não entro no Quartel do Exército?”, com a finalidade de trazer para si os holofotes da mídia e provocar reações.”

Percebendo que sua atitude não foi sequer levada em consideração pelo referido Senador, o Representado desferiu um soco no Senador da República Randolfe Rodrigues (...)” (Destaque meu) (Representação 23 de 2013)⁵⁴

Ao final da análise da representação por parte do Conselho de Ética, o parecer vencedor considerou o representado como um deputado “diferente”, que por vezes cria “situações difíceis”. Após deliberação colegiada, concluiu-se pela inadmissibilidade da representação por ausência de justa causa, resultando em onze votos favoráveis e nenhum contrário.

Algumas figuras da extrema-direita ganharam evidência realizando “visitas” surpresas a escolas e hospitais, denunciando profissionais e práticas, numa construção de uma performance e imagem do confronto. Nos últimos anos, sempre registrado em vídeo. A circulação de conteúdos com esse tipo de ação fez parte do repertório midiático de muitos candidatos a se tornar celebridade no universo bolsonarista. Muitos deles buscam conquistar um espaço nessa espécie de franquia política chamada bolsonarismo.

⁵⁴ A Representação ao Conselho de Ética de nº 23 de 2013 pode ser acessada no portal da Câmara dos Deputados em <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/eticaedecoro/processos.html> (Acesso em 19/03/2025) (Acessado em maio de 2025).

UMA BOLSONARISTA NA PRINCIPAL COMISSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

(Ou *SUBMERGIR NO MAR REVOLTO*)

Ato 1 – A posse

10 de março de 2021. Prestes a completar os dois primeiros anos da 56ª legislatura da Câmara dos Deputados, sob a presidência de Rodrigo Maia, a eleição para Mesa Diretora estava por vir e dois nomes se destacaram na disputa pela liderança da Casa: O candidato Baleia Rossi, deputado do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) pelo estado de São Paulo, representava a manutenção do bloco no poder. Sua candidatura foi desafiada e derrotada por Arthur Lira, do Partido Progressista (PP), eleito por Alagoas e em seu primeiro mandato no Congresso Nacional. Ambos os candidatos pertenciam a partidos do chamado Centrão, a disputa ocorria entre grupos políticos que formavam a base dos últimos presidentes de diferentes partidos. Essa situação refletia a predominância do fisiologismo político comungado por um grupo de partidos, que ao longo dos últimos anos passou gradativamente a ter mais influência sobre o orçamento público da União.

Às vésperas da eleição, o apoio do PSL era chave para ambas as candidaturas. Num primeiro momento, o presidente Luciano Bivar declarou a sigla como apoiadora da candidatura de Baleia Rossi. O partido continuava rachado. Pelo fato da presidência de Rodrigo Maia se posicionar em oposição ao governo de Jair Bolsonaro, a movimentação do presidente desagradou a ala bolsonarista do seu partido, que representava cerca de metade de sua composição. Previsto em Regimento Interno e como um gesto de afrontamento e rebeldia, a ala bolsonarista apresentou um documento contendo as assinaturas da maioria do partido, formalizando na contramão da liderança o apoio à candidatura de Arthur Lira. Essa movimentação representava mobilizações e negociações nos bastidores da Câmara, facilitada pela fragmentação política do PSL. Luciano Bivar chegou a reagir e apresentar mais um conjunto de assinaturas, reconquistando a representação da maioria. Uma grande disputa interna se tornou explícita e evidente. Uma proposta de divisão de cargos feita pela

candidatura de Arthur Lira acomodaria os lados opostos do PSL. Ao lado do presidente, seria oferecido um lugar na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, a 1ª Secretária, responsável pelas atividades administrativas da Câmara. Esse posto representa inúmeros cargos comissionados para indicação. Para a ala bolsonarista, seria reservada a indicação de três presidências de comissões. Esse acordo levaria a indicação de Aline Sleutejes para a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Carla Zambelli para Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e Bia Kicis para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – que com a Comissão de Orçamento e Finanças, são considerados os colegiados mais importante e estratégicos da Câmara dos Deputados.

Figura 12 Captura de tela da postagem do avatar de Carla Zambelli na rede social Twitter.



Jair Bolsonaro acumulava episódios de misoginia em sua trajetória política. Em sua trajetória no parlamento, um que obteve grande repercussão foi o ataque à Maria do Rosário, eleita pelo Rio Grande do Sul, deputada federal desde 2003, o primeiro dos anos de Governo Lula, um nome político estabelecido do Partido dos Trabalhadores, com imagem profundamente relacionada à defesa dos Direitos Humanos. Na ocasião, no ano de 2014, o deputado Jair Bolsonaro afirmou na tribuna: “*Não saia, não, Maria do Rosário, fique aí. Fique aí, Maria do Rosário. Há poucos dias, você me chamou de estuprador no Salão Verde e eu*

falei que não estuprava você porque você não merece”. Esse ataque teve como consequência uma representação no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados (Rep. 36 de 2014), cuja relatoria foi destinada ao então deputado Marcos Rogério, que em 2022 seria eleito senador, se tornando um dos políticos mais alinhados ao bolsonarismo no Senado Federal na 56ª legislatura. A representação não foi analisada e acabou sendo arquivada em decorrência do término do período legislativo.

Voltando à CCJ. Os deputados bolsonaristas bradariam aos quatro ventos que a sigla do presidente Bolsonaro, taxado como misógino, era a responsável pela indicação de mulheres para ocupar as três presidências destinadas ao partido, em divisão correspondente à proporcionalidade dos tamanhos dos blocos partidários. Entre as conquistas, o maior destaque era dado à Comissão de Constituição e Justiça, que além de ser uma das mais importantes da Casa, é passagem obrigatória a qualquer projeto de lei ou emenda constitucional, e para a qual seria indicada a primeira presidenta de sua história: Bia Kicis.

A indicação da primeira mulher para presidir a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) por um partido de direita não seria a única controvérsia enfrentada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), a maior sigla da esquerda, com a chegada de uma bolsonarista a uma das comissões mais prestigiadas da Câmara. O fato de que a escolha de Bia Kicis surgiu de um acordo para a distribuição de cargos em comissões permanentes, levando em consideração a proporcionalidade dos blocos partidários, implica que o PT estava incluído nesse acordo e tinha direito a uma quantidade de postos proporcional ao tamanho de sua bancada eleita. Esse acordo, definido pelo Colégio de Líderes, permite que os partidos indiquem os nomes para as presidências das comissões, fazendo com que a eleição, prevista no regimento para o dia da abertura dos trabalhos, geralmente seja um processo meramente protocolar, onde a maioria dos parlamentares acata as indicações resultantes do consenso. O PT deveria votar favoravelmente no nome de Bia Kicis.

A primeira sessão da CCJ da semana costuma acontecer às terças-feiras, no início da tarde, quando os trabalhos na casa estão esquentando. Muitos parlamentares chegam de seus estados na terça pela manhã. Junto com a quarta-feira, são os dias mais movimentados na Câmara dos Deputados. O número de atividades diminui na quinta-feira, quando os parlamentares costumam retornar para os seus estados, com exceção do Distrito Federal, onde se situa o Congresso Nacional.

A eleição de Bia Kicis aconteceria numa terça-feira, em reunião convocada pelo recém-eleito presidente da Câmara, Arthur Lira, para instalação dos trabalhos. Felipe Franscischini, o presidente da comissão na legislatura anterior, surge como o responsável, à distância (online), pela condução do processo. O quórum mínimo é alcançado, o que autoriza o início da reunião. O condutor começa afirmando ter recebido do presidente da Câmara dos Deputados a indicação de Bia Kicis para a presidência da CCJ, resultado “de acordo das lideranças”. Consulta os participantes da reunião – online e presencialmente – se existe alguma outra candidatura. A deputada Fernanda Melchiona se manifesta:

A SRA. Fernanda Melchionna: Deputado Fransceschini, eu tô esperando a Mesa responder porque, obviamente, espero que a minha candidatura já tenha chegado à vossa excelência. Registrei ontem às 9:30 da manhã o pedido de candidatura e agora, formalmente, com os integrantes da Mesa. Ainda não pedi questão de ordem porque tenho certeza que vossa excelência não vai macular (a candidatura)...

O SR. Felipe Frascischini: Nós tínhamos a inscrição do deputado Lafayette, que retirou a candidatura. Temos também que foi indeferida a candidatura da deputada Fernanda Melchiona do PSOL do Rio Grande do Sul, em virtude do acordo de líderes firmado na semana passada, então considero indeferida a candidatura da deputada Fernanda Melchionna. Apenas consulto-a para saber se ela fará a questão de ordem, para responde-la.

A SRA. Fernanda Melchionna: Questão de ordem, presidente. (TRANSCRIÇÃO MINHA. Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em 10/03/2021)

O presidente acata o pedido de questão de ordem da deputada Fernanda, no entanto, lembra que existe uma solicitação anterior, da deputada Maria do Rosário, já registrado no sistema. À distância (online), a parlamentar do Rio Grande do Sul faz questionamentos técnicos sobre o funcionamento da Comissão, por conta da situação da pandemia, para em seguida apresentar um posicionamento em relação ao nome indicado para a CCJ.

A SRA. Maria do Rosário: (...) A segunda questão de ordem trata do parágrafo terceiro do artigo 8º, onde diz aqui que é assegurada participação de um membro da minoria. Ainda que pela proporcionalidade não lhe caiba lugar. O artigo 8º trata da eleição da Mesa, onde couber ele é transferido para a mesa da comissão. Ainda que exista um acordo, eu gostaria de refletir com vossa excelência e com os colegas, se nas mesas de comissões não cabe também, mesmo mantendo o acordo, mesmo a proporcionalidade sendo observada para a presidência, no cargo das vice-presidências, nós não deveríamos, como CCJ, inaugurar este procedimento em que tenhamos uma mesa plural? E por último, senhor presidente, **eu quero fazer uma declaração de inconformidade do Partido dos Trabalhadores com a indicação de Bia Kicis como candidata à presidência da comissão pelo PSL. Nós reconhecemos não só o acordo, como a proporcionalidade, mas não reconhecemos como partido a condição adequada para quem ataca a Constituição de forma direta e implacável.** Implacável. Bia Kicis tem sido, colega parlamentar, lamento, adversária da Constituição Federal. Isso nos deixa desconfortáveis, inconformados com a sua indicação para

a presidência. (TRANSCRIÇÃO MINHA. Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em 10/03/2021)

Felipe Francischini informa que a composição das vice presidências são definidas pela Mesa Diretora da Câmara e indefere a candidatura de Fernanda Melchionna. A deputada do Rio Grande do Sul pede mais uma vez a questão de ordem que lhe é devida. Ela, que estava presente na sala da Comissão, pergunta se o então presidente da comissão a escuta. À distância, ele lê os procedimentos da eleição para a presidência. Fernanda e Paulo Pimenta, deputado paulista do Partido dos Trabalhadores, reivindicam a precedência regimental da questão de ordem da deputada. Orlando Silva, deputado do Partido Comunista do Brasil pelo estado de São Paulo, se soma aos protestos. As vozes se sobrepõem. Francischini continua a leitura. Fica no ar a dúvida se o condutor simplesmente ignora e atropela os colegas ou se existe uma falha técnica e não lhe chega o áudio com as contestações. Fernanda reitera que a questão de ordem é anterior à instalação do regime de votação. Os protestos dos deputados da oposição continuam. Francischini continua a leitura da ordem de procedimentos da votação. Não é possível escutar nitidamente nada. Finalizada a leitura, é enfim dado o tempo para a questão de ordem da deputada.

A SRA. Fernanda Melchionna: (...) às 7:30 da manhã, o deputado Ivan Valente foi acordado pela mesa da CCJ, dizendo que, como deputado mais antigo, com mais mandatos, ele presidiria a sessão. Nós estamos há uma hora e trinta minutos esperando o início dessa sessão. Para que o deputado Ivan Valente não presidisse, foi feita toda uma operação, comandada por alguém que pretende ser presidente da Comissão de Constituição e Justiça e só ataca a Constituição Federal. Ataque às liberdades democráticas, ataca o povo do nosso país fazendo fake news. A minha questão de ordem, presidente, é (com base) no Artigo 39 do Regimento Interno, que trata da escolha por eleição de presidentes e vice-presidentes das

comissões. Presidente. O referido artigo regimental não dispõe sobre qualquer limitação, qualquer limitação ou impedimento para disputa de cargos por qualquer Deputado membro da comissão. **Sabe-se que a prática da Casa não permite candidatura avulsa de fora da bancada, a quem coube indicar a presidência por acordo, acordo de lideranças, e tem encontrado respaldo em decisões... e às vezes não. Como aconteceu com a questão de ordem n.º 388 de 2014, que permitiu candidaturas avulsas. O tema é que o PSOL não faz parte do acordo.** Nós não temos como dar acordo para que uma extremista que ataca as medidas necessárias para salvar a vida do nosso povo, que passou o final de semana inteiro atacando os governadores, que precisam fazer medidas sanitárias para enfrentar a pandemia e deveriam estar sendo respaldados na compra da vacinação. E olha que sou oposição a vários (governadores)... que foram atacados por essa cidadã, que é investigada pelas fake news no Supremo Tribunal Federal, investigada no inquérito de atos antidemocráticos. Que acordo pode ser esse que macula a Comissão de Constituição e Justiça da Casa. (...) Quem pode aceitar a ideia de quem comete inúmeros crimes possa ser candidata à presidência da principal comissão, de Constituição e Justiça da Casa? (...).(TRANSCRIÇÃO MINHA. Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em 10/03/2021)

Os parlamentares bolsonaristas faziam coro contra as medidas sanitárias adotadas pelos governadores na pandemia de COVID-19, como o *lockdown*, a prática do uso de máscaras e a obrigatoriedade da vacinação. Um episódio deu mais evidência à então candidata à CCJ. Em um vídeo que circulou por redes sociais, ao lado de Bia Kicis, uma aliada ensinava o “truque maravilhoso” da parlamentar para burlar a obrigatoriedade do uso das máscaras, que consistia nas pessoas sempre portarem uma garrafa d’água, que serviria como justificativa

para não estarem com o equipamento de proteção. Elas deveriam prometer colocar o equipamento de proteção individual em seguida, mas não colocariam. “Eu quero respirar, eu preciso respirar”, diz a deputada no vídeo amplamente divulgado em plena pandemia de Covid-19, na contramão de políticas públicas e regramentos emergenciais que estavam vigentes em meio à crise sanitária e humanitária.

Maria do Rosário e Fernanda Melchionna eram deputadas de oposição na conjuntura da 56ª legislatura, mas em partidos com características e conexões distintas, logo, envolvidos em diferentes arranjos de poder. Embora no que se refere ao espectro político, ambas as siglas fossem oponentes do poder estabelecido na Comissão e na Câmara dos Deputados, o Partido dos Trabalhadores, pelo fato de possuir 55 deputados, tinha direito à partilha dos comandos e a garantia de assentos em todas as comissões. Por outro lado, o Partido Socialismo e Liberdade, que contava com oito parlamentares, não tinha direito a nenhuma presidência, assim como não tinha garantidos assentos em todas as comissões. Essa junção das condições políticas – garantidas aqui pelo tamanho da bancada – com a esfera da representação simbólica/ideológica do partido são elementos que se relacionam às performances políticas das representantes dos partidos. Essas condições implicam em diferentes conjuntos de relações, logo, em diferentes públicos, tendo aqui como referência a noção de público e contra-público discutida por Michael Warner, que ancora em duas noções importantes. A primeira, a necessária coexistência entre performance e públicos, este último existindo em virtude de ser destinatário, podendo ser uma expectativa, uma noção ou uma audiência concreta, com seu destino podendo ser estranho ou incerto (Warner 2002)⁵⁵. A segunda é de pensar a esfera pública

⁵⁵ Michael Warner é um dos autores que dá continuidade à discussão da noção de Esfera Pública, a partir de debate teórico capitaneado por Nancy Fraser (Fraser 1990), que apresentava contrapontos à teoria de Jürgen Habermas, incluindo na dinâmica da esfera pública espaços discursivos de grupos socialmente subalternizados, o contra-público. Michael Warner ampliaria essa ideia de contra-publicidade também para grupos não necessariamente subalternos, mas que, em alguma medida, contrapõe e estão em rota de choque com discursos estabelecidos. Para Warner, tanto grupos *Queer* como fundamentalistas religiosos podem estar em rota de colisão com o discurso hegemônico.

como um conjunto de potenciais destinatários, não sendo uma ideia que totaliza essas audiências numa única esfera pública. A noção aqui é de públicos no plural. Essa relação entre performances e públicos influencia os atores e atrizes políticas a partir de suas condições, vínculos e compromissos.

O PT aceita o acordo para garantir o comando das comissões que lhe foram reservadas, pois não é vantajoso submeter esses postos à votação, ou seja, ao risco, já que a oposição não tem a maioria nas comissões. Assim, Maria do Rosário precisa, ao mesmo tempo, confrontar a ascensão de uma deputada de extrema-direita à presidência, uma ação que se comunica com sua base – eleitores do PT do Rio Grande do Sul – e o público de outros partidos à esquerda, e, ao mesmo tempo, demonstrar respeito ao acordo diante dos demais atores políticos da Casa – líderes de partidos e parlamentares em geral.

Por outro lado, pelo tamanho de sua bancada, que impede o partido de participar da distribuição das presidências das comissões, o PSOL se encontra em um cenário com menos possibilidades de conexões e alianças. Isso possibilita uma atuação mais combativa, que inclui questionar o acordo firmado e sinalizar para públicos à esquerda do espectro ideológico.

A ideia aqui, ao relacionar os dois partidos, naquela época na oposição, está menos voltada a cravar uma análise de conjuntura que envolva os posicionamentos e performances políticas desses coletivos e seus correligionários, mas em apresentar que a performance política abrange em si uma perspectiva de envolvimento com outros atores e expectativas de públicos. Um ponto importante sobre os destinatários dessas performances é que os parlamentares as direcionam não apenas aos membros de sua base, mas também a outros grupos. Essas apresentações podem servir como um posicionamento ou uma demarcação de território diante de um universo potencial de representados – talvez até visando expandir sua base de apoio – ou como uma demonstração de respeito aos acordos e limites estabelecidos pelos ritos parlamentares. Numa última instância, não existe performance e posição política que não seja relacional (Lopes et al. 2017), a ideia de performance coexiste com a ideia de uma audiência.

O debate na comissão envolvendo os procedimentos de votação se estende, o que não impede o deputado Frascischini de instaurar o início do processo de

votação. Após o início de votação, Fernanda Melchionna dirige-se ao microfone da mesa para informar que os microfones estão sendo desligados pela Mesa diretora e comunica que os deputados Orlando Silva e Paulo Teixeira têm questões de ordem para apresentar.

Em meio às discussões, para ser mais exato, em meio à confusão, o deputado Paulo Teixeira senta à mesa e apresenta a sua sugestão de que o parlamentar mais velho da Comissão e presente no local da reunião – Mauro Lopes – assuma a presidência para liderar o processo. Franscischini acata a sugestão e passa a presidência para o deputado de centro-direita. Os deputados presentes aplaudem. Franscischini sorri. Mauro Lopes assume e tem como seu primeiro ato o indeferimento da candidatura de Fernanda Melchionna, alegando o fato de a parlamentar não pertencer ao partido ao qual a vaga foi destinada.

ACORDO NÃO É REGIMENTAL.

SEGUE PRESIDENTE.

É MATÉRIA VENCIDA. RESPEITO À DECISÃO DO COLEGIADO. VAMOS SEGUIR.

O SECRETÁRIO DA MESA DIZ, “TOCA O BARCO”.

DECLARO INICIADA A SESSÃO.

Sobre o nó de tensão e solução dada para encaminhar a votação, vale destacar que o gesto que marcou a continuidade dos trabalhos foi realizado por um deputado da oposição, Paulo Teixeira, do Partido dos Trabalhadores. Embora o espetáculo político do tensionamento entre atores e grupos opostos chame atenção, a cooperação nos procedimentos é sempre presente nos trabalhos legislativos, como Emma Crewe realça, “o segredo mais significativo no seio do Parlamento é que o trabalho político é menos antagónico do que parece

⁵⁶(Crewe 2015). Isso não significa que a vida parlamentar não seja preenchida por intensas doses de performances antagônicas, que refletem a diversidade da conjuntura política e os elementos intrínsecos ao funcionamento do poder legislativo.

Figura 13 O secretário-executivo Silvio Avelino ao lado de Bia Kicis.

Crédito: Billy Boss/Câmara dos Deputados.



Bia Kicis eleita. O primeiro ato da deputada ao sentar na cadeira da presidência foi o anúncio de Silvio Avelino como o novo secretário-executivo da Comissão. Ele se dirige à mesa dos trabalhos para substituir o antigo secretário, passa a assessorar as atividades da comissão. Avelino é analista legislativo aposentado da Câmara dos Deputados. Ele ficou conhecido ao chegar num dos principais cargos da Casa previsto no plano de carreira dos servidores da Casa, o de Secretário Geral da Mesa. O SGM é responsável por secretariar o presidente da

⁵⁶ Traduzido de “the most significant secret at the heart of Parliament is that political work is less antagonistic than it appears”.

Casa nos comandos das ações no plenário. Nessa ocasião, ele trabalhou com Eduardo Cunha (2015-2016), então presidente da Câmara dos Deputados, à época, notabilizado por sua habilidade na realização de grandes manobras e atropelos regimentais em votações durante seu mandato e pela abertura do processo de impeachment contra Dilma Rousseff. Se aos que ocupam este posto já é conferida a reputação de grande conhecedor e operador do Regimento, ter o nome vinculado a Eduardo Cunha conferiu ainda mais relevância ao seu nome. Nunca observei um nome de secretário de comissão ser pronunciado pelos parlamentares. A este cargo sempre é conferida a discricção. Nessa nova passagem de Avelino, a menção de seu nome – *Doutor Silvio* – foi diversas vezes acionada em consultas em relação aos procedimentos regimentais colocados em prática. Bia Kicis, ao realizar essa nomeação, além de representar o respaldo da assessoria de um notório operador regimental da Casa, sinalizava a construção de uma imagem na contramão das acusações dos oponentes.

A SRA PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL-DF): Olá, neste momento tão importante em que assumo a cadeira da comissão de constituição e justiça, uma das comissões mais importantes desta casa, pensei no que seria importante, deputado Mauro, registrar hoje nessa minha fala: Prefiro não dar destaque a todas as dificuldades, resistências, maledicências, narrativas injuriosas e falsas acusações às quais fui submetida ao longo do último mês. Só vejo sentido, em sequer mencionar esses fatos, para compartilhar com vocês, meus queridos colegas de Parlamento, amigos e todo o povo brasileiro, que possa estar nos assistindo nesse momento, para compartilhar com todos os que me ouvem, as grandes lições e aprendizados que tive com todos esses eventos. Eu quero eternizar neste momento os valores como paciência, como serenidade e fé. Valores que cresceram dentro de mim ao longo da minha vida e foram muito fortalecidos desde o dia em que meu nome foi divulgado como candidata do PSL à presidência da CCJ. Desde o início na minha peregrinação por todos os líderes, pelos parlamentares, deixei claro que se honrada fosse com a confiança dos meus pares, eu seria, como de fato serei, **uma presidente da CCJ serena,**

democrática, inclusiva e firme. A fim de zelar pela transparência e pela proporcionalidade garantidas pelo nosso regimento, a fim de garantir o equilíbrio dos nossos trabalhos, eu prometi que cada parlamentar seria ouvido, que juntos trabalharemos na preparação da pauta, que abrirei espaço para todos com gentileza e firmeza. Acredito que a escolha do secretário Silvio Avelino já demonstra o tom que quero imprimir nessa comissão e assim procederei. (...) Quero também deixar registrado para a eternidade, a firmeza do presidente da casa, Arthur Lira, que em nenhum momento esmoreceu perante pressões internas e externas no seu compromisso firmado conosco. Quero também agradecer a confiança dos meus colegas de partido do PSL, que me aclamaram para ocupar esta presidência e que permaneceram leais e amigos durante momentos difíceis. Agradeço a todos os líderes e todos os membros desta comissão e por tornar possível que eu chegasse até aqui e agradecer a todos aqueles que me apoiaram em todos os locais. (...) E agora, não posso deixar de falar daquele que também é o meu grande apoiador e que torceu rezou por mim e não desistiu: refiro-me aqui ao povo brasileiro. Uma das coisas que mais me deram força durante essa caminhada foi ver o povo se importando com a presidência da CCJ, lutando para ter uma representante sua nessa cadeira, a luta diária na internet foi essencial também, embora eu tinha plena noção de que o trabalho precisava ser feito dentro da Casa e foi, mas a gente não pode desprezar o apoio recebido da nação brasileira a ponto das hashtags Bia na CCJ (#BIANACCJ) e Bia Kicis na CCJ (#BIAKICISNACCJ) ter alcançado no mesmo dia o primeiro e segundo lugar nos top trends do Twitter. Lembramos de ver um vídeo, que muito me emocionou, de um caminhoneiro, enquanto dirigia o seu caminhão, ele gravou um vídeo pedindo “*Bia Kicis na CCJ é porque você nos representa*”, e na traseira de um caminhão a imagem escrita “*Bia Kicis na CCJ*”. Isso tudo é muito emocionante. Isso simboliza algo que nós, como representantes do povo, não podemos esquecer, temos que lembrar todos os dias: o povo despertou, o povo está atento, colegas, e o povo está olhando para nós, o povo hoje

acompanha o trabalho da CCJ. (...) **Sou a primeira mulher a assumir a presidência da CCJ. Agradeço de coração à parcela das mulheres da bancada feminina que apoiou a minha indicação, torceu por mim e me acompanhou ao longo dessa jornada. (...) O PSL, que é formado pela base do presidente (Jair Bolsonaro), colocou três mulheres nas três comissões a que teve direito. (...) meus colegas de comissão, podem contar como a distribuição justa... e justa significa proporcional nos termos do Regimento Interno. Todos, todos, deputado Orlando Silva, terão um espaço. Como todos terão espaço, as pautas conservadoras, que o povo tanto clama, também serão contempladas. Tudo dentro da regra da proporcionalidade. A minha gestão se pautará pelo diálogo, amigos, e sempre prestigiarei a democracia, as minorias terão vez, terão voz e serão respeitadas, mas prevalecerá a vontade da maioria o que será internalizado através do voto.** Dirigindo agora a todos que me ouvem para deixar uma coisa muito clara, ao longo do tempo aprendi muito sobre estratégia, aprendi a submergir sobre o mar revolto, aprendi a esperar o Tsunami passar. Sabendo disso, espero que confiem em mim, para que mais uma vez, com estratégia, possamos conduzir a CCJ da melhor forma. Agirei com equilíbrio e as pautas que o povo tanto aguarda, não ficaram esquecidas, mas aguardarão o momento oportuno para serem trabalhadas. Hoje temos uma prioridade, a reforma administrativa, o voto impresso já foi aprovado por esta comissão e está aguardando uma comissão especial. Vamos (nos) juntar para que seja aprovado, porque esse é um clamor do povo brasileiro e de grande parte dos políticos. Afinal, essa casa sempre aprovou o voto impresso. Muito obrigada pela confiança de todos vocês, entregarei tudo de mim para que possamos fazer um excelente trabalho. O trabalho que o Brasil merece. (TRANSCRIÇÃO MINHA. Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em 10/03/2021)

O parlamento é o poder do Estado forjado para receber diferentes e antagônicos componentes do espectro democrático. Composto por 513 deputados e 81 senadores, compõe-se com uma grande diversidade política. Ao contrário do Poder Executivo, que tem na organização dos seus trabalhos a previsão de seu comando por parte do grupo vencedor das eleições; o Poder Legislativo possui um desenho institucional que tem em sua lógica de funcionamento o amortecimento de uma complexidade de forças políticas, diferentes representações, que participarão/disputarão processos legislativos. Entre eles, a fabricação das matérias legislativas, com o andamento do processo legislativo resultante de uma dinâmica de construção de maiorias a cada votação. Mas o parlamento não se movimenta apenas no registro da tramitação e votação de matérias, diversas disputas também ocorrem em seu funcionamento institucional, como colocado por Marc Abélès, para muitos dos atores do parlamento, o processo legislativo é só uma faceta entre tantas outras do confronto político (Abélès 2000). De certa maneira, o parlamento, ao mesmo tempo que vê suas discussões contagiadas por controvérsias que estão acontecendo na sociedade, também é um gerador de disputas em si, que podem reverberar para fora da instituição.

Faire la loi, c'est aussi engager un débat, mener une discussion. Le texte devient prétexte à la production de discours politiques. Là se manifeste l'antagonisme des forces en présence. La production de la loi offre matière à une mise en spectacle du rapport de force entre majorité et opposition. Ce qui devient essentiel, c'est moins le texte que la parole qu'il suscite. Une parole qui, au-delà du projet ou de la proposition, porte beaucoup plus largement sur la situation dans le pays, sur la manière, bonne ou mauvaise, dont il est gouverné. La controverse politique est inséparable de la fabrication de la loi. C'est ce qui donne aux séances dans l'hémicycle ce caractère si particulier. Lorsqu'on sait qu'un texte aura un écho public important, les stratèges des deux camps

affûtent leur dispositif. On va se livrer à une véritable bataille.⁵⁷
(Abélès 2000)

Ser a arena das disputas está marcado no desenho institucional dos parlamentos, tanto que sua estrutura institucional costuma contar com postos formais de representação dos diferentes partidos, diferentes posições, da Maioria, do Governo, da Oposição, da Minoria e, mais recentemente, das bancadas feminina e negra⁵⁸. É importante ressaltar esse aspecto, pois essa característica é presente no conjunto de elementos institucionais que os parlamentares estão envolvidos e operam. Quanto mais entremeados estão com os ritos da fabricação legislativa, quanto mais envolvido nas disputas pelas cadeiras da instituição, mais são vinculados a essas *comunidades de práticas* (Wenger 1998), mais aderidos estão à natureza da instituição, mais é possível identificar essas marcas institucionais em suas performances políticas.

A CCJ, por sua vez, com sua competência e finalidade balizadas pelos “aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa de projetos, emendas ou substitutivos sujeitos à apreciação da Câmara, ou de suas Comissões” (Câmara dos Deputados 2019), demanda ainda mais das performances dos seus integrantes o caráter técnico do trabalho legislativo, a performance deve se apresentar como técnica. Teórica e idealmente, a CCJ é o espaço específico das discussões dos aspectos constitucionais das matérias, ficando para as demais comissões o debate político do mérito. Para a condução

⁵⁷ Tradução minha: Fazer a lei também significa iniciar um debate, conduzir uma discussão. O texto torna-se pretexto para a produção de discursos políticos. É aqui que se manifesta o antagonismo das forças presentes. A produção da lei fornece material para um espetáculo do equilíbrio de poder entre a maioria e a oposição. O que se torna essencial é menos o texto do que as palavras que ele provoca. Uma palavra que, para além do projeto ou da proposta, se relaciona muito mais amplamente com a situação do país, com a forma, boa ou má, como é governado. A controvérsia política é inseparável da elaboração da lei. É isto que confere às sessões do hemiciclo um caráter tão especial. Quando sabemos que um texto terá um impacto público significativo, as estratégias de ambos os campos aprimoram os seus dispositivos. Vamos nos envolver em uma verdadeira batalha.

⁵⁸ Institucionalmente, a previsão das bancadas feminina e negra na Câmara dos Deputados implica na existência de uma estrutura institucional, com a existência de postos políticos, como coordenadores e vice-coordenadores, previsão de servidores públicos e postos comissionados para a realização dos trabalhos, tempo de uso da palavra semanal no plenário destinado à Comunicação das Lideranças e assento no Colégio de Líderes.

dos trabalhos, além da exigência da técnica, como domínio do trabalho legislativo, são exigidos e esperados elementos simbólicos como justiça – ser justo – e ser leal, respeitar e garantir o cumprimento de acordos, um componente político central no funcionamento da Casa. As performances então passam a contar com o parecer ser justo, parecer ser técnico e parecer respeitar o acordado (ser leal) entre líderes.

Parte da eficácia e capacidade de influência desses esforços performáticos, tanto na *realpolitik* como na retórica, passam pela capacidade e controle do que revelar e ocultar, fazer valer que os seus elementos de realidade prevaleçam perante outros concorrentes (Comaroff e Comaroff 2004). Estar em posse da cadeira de comando dos trabalhos da comissão é ser alçada ao principal posto desse colegiado, com isso, ser a personagem mais demandada a mobilizar seus recursos e colocar em ação o seu repertório de práticas legislativas, revelar e ocultar, e assim, institucionalmente, blindar e prosseguir com o trabalho da comissão.

Bia Kicis, em seu primeiro discurso como presidenta, opera com esses elementos. Sua performance como parlamentar, voltada principalmente para sua base, passa também a somar um conjunto de elementos que fazem parte do ser presidenta de uma comissão, ainda mais a CCJ, que tem como uma de suas principais funções avaliar o caráter de constitucionalidade das matérias. “Serena, democrática, inclusiva e firme”. Emma Crewe e Nicholas Sarras, em um artigo que resulta de sua etnografia sobre a Casa dos Comuns do Reino Unido (House of Commons), exploram o papel da presidência das comissões:

So, the select committee in action amounts to an embodied affectual display of impression management in which the poker face, the smirk, the ‘look’, the frown, the appearance of engagement or disengagement, all play their part in which the chair is under particular pressure to be **constantly monitoring the emergent situation**. Here, we find affect is not simply felt but performed for political purposes as part of the repertoire of impression management. This politics of affect communicates itself both consciously as performative and disciplinary as well as

unconsciously in the sense that members and staff may betray a plurality of motivations and attitudinal responses without meaning to. This impression management of select committees is not only an individual affair but also a collective, emotionally responsive achievement; an achievement gained in response to a plurality of audiences⁵⁹. (Crewe e Sarra 2019)

A presidente é obrigada a se relacionar com os membros da comissão. Quando um ocupante da presidência da república ou governador de um estado crava que governará para todos, sua fala se refere à sociedade e ao conjunto dos eleitores. Numa presidência de comissão, essa fala se refere principalmente ao conjunto dos parlamentares, informando-lhes que respeitará o regimento e os acordos, já antecipando e se defendendo das futuras acusações de atropelo e parcialidade que os ocupantes dos postos, em algum momento, passam a receber. Para explicar o trabalho político da presidência, só é possível fazê-lo observando como a ocupante da cadeira se relaciona com aqueles que a rodeiam (Crewe e Sarra 2019). Esses marcadores das expectativas que orbitam ao redor destes postos e suas funções, mais do que apontarem para concretudes factuais, funcionam como ideais balizadores de como se estabelecem os limites à atuação, ao parecer ser justo, ao parecer ser técnico e ao parecer ser legal.

O início da sessão conta com um claro tensionamento desses limites, com Francischini seguindo em frente no processo de votação, mesmo tendo problemas e transgressões na coordenação dos trabalhos denunciadas por colegas parlamentares da oposição. Antes do limite ser alcançado, Francischini, sem colocar em risco a posição da maioria e do colégio de líderes, parece ver o

⁵⁹ Tradução minha: “Portanto, a atuação da comissão parlamentar equivale a uma exibição afetiva incorporada de gestão de impressões, na qual a expressão impassível, o sorriso de canto, o ‘olhar’, a carranca, a aparência de engajamento ou desengajamento, todos desempenham seu papel, e o presidente, em particular, está sob pressão constante para monitorar a situação emergente. Aqui, o afeto não é simplesmente sentido, mas também desempenhado para fins políticos, como parte do repertório da gestão de impressões. Essa política do afeto se comunica tanto conscientemente, como performática e disciplinadora, quanto inconscientemente, no sentido de que membros e funcionários podem revelar uma pluralidade de motivações e respostas atitudinais sem intenção. Essa gestão de impressões nas comissões não é apenas um assunto individual, mas também uma conquista coletiva e emocionalmente responsiva, alcançada em resposta a uma pluralidade de audiências.”

risco no processo ser colocado em xeque, a acusação ser tida como plausível, e acata a sugestão da transferência do posto ao deputado de centro-direita Mauro Lopes. Paulo Teixeira, do Partido dos Trabalhadores, colaborou com essa operação visando a concretização do acordo da indicação da presidência destinada ao PSL, previsto em uma grande divisão de poder que engloba a maioria dos partidos da Câmara. As imagens de plausibilidade e justeza do processo são performadas e disputadas durante a condução do ritual, com limitações aos participantes, sejam eles da maioria ou da minoria.

Figura 14 Da direita para esquerda, Darci de Matos, Bia Kicis, Silvio Avelino e uma servidora pública não identificada. Crédito: Pablo Valadares/Câmara dos Deputados.



Agir perante o colegiado requer estratégias eficazes de cuidar e respaldar a aparência dos trabalhos do condutor e da comissão. Ao contrário de mediadores de conflitos, pela natureza política dos sujeitos, não é esperada uma posição neutra dos ocupantes da cadeira da presidência. No entanto, a partir dos regramentos dos processos legislativos, constantemente, são feitas pressões para que a presidente supostamente aja em benefício do coletivo maior, o colegiado. A acusação do uso do cargo em benefício do seu grupo político está sempre por vir. Sabe-se que o detentor do posto é um sujeito político, com um lado, mas que acena para o decoro exigido pela institucionalidade do cargo. Ao

final, é como se existisse uma certa faixa de limites às possibilidades que a performance política pode se estabelecer, para não ser taxada como arbitrária, não cordial ou parcial, sustentando-se com uma aparência de técnica e plausível.

É importante ter em mente que essas construções, por vezes arbitrárias, são realizadas sempre nas interações entre os parlamentares e com o contexto, nunca sendo uma dinâmica construída apenas em resposta às especificidades técnicas e regimentais. Utilizando-se da expressão cunhada por Antônio Carlos Souza de Lima, são operados mecanismos de blindagem da dimensão “política” por meio de uma performance dita e defendida como “técnica” (Souza de Lima e Facina 2019), que visa respaldar a aparência dos trabalhos e garantir a prevalência de determinadas disposições.

Ato 2 – Os índios estão lá fora

23 de junho de 2021. A convocação para a reunião extraordinária com ordem do dia continha apenas uma matéria, o PL 490/2007. Há requerimento de autoria da deputada Fernanda Melchionna para a não realização da reunião. A solicitação é considerada prejudicada pela presidente Bia Kicis, que alega que tal pedido deveria ter sido feito na véspera da reunião. Há outro requerimento, do deputado Carlos Jordy, para alteração da ordem dos trabalhos, propondo a antecipação da apreciação do projeto de lei e que o exame da matéria ocorra antes dos ritos da leitura e aprovação da ata da última reunião e da comunicação do expediente da reunião. A deputada Maria do Rosário se coloca contrária ao requerimento do deputado bolsonarista, fundamenta uma questão de ordem e completa informando que, se abrisse essa brecha naquele momento para esse tipo de estratégia, ela seria usada pela oposição em todas as reuniões. A

presidente da comissão informa que existem outros requerimentos *sobre a mesa* no mesmo sentido, mas que eles não estão previstos no *acordo de procedimentos* estabelecido entre os coordenadores da comissão⁶⁰, *porém, estão previstos no regimento*. Bia Kicis informa que, por estarem previstos no regimento da Câmara, não havendo consenso sobre o procedimento, é seu dever como presidente colocá-los em votação. Ela recomenda que a discussão sobre essa controvérsia aconteça na reunião dos coordenadores. Alguns deputados se colocam contrários, enquanto outros, favoráveis à inversão.

Para responder à questão de ordem de Maria do Rosário, a presidente toma como base uma resposta do presidente anterior, Francischini. Existe uma grande base de dados com respostas às questões de ordem já feitas, que por vezes é acionada como banco de referências para a mesa em casos de questionamentos dos parlamentares. Uma espécie de repositório – em constante atualização – de respostas e seus fundamentos⁶¹. Em situações como essa, que exigem destreza com o regimento e uma memória institucional, contar com um secretário de comissão experiente como Silvio Avelino é uma grande vantagem. A presidente acaba por apontar por um entendimento favorável à inversão dos trabalhos que postergue as ações de caráter administrativo – aprovação da ata e expediente – , cabendo aos requerimentos de inversão somente a antecipação da ordem do dia quando se tratar de matérias em regime de urgência⁶², mantendo a sequência entre as ações de caráter administrativo.

⁶⁰ A reunião dos coordenadores é uma espécie de colégio de líderes com abrangência restrita à comissão, nessas reuniões, os representantes dos partidos, os coordenadores, negociam acordos procedimentais e a construção das pautas das reuniões junto à presidência.

⁶¹ Na etnografia na Assembleia Nacional Francesa, Abélès qualifica esse culto aos procedimentos consolidados como uma “religião do precedente” (*religion du précédent*), em um recurso similar ao caso brasileiro, onde ocorre uma busca incessante de precedentes, num processo ininterrupto de enriquecimento do padrão, para salvaguardar o trabalho das presidências das contestações dos parlamentares com a finalidade de obstruir o andamento dos trabalhos (Abélès 2000).

⁶² O regime de urgência é um instrumento previsto no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que dispensa algumas formalidades na tramitação das matérias. Para receber essa classificação, a proposição deve envolver a “defesa da sociedade democrática e das liberdades fundamentais; tratar-se de providência para atender a calamidade pública”, “de Declaração de Guerra, Estado de Defesa, Estado de Sítio ou Intervenção Federal nos estados; acordos internacionais e fixação dos efetivos das Forças Armadas” ou quando houver apresentação de requerimento e ser votado pelo plenário (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019b). O requerimento de urgência acaba por atender demandas de grupos políticos, para além das características do

O deputado Alencar Santana, Partido dos Trabalhadores de São Paulo, faz uma questão de ordem e uma reclamação sobre o processo de inclusão de requerimentos no sistema eletrônico. *É questão de ordem ou reclamação?* Indaga Carlos Jordy. *Qual o artigo?* Pressiona o deputado Coronel Tadeu. Santana é interrompido várias vezes, pede que a presidência intervenha para garantir-lhe a palavra. Palavra consentida, Alencar Santana acusa a secretaria da comissão e a presidência de represarem as solicitações apresentadas por ele e seu gabinete. Bia Kicis *recolhe* a questão de ordem para compreensão do ocorrido e promete uma resposta futura.

As primeiras fileiras estão tomadas por parlamentares da Oposição. Fernanda Melchionna cumprimenta a Mesa, pede um esclarecimento sobre procedimentos da reunião, *já que a reunião presente promete durar muito tempo*. Sua questão de ordem começa com um questionamento ao *entendimento criativo* do secretário da mesa, *Dr. Silvio*, acerca da apreciação dos requerimentos, nesse caso, mais especificamente sobre o requerimento para *não realização* da reunião. A deputada alega que reiteradamente tem seus pedidos indeferidos com a justificativa dos mesmos terem sido feitos em momentos inadequados. A presidência alega que os pedidos de *não realização* devem ocorrer antes da sessão. A oposição alega que isso não foi possível, pois a convocação com a ordem do dia contendo uma única matéria ocorreu poucas horas antes da reunião. Um processo de obstrução é colocado em prática pela Oposição. Questões de ordem são acionadas e interpelam a presidência e o funcionamento da reunião. As citações dos artigos e parágrafos do Regimento multiplicam-se.

projeto em si. Essa situação tem se tornado a mais comum, acumulando um grande número de projetos nessa situação. Uma assessora parlamentar me alertou que, por essa banalização do caráter de urgência, a presença de uma matéria nesse regime de tramitação não é mais um bom indicador que ela será realmente votada com celeridade.

QUESTÃO DE ORDEM.

QUAL A QUESTÃO DE ORDEM? QUAL O ARTIGO? ISSO NÃO É UMA
QUESTÃO DE ORDEM.

EU NÃO TERMINEI A QUESTÃO DE ORDEM, PRESIDENTE.

QUAL O ARTIGO?

RECOMPONHA MEU TEMPO, PRESIDENTE.

CITE O ARTIGO?

QUE RETIRE O PROJETO DE PAUTA.

Na tarde do dia anterior, um protesto realizado por lideranças indígenas contra o PL 490/2007 acabou em repressão por parte da Polícia Militar do Distrito Federal. Com o uso de balas de borracha e bombas de efeito moral, alguns indígenas saíram feridos. No episódio, um policial legislativo foi socorrido após tomar uma flechada na perna. Esses ocorridos na área externa da Câmara dos Deputados tiveram como consequência o cancelamento da reunião da CCJ do dia anterior. Esses fatos foram mobilizados por parte de representantes da direita e da esquerda durante a reunião aqui relatada.

O Projeto de Lei n.º 490 de 2017 se tornava a bola da vez mobilizada pela Bancada Ruralista no ataque aos direitos constitucionais dos povos indígenas na 56ª legislatura. São várias as matérias legislativas que colocam em xeque garantias como os direitos aos territórios, o direito à manutenção do modo de vida e tradições indígenas. Se agora a bala de prata é o PL 490/2017, antes era a Proposição de Emenda Constitucional de n.º 215 de 2000, que depois de algumas derrotas regimentais, foi preterida na estratégia dos ruralistas e deixou de ser acionada. Enquanto escrevo esse capítulo, recebo comunicado da Frente Parlamentar dos Direitos dos Povos Indígenas de que a PEC voltou a tramitar.

As mesmas intenções políticas circulam por diferentes matérias legislativas, transmutando-se no decorrer da tramitação. O PL 490/2017 foi inicialmente protocolado com a finalidade da alteração do Estatuto do Índio (LEI n.º 6.001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973) e, no decorrer de sua tramitação, passou a versar principalmente sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC) – Presidenta, é uma questão de ordem, baseada no art. 41. Deputada Bia, hoje cedo, pela manhã, um grupo nosso de parlamentares a procurou com preocupações acerca do tumulto de ontem. No ocorrido de ontem, lamentavelmente, ficaram feridos servidores desta Casa, seguranças e lideranças indígenas. Nós não gostaríamos que aquilo tivesse acontecido. Alguns de nós vimos de perto a violência da polícia do DF, tanto que pedimos, inclusive, audiência com o Governador para discutir o que ocorreu ontem aqui. Nós reconhecemos, inclusive, que policiais da segurança da Casa nos procuraram ontem lá, no meio do tumulto, para pedir que, nós parlamentares, ajudássemos a construir um entendimento de paz. Muitas crianças, muitos idosos, mulheres, gente ferida do lado de fora da Câmara, de parte das lideranças indígenas e seguranças da Casa também feridos. Lamentavelmente, só saiu um lado da versão, colocando apenas os policiais da Casa feridos. Nós lamentamos as duas situações, tanto a dos nossos servidores quanto a das lideranças indígenas. Hoje, de manhã, presidente, fomos conversar com V.Exa. exatamente com essa preocupação. Há um clima muito tenso do lado de fora da Casa. É mais do que justo que haja essa preocupação com as lideranças indígenas, que se sentem prejudicadas por um projeto de lei que será votado aqui, que vai mudar completamente suas vidas. É sobre elas, é sobre terras indígenas, é sobre lideranças indígenas que nós vamos definir aqui, e nós não escutamos os interessados. Então, nós fomos hoje de manhã fazer um apelo a V.Exa., pedindo para suspender a reunião, retirar o projeto de pauta, para que nós pudéssemos

fazer uma audiência pública na semana que vem. V.Exa., inclusive, ficou de trocar umas opiniões com o Presidente Arthur Lira sobre esse assunto. Eu queria, agora, publicamente, insistir no apelo. Não acredito que seja possível esta Casa votar um assunto de tamanha gravidade para as lideranças indígenas sem que elas tenham o direito de opinar. (...) Então, eu estou fazendo um apelo a V.Exa., mais uma vez, da forma como nós fizemos na reunião mais cedo, na sua sala, para que retire o projeto de pauta. Vamos construir minimamente aqui uma agenda de audiência pública. (...) Os índios que estão do lado de fora querem participar do debate, querem falar sobre as consequências para a vida deles. Por isso, estão fazendo esse apelo.

Então, eu queria pedir a V.Exa. que, de fato, marque uma audiência pública para que possamos debater o projeto com os verdadeiros interessados. (Transcrição minha. Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em 23/06/2021)

Em seguida, a presidente passa a palavra para o deputado Hiran Gonçalves, deputado do Progressistas pelo estado de Roraima. Bira do Pindaré defende que seu pedido de questão de ordem tem precedência. Bia Kicis pede o respeito à fala do deputado. Bira indaga Hiran sobre qual artigo basearia sua fala. A presidente pede que o deputado prossiga.

O SR. HIRAN GONÇALVES (PP-RR) – Eu espero o deputado parar de falar, presidente. Eu tenho respeito pelos colegas aqui, viu?

Obrigado, querido. Eu tenho um profundo respeito pela opinião de todos os deputados, especialmente da Deputada Perpétua. Mas, deputada Perpétua, não podemos tergiversar aqui, não podemos falsear os fatos, as verdades. Ontem, nós vimos gestos de vandalismo fora desta Casa, que não foram iniciados pela segurança da Casa, nem pela Polícia Militar, não foram! Foram iniciados pelos indígenas que estavam lá fora. E eu vi

também que membros da segurança da Casa foram feridos. Essa é que é a realidade, inclusive a mídia distorceu isso, mas foi o que aconteceu. Quanto à questão de a deputada Perpétua dizer que estamos discutindo aqui o futuro dos indígenas, que eles terão seus direitos contrariados nesse projeto de lei, eu queria registrar que no nosso estado — há 40 anos eu estou lá —, Sra. deputada, Sras. e Srs. deputados aqui presentes, nós estamos sendo prejudicados por essa política indigenista e ambientalista, que cerceia o desenvolvimento e prejudica a vida, o bem-estar de mais de 500 mil pessoas não indígenas no nosso Estado. Deputada Perpétua, eu acho que aqui realmente é o fórum adequado para discutir demarcação de terra indígena. No noroeste do nosso Estado, nós temos uma reserva gigantesca, com 10 milhões de hectares, para 8 mil índios ianomâmis. No centro-norte do nosso estado, nós temos uma reserva de 800 mil hectares, a reserva indígena São Marcos, que inviabiliza, inclusive, o desenvolvimento da nossa fronteira, de Pacaraima, que é um município virtual.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE-RR) – Presidente, o tempo!

O SR. HIRAN GONÇALVES (PP-RR) – Não se pode ter propriedade de terra lá. Há anos nós estamos questionando a autonomia daquele Município, que está dentro da reserva São Marcos. E, no nordeste do nosso estado, temos a reserva Raposa Serra do Sol, com 1 milhão e 700 mil hectares, desproporcional para a população que vive lá.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL-DF) – Deputado, peço que conclua.

O SR. HIRAN GONÇALVES (PP-RR) – Nós estamos criando ali, Presidente, uma nação indígena no norte do nosso Estado que nos isola, inclusive, da nossa fronteira norte com outros países, como Venezuela e Guiana. Nesse sentido, eu acho que nós temos é que acabar com essa conversa aqui de tergiversar, de procrastinar. Quem quiser estudar o Regimento que estude em

casa! E vamos votar, presidente! Estamos aqui prontos para votar. É isso que nós queremos.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE-RR) – Presidente, eu quero contrapor...

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL-DF) – Vou passar a palavra ao Deputado Bira...

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE-RR) – V.Exa. deixou o tempo livre para S.Exa. Eu gostaria de ter o mesmo tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL-DF) – Eu entendi, deputada. Está com a palavra o Deputado Bira do Pindaré. Qual é o artigo, deputado, da questão de ordem?

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB-MA) – Ar. 255. Vou lê-lo *ipsis litteris*.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL-DF) – Pois não. (Transcrição minha. Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em 23/06/2021)

O processo de obstrução explicita vários aspectos da dinâmica parlamentar e dos conflitos legislativos. Prevista em Regimento e tida como recurso legítimo, a obstrução é uma posição comunicada à Mesa e orientada aos blocos parlamentares por parte dos líderes descontentes. Como uma tática de resistência baseada numa estratégia dilatória, exige de ambos os lados – os que constroem os obstáculos e os que querem superá-los – uma operação minuciosamente estratégica do regimento: exigência da leitura da ata da reunião anterior, requerimentos de não realização, de apuração da votação por processo nominal, de retirada de pauta, de inversão da ordem dos trabalhos, de adiamento de discussão por cinco sessões, de encerramento de discussão, contagem de quórum, questões de ordem, pedidos de vista e comunicações de liderança. Ao contrário das questões de ordem, às quais são exigidas a manutenção de uma relação substancial quanto ao tema discutido em reunião, o tempo de comunicação da liderança partidária é um recurso valioso por ser de temática

livre e permitir a sua utilização em qualquer momento da reunião, exigindo do orador a capacidade de oratória para preencher os minutos reservados. Não são raros os casos em que essas falas extrapolem a temática da matéria e pautem, por exemplo, críticas ao governo ou à oposição. O tempo conquistado nesse esforço de obstrução pode ser utilizado para realizar novas negociações, influenciar a opinião pública, mudar o conteúdo do projeto, convencimento de grupos indecisos e aumentar o custo da aprovação do projeto, e até o levar a ser retirado de pauta. Persistência e exaustão são palavras-chave quando pensamos a obstrução (HIROI e RENNÓ 2014).

Se, para a Ciência Política, o fenômeno da obstrução se refere principalmente ao *gerenciamento da coalizão* e à garantia da governabilidade por meio da capacidade de aprovações das matérias (HIROI e RENNÓ 2014), a análise de aspectos dessa dinâmica pode ser uma fresta interessante para compreender o funcionamento desse campo de disputa e a dinâmica de mobilização dos atores. O fenômeno da obstrução em si explicita um dissenso e a existência de controvérsias, seja sobre a matéria, seja sobre o processo legislativo em si, ressaltando vários aspectos da dinâmica legislativa mobilizados na disputa. A presidência e sua performance ficam evidentes, assim como os conflitos envolvidos na ocupação do cargo. Se, por um lado, a ocupação desse posto equivale a uma vantagem estratégica, nesse episódio, Bia Kicis utilizou-se da prerrogativa regimental da presidência de retirar projetos da pauta por meio de ofício, para deixar o PL 490/2017 como a única matéria prevista na ordem do dia, impossibilitando um requerimento de mudança da ordem de apreciação das matérias, uma comum estratégia protelatória. Por outro lado, é a presidência a personagem mais acionada e cobrada de sua posição protocolar e função central no rito legislativo. Sabe-se da vantagem evidente da posse do cargo, mas toda a institucionalidade a circunscreve como um fator limitante à performance e aos poderes da presidência.

Passa-se a palavra ao aliado Hiran Gonçalves, num momento em que a obstrução estava sendo construída, a ação é prontamente questionada com base no conteúdo regimental. Por vezes, a presidente pode avançar, como avançou, para garantir a votação e aprovação da matéria, mas, pela manutenção

do decoro que exige essa posição de poder, precisa tentar parecer justa. Cabe essa equalização e equilíbrio na condução dos trabalhos.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP) – Sra. Presidente, por amor ao debate, eu peço a V.Exa. que lidere esta Comissão na construção de um entendimento. Sei que esta Casa é presidencialista, a palavra do Presidente tem poder.

Após uma fala do deputado Hiran Gonçalves, Joênia Wapichana, deputada pelo estado do Roraima, pediu a fala para apresentar uma questão de ordem. Bia Kicis interrompeu sua argumentação por considerar tratar de matéria vencida. Essa interrupção gerou uma série de protestos dos colegas de oposição, que taxavam como autoritária e insensata a cassação da palavra da parlamentar, primeira mulher indígena eleita para o Congresso Nacional, e primeira pessoa indígena eleita pós-constituente de 1988. Esses momentos em que os ânimos estão mais latentes corroboram à estratégia de protelação. Reagindo aos protestos ou visando a celeridade no andamento dos trabalhos, Bia Kicis recua e concede o 1 minuto e 20 segundos que restavam à fala da deputada Joênia Wapichana.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL-DF) – Em atenção ao pedido da Deputada Perpétua Almeida, eu vou conceder à Deputada Joenia mais 1 minuto e 20 segundos, embora essa matéria sobre oitiva dos índios e audiência pública já tenha sido decidida. Mas, **em consideração à Deputada Joenia**, concedo a S.Exa. mais 1 minuto e 20 segundos. Vossa Excelência sabe a consideração que tenho por vossa Excelência, mas essa matéria já está superada. Eu agora só vou conceder questão de ordem, discussão sobre a matéria, nós teremos quando discutirmos a matéria. Nós vamos avançar.

POIS NÃO, DEPUTADO.
ESSE ASSUNTO JÁ ESTÁ SUPERADO.
HÁ LIMITES. RESPEITE ESSA PRESIDÊNCIA.
TENHA MODOS.

A necessidade de mudar o tom, avançar e recuar não são exclusivas de quem preside a reunião. Também são cobrados dos demais participantes ajustes e adequações de suas performances ao rito, ser justo e técnico ao processo. Numa sessão controversa, quando os descontentes iniciam um processo de obstrução, é comum que os parlamentares que – no momento – estão na maioria, pouco se manifestem. Participar das discussões seria aderir à tática dilatória. Logo, em reuniões como essa, é a oposição que protagoniza o embate público junto à presidência. Destes parlamentares veem-se gestos de enfrentamento e de cordialidade, numa performance que se apresente aguerrida e que tenha uma civilidade, decoro, que tenha *modos*. Muito da discussão nas reuniões se passa por defender o processo de coordenação dos trabalhos ou da legitimidade e plausibilidade da obstrução.

Figura 15 Coletiva de Imprensa da oposição em defesa da manifestação de delegações indígenas.

Ao centro, a Dep. Joenia Wapichana REDE - RR



Figura 16 Lideranças indígenas reúnem-se com o presidente da Câmara e pedem arquivamento de projetos anti-indígenas: Crédito: Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB.



Depois de sete horas de reunião, foi encerrada a votação. Quarenta votos favoráveis ao parecer do relator contra vinte e um votos contrários, ressalvados os destaques. Nenhuma abstenção. Apesar de toda a resistência, o PL foi aprovado na Câmara dos Deputados em 30 de maio de 2023 e encaminhado ao Senado Federal, onde também foi aprovado, gerando a Lei n.º 14701 de 20 de outubro de 2023. A proposta foi vetada parcialmente pelo presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva. O veto será apreciado pelo Congresso Nacional. O Supremo Tribunal Federal media uma câmara de conciliação entre representantes do agronegócio e lideranças do movimento indígena. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB, maior referência do movimento indígena no país, denuncia uma série de violências institucionais enfrentadas por seus representantes. Enquanto isso, a PEC 215/2000 volta a tramitar na Câmara dos Deputados.

Ao fim desta passagem pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, o que emerge não é apenas a imagem de uma personagem controversa no centro da cena, mas a constatação de que, para ocupar e operar nesse espaço, é preciso uma habilidade de orquestração das situações para além da força simbólica ou respaldo de base. O parlamento, em sua estrutura e funcionamento, exige uma aderência à gramática institucional — feita de rituais, acordos, procedimentos e jogos de cena — que atravessa as práticas e os diferentes partidos.

Like any political event when a great deal is at stake, select committee sessions are ritualised in the sense that interaction between those involved is hierarchical, regulated by rules and charged with symbolic meaning. The more public they are, and the more that is at stake politically, the more ritualised they are and as is the case with most rituals, they are mediated by someone with high status. In a religious context, it is the priest, rabbi or imam who connects humans to god but in this case the chair is the ritual

mediator, representing the focal point of the committee but also the committee to the media, to other committees and to Parliament.(Crewe e Sarra 2019)⁶³

Ainda que os embates sejam reais, intensos e por vezes brutais, como vimos nas sessões tensas e nos enfrentamentos com a oposição, o que se impõe como regra tácita do jogo ao operar o ritual é a necessidade de parecer justo, técnico e regimental. É nesse registro que as figuras políticas mais radicalizadas também precisam ajustar suas performances para não serem alijadas do processo. E é justamente aí que reside o dilema dos atores institucionais: para operar e influenciar o parlamento, mais se exige a sua incorporação para a permanência e efetividade no jogo institucional.

O caso explicitado da CCJ tratou-se de um ambiente altamente vinculado à discussão acerca da constitucionalidade da matéria, enquanto em comissão vizinha, presidida pela bolsonarista Carla Zambelli, os debates e votações foram voltados aos méritos das matérias relacionadas ao meio ambiente e desenvolvimento sustentável. A presidência do colegiado estar sob o domínio de um grupo que tinha como bandeira o afrouxamento das leis, regras e instituições de políticas públicas ambientais era em si um motivo de tensionamento. Durante todo o funcionamento dessa comissão, o desafio da presidência se dava em avançar pelos objetivos da plataforma bolsonarista, enquanto se defendia dos ataques da oposição, com a busca pela construção de uma aparência de plausibilidade do trabalho da presidência do colegiado.

⁶³ Tradução minha: “Como todo evento político em que há muito em jogo, as sessões de comissões especiais são ritualizadas no sentido de que a interação entre os envolvidos é hierárquica, regulada por regras e carregada de significado simbólico. Quanto mais públicas são e quanto maior a importância política em jogo, mais ritualizadas se tornam e, como ocorre com a maioria dos rituais, elas são mediadas por alguém com status elevado. No contexto religioso, é o sacerdote, o rabino ou o imã quem faz a mediação entre os humanos e Deus; neste caso, é o presidente da comissão quem assume o papel de mediador ritual, representando tanto o ponto focal da comissão quanto a própria comissão perante a mídia, outras comissões e o Parlamento.”

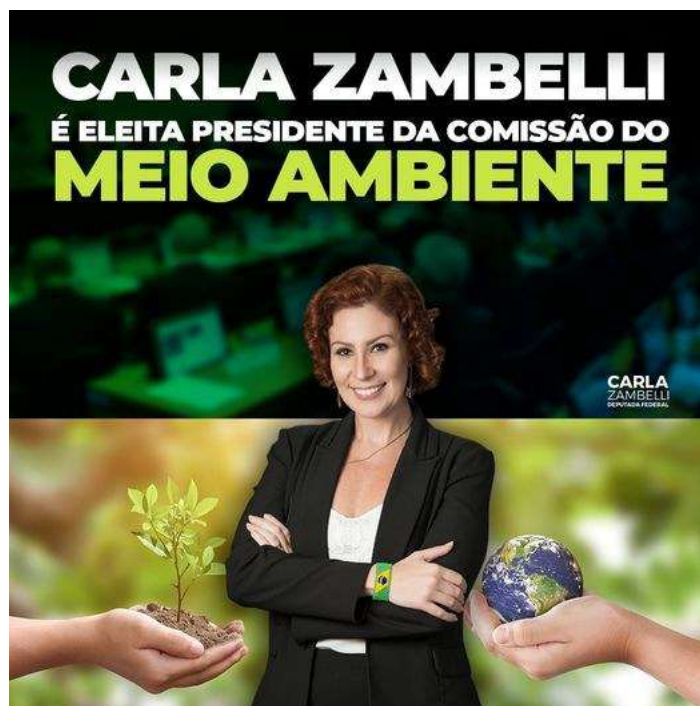


Figura 17 Imagem da assessoria de comunicação da deputada Carla Zambelli.

A credibilidade e a plausibilidade dos trabalhos da comissão são construídas a partir da operação de uma variedade de mecanismos e regras regimentais, nos termos de Emma Crewe e Nicholas Sarra, cenários performativos com o objetivo de serem levados a sério pelos colegas parlamentares e pelo público em geral (Crewe e Sarra 2019). O ocupante da cadeira é o ator principal, com maior evidência, para a construção desse desempenho e aparência de plausibilidade.

Nesse sentido, o desafio de operar dentro do parlamento se revela menos como a simples execução de uma função política e mais como o exercício contínuo de uma administração da aparência — uma prática sensível e refinada de calibrar a performance para que ela não ultrapasse os limites do plausível, mesmo quando sua essência reivindica o confronto e a transgressão. Existe, no centro das instituições legislativas, uma faixa — por vezes tênue, por vezes elástica, mas sempre presente — que delimita o que pode ser dito, feito e interpretado como legítimo no interior da lógica institucional. E essa faixa, embora permeável ao jogo político e às disputas, impõe uma contenção que não se dá apenas por normas explícitas ou regramentos formais, mas por um conjunto de expectativas tácitas e regras encarnadas nos gestos, nas pausas, nos acenos e nas resistências cotidianas.

Mesmo sujeitos sabidamente políticos, cuja presença se ancora na proposição de ruptura, acabam interpelados pelas exigências da forma institucional. A performance do poder, nesse espaço, demanda a manutenção de uma aparência de legalidade, proporcionalidade e escuta — ainda que, nos bastidores, operem estratégias de silenciamento, exclusão ou imposição. A autoridade, nesse campo, precisa constantemente se vestir de técnica, e a técnica, por sua vez, é mobilizada como recurso retórico.

É nesse vaivém — entre a instrumentalização do rito e a disciplina dos afetos — que se constrói aquilo que é socialmente reconhecido como uma atuação legítima ou “aceitável” nos ritos parlamentares e, em especial, no exercício da presidência das comissões. O que frequentemente se apresenta como técnico diz respeito, na verdade, a uma dimensão da legitimidade — uma condição institucional consolidada historicamente no interior da Casa e reconhecida pela maioria dos parlamentares e agentes do processo legislativo.

A técnica, nesse sentido, é expressão dos mecanismos de legitimação. Afinal, a validade de uma norma não decorre apenas da adesão subjetiva, mas de sua capacidade de ser justificada discursivamente perante os demais sujeitos. Essa exigência de reconhecimento mútuo e a possibilidade de justificação discursiva diante dos pares é o que constitui o núcleo da legitimidade (Cardoso De Oliveira 2019).

Não se trata, portanto, de esperar neutralidade ou imparcialidade dos ocupantes desses espaços, mas de reconhecer que o exercício do poder parlamentar se desenrola em um campo de expectativas performativas que devem soar legítimas — isto é, técnicas. Nesse cenário, o excesso de parcialidade, a desatenção ao regimento ou o descuido com o tom tornam-se riscos à autoridade, mesmo para quem momentaneamente a detém. A acusação e a contestação estão sempre no horizonte.

O que se observa, então, é uma condução estratégica entre antagonismo e composição, na qual o gesto mais eficaz é aquele que, embora carregado de intencionalidade política, consegue circular sob o disfarce da técnica, do

equilíbrio ou da justificativa regimental — elementos amplamente reconhecidos como legítimos no universo parlamentar.

Quanto mais visível o posto ocupado — como a presidência de uma comissão central como a CCJ — e mais tenso o contexto legislativo, mais espessa se torna essa camada de exigência performativa, e mais restrita a faixa de ação possível. A credibilidade, a reputação e a imagem da presidência estão profundamente atreladas ao andamento dos trabalhos da comissão. Ao ser indicada a esse posto, a imagem da persona política perante os colegas e a sociedade mais abrangente tende a influenciar o andamento dos trabalhos.

Operar dentro do parlamento, nesse cenário, é operar entre os limites impostos por essa moldura — e, dentro dela, tentar movimentar-se, deslocar significados, empurrar fronteiras. É reconhecer que, mesmo nos momentos de maior tensão, o que sustenta o processo não é apenas a correlação de forças, mas a capacidade de seguir encenando um tipo específico de plausibilidade, aquele que se expressa no idioma do parecer ser justo, do parecer ser regimental, do parecer ser técnico. Alguns personagens são claramente mais habilidosos nesse exercício que outros, o que é esperado dentro da multiplicidade de parlamentares. São muitos os ruídos, mas é por meio do rito da comissão — com todas as suas ambiguidades e contradições — que permite os gestos políticos e garante, ainda que provisoriamente, a operação do poder.

Capítulo 03

CAPÍTULO DA COMISSÃO ESPECIAL – CAMINHOS DE UMA COMISSÃO

Apresentação do capítulo

Nas páginas seguintes, o conjunto de ações parlamentares ocorrerá no interior de uma comissão temporária na Câmara dos Deputados, convocada para a apreciação de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) sobre o voto impresso. Diferentemente do capítulo anterior, onde o foco recaiu sobre a ocupação individualizada e estratégica da presidência da CCJ por uma parlamentar da extrema-direita, aqui o interesse se volta ao plano da ação coletiva. O que se deseja observar são os modos de coalizão, mobilização e performance de um grupo parlamentar — e seus aliados de ocasião — na tentativa de construção de maioria e encaminhamento de uma pauta legislativa controversa.

A matéria-prima analisada não é o mérito técnico da proposta, mas sim o circuito de forças que se organiza para movê-la. A aposta é que o acompanhamento etnográfico de uma comissão especial — marcada por uma duração delimitada, foco temático preciso e visibilidade aumentada — oferece um terreno privilegiado para observar o funcionamento da política como prática situada, relacional e altamente performativa. A atenção se volta, portanto, à construção da pauta, ao jogo de gestos e alianças que compõe o trabalho legislativo e à disputa pelo reconhecimento da legitimidade do processo.

Inspirada por abordagens que enfatizam o caráter dinâmico e poroso das coalizões, a análise acompanha um conjunto-em-ação: atores que, ainda que heterogêneos, se articulam de forma coordenada em torno de um objetivo comum. Grupos que, embora não formalizados institucionalmente como frentes parlamentares ou partidos, atuam com notável capacidade de mobilização e de ocupação estratégica de espaços decisórios. A categoria de quase-grupo, tal como explorada por Adrian Mayer, assim como o conceito de grupo parlamentar, mobilizado por Maria Cecília Costa, servem como lentes úteis para pensar a fluidez e o pragmatismo das alianças operadas no interior da comissão.

Este capítulo se dedica, portanto, a acompanhar a formação, consolidação e posterior desconstrução de uma maioria circunstancial. Em uma comissão regida por regras regimentais específicas, mas também por ritos

implícitos de reconhecimento mútuo e disputas simbólicas, o que está em jogo é mais do que o conteúdo da proposta legislativa. Trata-se da luta por estabelecer os marcos do que é tido como legítimo, técnico e democrático. E, nesse percurso, é possível observar o quanto a própria atuação parlamentar — e a plausibilidade de sua performance — torna-se matéria-prima na disputa política dentro da instituição.



Figura 18 Apuração das eleições para o governo de São Paulo em 1990. Crédito: Sérgio Amaral/Estadão Conteúdo.

COALIZÕES EM UMA COMISSÃO ESPECIAL

Quando falamos em bancada, bloco ou grupo de parlamentares bolsonaristas, é importante ter em mente que esses tipos de agrupamentos são configurações maleáveis. Esses conjuntos são mobilizados por interesses compartilhados, tomam diversas formas ao longo do tempo e operam distintas conexões. Em *Caminhos da Casa*, Maria Cecília Solheid da Costa utiliza a categoria *grupo parlamentar* (Costa 1980) para apresentar as coalizões de deputados em momentos de crises, em torno de interesses ou problemas em comum. A autora chama a atenção para o dinamismo e a capacidade da configuração e desconfiguração desses grupos, cuja identificação somente é possível mantendo-os sempre em vista, acompanhando os seus rastros e suas conexões. Alguns atores dominam essa arte da identificação desses arranjos políticos no Congresso Nacional: os parlamentares e seus assessores mais estratégicos, para sobrevivência própria no jogo político; os lobistas, para terem em mãos sempre uma lista atualizada dos parlamentares com quem podem contar em seus trabalhos de pressão, além da capacidade de leitura das conjunturas políticas; e os jornalistas, para manejar suas fontes perante o desafio de fazer a cobertura política da vida no parlamento brasileiro.

A ideia de *Grupos Parlamentares* de Maria Cecília Costa tem semelhanças com a categoria/conceito *quase-grupos* de Adrian C. Mayer (Mayer 1987), cujos arranjos operam como conjuntos de ação (*action sets*), e por isso, é por meio de suas performances e ações coletivas que sua presença pode ser percebida e perseguida. Um aspecto importante nessa perspectiva é o destaque para o elemento da ação. Mais do que uma ideia-conceito para pensar as propriedades da formação dos grupos, suas características e hierarquias, o conceito aponta para os conjuntos em movimento, os **conjuntos em ação**. Mais do que o interesse pela configuração do grupo em si e da rede, que seria composta por esses atores, o interesse se dá nos elos em movimento, fazendo coisas

combinadas, nas ações em conjunto, na sua capacidade de mobilização e produção de alianças.

O caráter competitivo e mobilizador dos quase-grupos explorados por Mayer pode ser muito útil, principalmente na perspectiva de pensá-los em movimento, fazendo política, servindo aqui como uma referência de ideia-terminologia interessante para esse estudo. Porém, vale ressaltar que essa inspiração não tem a intenção de simplesmente transpô-la indiscriminadamente para esta análise. Algumas ponderações se fazem necessárias, por exemplo: uma das ênfases dadas por Mayer na lapidação de seu conceito, também presente em outros estudos dedicados às redes políticas e diferentes tipos de coalizões (Schmidt et al. 1977), é o destaque para a figura do *ego*, um ator que centraliza esses agrupamentos em rede, tanto numa perspectiva de protagonismo, como de detenção do maior número de elos – como uma estrela, com diversas pontas – com os demais componentes de sua rede. Essa figura rígida e central não é evidente nas bancadas informais. Ao contrário do bolsonarismo, que tem Jair Bolsonaro como figura central de sua organização simbólica, o bloco bolsonarista não apresenta um ator central permanente, sendo possível elencar maior ativação ou protagonismo em diferentes sujeitos nas distintas ações e ao longo do tempo. Ao final, o que importa é o fato de estarem mobilizados como grupo. Mesmo com essa ressalva, a utilização dessa noção pode ser útil para ilustrar/iluminar esses arranjos em ação, em contraposição aos grupos institucionalmente formalizados, que não têm necessariamente na formalização de seus vínculos uma compulsória vinculação às ações de mobilização. Vale destacar, para esclarecimento, que a simples presença do nome de um deputado como integrante de uma frente parlamentar, não garante que o mesmo esteja engajado em ações desse agrupamento, formalizado em registro por meio de coleta e apresentação de assinaturas de parlamentares perante a burocracia da Casa. É comum que deputados e senadores assinem filiações às frentes como gesto de colaboração com a sua criação ou em favor a um colega parlamentar.

Nesse capítulo, acompanharemos o trabalho do bloco bolsonarista e aliados de ocasião a partir do engajamento em uma comissão especial dedicada a uma proposta de emenda constitucional. Nessa instância institucional, foram construídas ações e alianças no ímpeto de avançar na tramitação de uma

matéria legislativa. Assim como no capítulo anterior, quando destaquei a Comissão de Constituição e Justiça para analisar o papel da presidência em seu funcionamento, nesse momento, a atenção é voltada a uma comissão especial, passando o foco também para o relator e seu trabalho de relatoria. Esse órgão institucional temporário é uma oportunidade profícua para análise do trabalho da relatoria, pois, por conta de a finalidade de funcionamento da comissão especial ser voltada à discussão e aperfeiçoamento de uma matéria específica, esse tipo de ocasião prolonga e ressalta a visibilidade do trabalho do relator perante o rito do trabalho colegiado, assim como da operação coletiva, realizada a partir das alianças feitas para a criação e funcionamento da comissão.

Conhecer as regras, as peças-chave do tabuleiro e seus possíveis movimentos pode ajudar em empreitadas investigativas no mundo do legislativo. Como apontado por Emma Crewe e Nicholas Sarra, em artigo em que analisam o trabalho de uma comissão no parlamento do Reino Unido, os autores afirmam que durante a investigação acerca da complexidade do trabalho das comissões, é importante considerar as influências restritivas (*constraining influences*), elementos pelos quais, e com os quais, são regidos os trabalhos das comissões. Seriam estes: as hierarquias, os poderes, os limites, as regras e os rituais (Crewe e Sarra 2019). Com e por meios desses elementos que balizam a dinâmica da comissão, os parlamentares e demais envolvidos se orientam, transitam e mobilizam seus instrumentos e estratégias de trabalho parlamentar. Acompanhar os trabalhos de reuniões ou sessões no Congresso Nacional exige um conhecimento mínimo das regras do jogo. Por vezes, ao chegar numa reunião de comissão ou sessão do Plenário, é difícil, aos não especialistas, entender o que está acontecendo, o que está sendo discutido ou votado, em que momento da tramitação o projeto em pauta se encontra ou qual etapa do rito está em andamento.

Segundo o Regimento da Câmara dos Deputados, as comissões especiais são criadas para analisar e dar parecer a propostas de emenda à Constituição, projetos de código ou proposições que foram destinadas a mais de três comissões, o que indica uma complexidade e sobreposição de temáticas. A criação dessas comissões se dá por iniciativa da presidência da Câmara, requerimento de líder ou presidente de comissão (Câmara dos Deputados 2019),

ou seja, requer aderência perante um conjunto de parlamentares que ocupam posições de poder e influência na Câmara dos Deputados.

Nos momentos de realização das comissões especiais, são construídas performances públicas voltadas ao convencimento político e à construção do relatório acerca da matéria legislativa que motivou a criação da comissão. Ao contrário de uma comissão permanente, onde são discutidas um incesante número de matérias, as comissões especiais são regidas com o foco apenas na discussão de uma proposta. Todo o plano de trabalho apresentado pelo relator tem como finalidade a produção de um relatório a ser votado pelo colegiado ao final de um conjunto de reuniões de trabalho. A comissão especial acaba por funcionar como um espaço de performance persuasiva que comunica a construção e – tentativa de – ratificação de uma ideia legislativa.

Ao contrário do que se predomina no senso comum, por vezes não é o autor do projeto que possui maior protagonismo na construção das matérias a serem aprovadas, mas sim os relatores que, na tramitação dos textos, são responsáveis por produzir pareceres circunstanciados acerca do mérito dos projetos, realizar supressões e alteração dos textos, incluir emendas e apresentar textos substitutivos⁶⁴. São os relatores os atores procurados por parlamentares, governo e demais interessados durante a tramitação das propostas, inclusive pelos próprios autores, com o intuito de que seja mantido ou alterado o texto na intenção de mantê-lo fiel ao ímpeto inicial. O que nem sempre é possível. As pressões e/ou negociações podem resultar em alterações prévias no texto, retirando a necessidade e o recurso final da apresentação de emendas a serem apreciadas e votadas pelos colegiados. Diante de todas essas possibilidades e recursos, os relatores estão no centro do jogo e criam estratégias para conquistar a aprovação dos textos.

⁶⁴ O parecer construído pela comissão é composto por três partes: 1) a apresentação do relatório, que conta com a exposição circunstanciada da matéria em exame; 2) o voto do Relator, com a sua opinião sobre a aprovação ou rejeição, total ou parcial, da matéria, ou ainda a opção de dar-lhe um texto substitutivo assim como oferecer-lhe emendas; 3) Documento final com parecer da comissão, com a conclusão do processo e a indicação dos Deputados votantes, tudo isso conforme o artigo 129 do Regimento da Câmara dos Deputados (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019b).

Nas comissões especiais, criadas para analisar matérias específicas, a exposição de um projeto é alargada no tempo, o que torna para esta pesquisa uma oportunidade para pensar o trabalho do relator e a mobilização de conexões – seja de ideias ou pessoas – que se fazem necessárias para a movimentação de um texto legislativo. O intuito desse capítulo não é esmiuçar uma discussão de mérito da matéria, mas sim entender aspectos da mobilização em torno do texto e como um grupo performa na busca do avanço e aprovação de uma proposta legislativa.

A DISCUSSÃO DO VOTO IMPRESSO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Um gol as 45 do segundo tempo

O voto impresso não é um tema inédito no Congresso Nacional. Além de fazer parte de diferentes projetos, já demonstrou sua força em dois momentos na história recente do Congresso Nacional. No primeiro deles, Jair Bolsonaro recebeu destaque por seu envolvimento, conseguindo a proeza de incluir em uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC182-J/2007) um dispositivo que implementaria a impressão dos votos. Tal fato foi evidenciado por veículos de imprensa, que, ao mesmo tempo em que ressaltavam seu feito, ressaltavam seu histórico de produção parlamentar, com esparsas relatorias de projetos e um baixíssimo número de matérias aprovadas.

O principal tema dessa proposta se referia à garantia aos partidos políticos da titularidade dos mandatos parlamentares conquistados nos pleitos eleitorais, estabelecendo a perda dos mandatos aos membros do Poder Legislativo e do Poder Executivo que se desfilarem das agremiações pelas quais forem eleitos. Era uma sinalização da crescente força que os partidos vinham conquistando, mais especificamente em relação às cadeiras conquistadas na Câmara dos Deputados: A PEC da fidelidade partidária. Foram apresentadas 62 emendas ao texto.

Figura 19 Captura de tela de matéria da imprensa sobre a emenda aprovada do dep. Jair Bolsonaro⁶⁵.



Todas as lideranças, incluindo da Minoria e do Governo, orientaram pela aprovação da emenda. Esta proposição não aglutinava somente a inserção do sistema de impressão dos votos, mas também versava sobre a possibilidade da submissão de projetos de lei por meio de iniciativa popular, desde que subscrito por pelo menos 500 mil eleitores, distribuídos por pelo menos um terço das unidades federativas. Sobre o voto impresso, o documento emendava os seguintes parágrafos:

⁶⁵ A matéria "Camara aprova pela primeira vez emenda de Jair Bolsonaro", de Ricardo Senra, pode ser acessada em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/06/camara-aprova-pela-primeira-vez-emenda-de-jair-bolsonaro.html> (Acesso em maio de 2025). Essa matéria é um ótimo registro dos tempos em que era deputado federal, com comentários do próprio sobre sua imagem como parlamentar.

§ No processo de votação eletrônica, a urna imprimirá o registro de cada votação, que será depositado, de forma automática e sem contato manual dos eleitores, em local previamente lacrado.

§ O processo de votação não será concluído até que o eleitor confirme a correspondência entre o teor do registro do seu voto, após impresso e exibido pela urna eletrônica, e o voto que efetuou.

Aprovada a Emenda Aglutinativa n.º 60. Foram contabilizados: Sim, 433; não, 7; abstenção: 2; total: 442. Os sete parlamentares que votaram contra a emenda do voto impresso: Hildo Rocha (MDB), Newton Cardoso Jr. (MDB), Hiran Gonçalves (PMN), Juscelino Filho (PRP), Jutahy Junior (PSDB), Aluísio Mendes (PSDC) e Reginaldo Lopes (PT). Encaminhada para o Senado Federal, a PEC acabou sendo desconfigurada. Assim como outros trechos da proposta, o texto que previa a impressão dos votos sucumbiu, sendo suprimido em sua passagem pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado. A primeira emenda aprovada de Jair Bolsonaro na Câmara dos Deputados não chegaria a ser promulgada lei.

A outra matéria legislativa que tinha em seu texto a previsão da impressão dos votos foi o PL de n.º 5735 de 2013, que se transformou na Lei Ordinária nº 13.165 de 2015. O texto tinha como principais focos a alteração do Código Eleitoral, de 1965, da Lei dos Partidos Políticos, de 1995, e da Lei das Eleições, de 1997. O principal intuito manifesto do projeto era de “reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina”⁶⁶.

⁶⁶ A proposta pode ser acessada em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=580148> (Acessado em maio de 2025)

Em seu artigo 59-A, o texto previa a inclusão do mesmo trecho previsto na PEC supracitada. Dessa vez, o texto seria vetado pela Presidenta da República Dilma Rousseff e reestabelecido pelo Congresso Nacional, com a derrubada do veto presidencial. As tentativas de inclusão desse texto continuariam ao longo do tempo, sendo matéria-prima para a redação da proposta que é o fio condutor da construção desse capítulo: a PEC de n.º 135 de 2019. Os textos e ideias que circulam pelo Congresso Nacional, em situações oportunas, são incluídas em projetos convergentes, e em situações menos favoráveis, podem ser forçadamente conjugados, configurando o conhecido jargão político do “jabuti”⁶⁷.

Figura 20 Deputados fazem coletiva de imprensa em defesa do voto impresso em 28/04/2021.

Crédito: Paulo Valadares/Câmara dos Deputados



⁶⁷ O termo é remetido ao ex-presidente da Câmara dos Deputados Ulysses Guimarães, que supostamente disse que "jabuti não sobe em árvore. Se está lá, ou foi enchente ou foi mão de gente". A frase se tornou conhecida nos ambientes legislativos e se faz presente no noticiário político referente aos poderes legislativos.

Figura 21 Da esquerda para a direita: Delegado Eder Mauro, Márcio Labre, Bia Kicis, Filipe Barros, Coronel Tadeu, Coronel Crisóstomo e Soraya Manato em 28/04/2021.



CAMINHOS DA PEC 135 DE 2019

Foi em seu primeiro ano como parlamentar que a deputada federal Bia Kicis apresentou a proposta de emenda constitucional do voto impresso, que dispõe que,

“na votação e apuração de eleições, plebiscitos e referendos, seja obrigatória a expedição de cédulas físicas, conferíveis pelo eleitor, a serem depositadas em urnas indevassáveis, para fins de auditoria”

(PEC 135 de 2019⁶⁸)

Vale destacar que o engajamento da parlamentar nessa empreitada é anterior ao seu mandato na Câmara dos Deputados, oriundo de seu tempo de militância fora do Congresso Nacional. Em seu canal do YouTube, é possível vê-la em momentos marcantes da recente história da *luta* pelo voto impresso, como, por exemplo, quando ela acompanhou de dentro do Plenário da Câmara a votação para a derrubada do veto presidencial pelo Congresso Nacional. O acesso aos plenários da Câmara e do Senado é restrito aos parlamentares e aos portadores de crachá, seja da polícia legislativa ou funcionários da Casa, assessores, chefes de gabinete e integrantes das equipes que garantem o funcionamento burocrático do Congresso Nacional. Exceções que burlam essa regra acontecem quando os parlamentares utilizam de seu poder de influência e *botam para dentro* pessoas não autorizadas. Esse tipo de entrada demonstra trânsito e proximidade com parlamentares, jamais sendo uma coisa casual ou banal. Bia Kicis, como também apresentado no capítulo anterior, demonstrava sinais de sua proximidade com o poder, suas estratégias de engajamento/luta em suas pautas e trânsito no parlamento são anteriores à conquista de seu mandato de parlamentar.

⁶⁸ A proposição pode ser acessada no site da Câmara dos Deputados, em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2220292&fichaAmigavel=nao> (Acessado em maio de 2025)



Figura 22 Captura de tela do canal de Bia Kicis no YouTube.

Naquela ocasião, a aprovação da lei 13.165 de 2015 pelo Congresso Nacional (referente aos projetos PLC 75/2015, no Senado, e PL 5735/2013 na Câmara dos Deputados), contou com veto parcial da presidenta Dilma Rousseff, especificamente ao que se referia à impressão dos votos, levando a questão de volta ao parlamento, que derrubaria o veto presidencial na sessão presenciada por Bia Kicis. A discussão não terminaria por ali, indo parar na instância jurídica, no Supremo Tribunal Federal, por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5889, de autoria da Procuradoria-Geral da República – PGR, julgada a 7 de junho de 2018.

A sessão dedicada à apreciação da Ação Direta de Inconstitucionalidade foi presidida pela Ministra Carmen Lúcia. O julgamento contava com os seguintes *amicus curiae* (amigos da corte):

AM. CURIAE.: INSTITUTO RESGATA BRASIL – IRGB

AM. CURIAE.: PARTIDO REPUBLICANO PROGRESSISTA – PRP

AM. CURIAE.: ASSOCIACAO PÁTRIA BRASIL

A figura jurídica do *amicus curiae* representa uma modalidade de participação de terceiros interessados na discussão, que embora não participem da ação, se candidatam perante a Corte para participar do julgamento, para fornecer elementos para ajudar a apreciação da ação, pluralizando a discussão, assim como obtendo a chance de influenciar o debate processual e a formação do convencimento do julgador. Desde o Código Civil de 2015, em seu artigo 138, é prevista a participação desses terceiros em julgamentos de constitucionalidade, sendo-lhes garantidos tempos de sustentações orais em defesa de seus pontos nas sessões do STF. O *amicus curiae* deve ser órgão ou entidade, logo, uma pessoa jurídica, cabendo ao relator do processo a avaliação de sua *representatividade adequada* para acatar ou não a solicitação de inclusão⁶⁹.

A presença de uma legenda partidária, o Partido Republicano Progressista – PRP, mereceu atenção por ser a legenda pela qual Bia Kicis foi eleita em 2018. As demais instituições, o Instituto Resgata Brasil e a Associação Pátria Brasil, chamam atenção pelo reforço patriótico em suas designações. A primeira delas, o IRGB, foi representada na ocasião pela sua criadora, a *Dra. Beatriz Kicis*.

Bia Kicis, advogada: Senhora presidente, senhores ministros, senhora procuradora-geral da República, advogados, senhoras e senhores presentes e todos os brasileiros, cidadãos, eleitores, que nos acompanham neste momento pela TV Justiça, pelo YouTube. São milhões de brasileiros interessados neste julgamento, eu diria que não se trata, no momento do julgamento, tão somente de mais uma ADI no Supremo Tribunal

⁶⁹ Segundo o artigo 7, parágrafo segundo, da Lei nº 9868/99, que dispõe sobre o rito e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, só são conferidas as participações de terceiros nos processos de ação direta de inconstitucionalidade em casos que o “*relator, considerando a relevância da matéria e a representatividade dos postulantes, poderá, por despacho irrecorrível, admitir, observado o prazo fixado no parágrafo anterior, a manifestação de outros órgãos ou entidades*” (em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19868.htm, acessada em maio de 2025). A avaliação da *representatividade adequada* é de responsabilidade da Corte, cuja finalidade está tanto na incorporação ao processo de uma entidade com capacidade técnica para enriquecer o debate como para dar uma maior impressão de legitimidade democrática ao julgamento ADI 3396 do Supremo Tribunal Federal, pode ser acessada em <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2268771> – Acesso em maio de 2025).

Federal. Esta Corte hoje irá demonstrar ao Brasil e ao mundo se o Brasil tem ou não vocação para a democracia, tamanho é a importância dessa causa, (...) quando se afirma que sempre houve fraude nas eleições, isso é verdade, sempre houve. Ainda mais um país com essa dimensão continental, com a fiscalização às vezes um pouco difícil, mas nunca se permitia, na época do voto no papel, que essa fraude fosse sistêmica. **Hoje, a possibilidade de fraude escapa aos olhos do cidadão eleitor,** assim como escapa aos olhos dos próprios fiscais do partido, portanto, a ausência de impressão põe em risco todo o sistema eleitoral. (...) por 15 anos ou mais, **o cidadão esteve dormente, o cidadão esteve alheio ao processo, mas o cidadão brasileiro despertou e tem demonstrado a cada dia a sua insatisfação com o sistema,** tanto que o número de ausência de eleitores têm aumentado a cada eleição e este ano já se espera uma ausência de 40%. Isso já demonstra que o nosso sistema não responde a um anseio do cidadão. É um sistema que põe em risco a própria democracia. (...) o que acontece é que esta lei foi aprovada com mais de 71% de quórum no Congresso Nacional e porque o povo despertou, o povo que antes se acomodava e votava, ou simplesmente por apatia, deixava de votar, foi às ruas. **E foi às ruas derrubar uma presidente incompetente e corrupta e tem ido às ruas para pedir voto impresso.** O Congresso Nacional, ouvindo o clamor do povo, aprovou a lei em 2015 e deu tempo suficiente ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) para que cumprisse essa determinação. Veja bem, não é uma faculdade, é uma determinação. Mas desde 2015, o TSE, órgão executor, descumpre, vem descumprindo a lei do voto impresso sem tomar qualquer providência (...) Aqui, enfoco o artigo 1º, parágrafo único da Constituição, quando diz que todo poder emana do povo. (...).

A menção à figura do *povo*, que tomou consciência, que acordou, que está insatisfeito, é um uso retórico muito comum, utilizada para construir a ideia de uma opinião pública (do povo brasileiro) favorável, que fortaleceria a posição

defendida pelo orador. Vimos que essa retórica é frequentemente utilizada, tendo respaldo na experiência desses atores nessas instituições – parlamento e Suprema Corte – quando a expectativa da opinião pública é um fator que pode influenciar os processos, é invocada. Os que falam e agem nesses espaços mobilizam essa categoria como parte de estratégias de pressão e convencimento. Assim, falam para o público presente e para os que acompanham a discussão mediados por publicações jornalísticas ou trechos e suas falas em vídeos em plataformas como YouTube e Instagram, atualmente chamados de *cortes*.



Figura 23 Os deputados Paulo Eduardo Martins, Bia Kicis, Pedro Lupion e Delegado Marcelo Freitas.

De volta à Câmara dos Deputados. A nova tentativa de emplacar o voto impresso, a PEC 135/2019, foi apresentada em setembro de 2019, primeiro ano da 56ª legislatura. Teve sua constitucionalidade aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ em dezembro de 2019, quando a Câmara dos Deputados estava sob a presidência de Rodrigo Maia. Na passagem por essa comissão, o relator designado foi Paulo Eduardo Martins, na

época, do Partido Social Cristão, hoje no Partido Liberal. Na semana da aprovação, da tribuna do plenário, Bia Kicis, autora da proposta de emenda constitucional, solicitou a criação da Comissão Especial.

Dep. Bia Kicis, a autora da PEC: (...) Mas eu quero falar aqui também, neste momento pós-eleições, de um tema que é muito importante para o povo brasileiro e para este Parlamento: a segurança das nossas eleições. Quero deixar muito claro que o meu propósito aqui não é atacar o TSE (Tribunal Superior Eleitoral), não é atacar ninguém. O meu propósito aqui é chamar a atenção dos colegas e do **povo brasileiro** para a importância de uma eleição segura, como base de toda a democracia.

Assistimos à eleição nos Estados Unidos, com um sistema que muitos chamam de desorganizado, mas há que se prestar a atenção para o fato de que esse sistema permite a recontagem de votos. Isso é o que vai trazer segurança ao cabo dessa prorrogação no anúncio do resultado oficial. A Justiça americana poderá dizer quem, de fato, venceu as eleições e se houve ou não uma fraude sistemática. Aqui no Brasil, embora o nosso sistema pareça melhor, mais limpinho e apregoadado como moderno, ele é completamente antiquado, e vou dizer o porquê. Na década de 80, vários países passaram a adotar a urna eletrônica, no sistema DRE (Demonstração do Resultado do Exercício). Porém, todos os países abandonaram esse sistema, porque ele foi considerado altamente inseguro. A Dra. Rebecca Mercury — se não me engano, falha-me um pouco a memória acerca do sobrenome dela — defendeu uma tese em que mostrou que as urnas eletrônicas poderiam sim ser aproveitadas, mas com o voto impresso, porque isso daria segurança ao sistema. Essa urna, sem voto impresso, de primeira geração, foi abandonada e proclamada inconstitucional em países como Alemanha e Índia. Mesmo tendo quatro vezes o número de eleitores do Brasil, a Índia abandonou o uso desse tipo de urna eletrônica, desde 2014. Nós sabemos que não existe nenhum sistema que seja totalmente invulnerável. Todo

sistema tem vulnerabilidades. **A diferença é que, com o voto impresso, se fraude houver, nós teremos como fazer a recontagem, e assim a fraude deixará rastros.** Não importa quantas pessoas ou autoridades digam que o sistema eleitoral do Brasil é seguro, porque ele não é, e isso está provado. Não me refiro à fraude, porque a fraude não é possível ser provada, exatamente porque ela não deixa rastro, mas a vulnerabilidade do sistema está provada por técnicos, criminalistas da Polícia Civil, vários professores de universidades, autoridades em segurança de rede, não só no Brasil, mas também em vários países que abandonaram a urna eletrônica sem o voto impresso, porque ela é "hackeável". E o fato de ela não estar ligada à Internet não impede que ela seja "hackeada". Nós vimos agora no Brasil o que aconteceu com o sistema do STJ, e é para isso que quero chamar a atenção dos colegas. Vamos trabalhar em prol da PEC 135/19, já aprovada na CCJ. Este Parlamento sempre foi a favor do voto impresso. E é isso que precisamos para oferecer segurança ao povo brasileiro. Muito obrigada, Sr. Presidente. (TRANSCRIÇÃO MINHA).

Conforme previsto em regimento interno, confere ao Presidente da Câmara dos Deputados a criação das comissões especiais para a discussão de projetos de lei, projetos de códigos e propostas de emendas constitucionais. A criação dessas comissões temporárias pode representar que o assunto está quente, seja na discussão na esfera pública, seja no debate no Congresso Nacional. Costuma indicar também que um grupo parlamentar teve capacidade de mobilizar o Colégio de Líderes e a Mesa Diretora.

Embora, à época, o voto impresso não fosse um assunto muito falado nos corredores do Congresso Nacional e repercutido pela imprensa, foi com a corrida pela disputa pela Presidência da Câmara que surgiu um contexto de conexões mais favorável para a criação da comissão temporária. Arthur Lira fortaleceu sua candidatura à presidência estreitando conexões com parlamentares que formariam a base do governo de Jair Bolsonaro na Câmara. Como já apontado, o deputado de Alagoas já era um homem poderoso antes de lançar sua

candidatura. Oriundo de uma oligarquia estadual, estava em seu segundo mandato, mas sua presença em Brasília reverberava a passagem de seu pai, ex-vereador, ex-deputado federal, ex-senador, ex-governador e prefeito da pequena cidade Barra de São Miguel–AL. A candidatura de Lira em 2021 se deu em oposição ao então presidente Rodrigo Maia, que era opositor em algumas pautas ao Governo de Jair Bolsonaro e organizou a candidatura de Baleia Rossi. A estratégia do político alagoano foi, antes mesmo da eleição, se colocar como uma opção (alternativa ao grupo de Rodrigo Maia) de mediação entre parlamentares e o Governo Federal, mobilizando assim inúmeros parlamentares interessados em cargos e emendas parlamentares. Assim, Arthur Lira cacifou-se à Presidência da Câmara.

Essa alçada de Lira ao poder é uma história muito mais complexa do que essa síntese, mas o que é importante para essa investigação é destacar que nesse caminho de conquista de poder, um dos grupos aliados nessa ascensão foi o bloco de deputados bolsonaristas, que representou apoio importante dentro do maior partido da Câmara naquele momento, o extinto PSL. Os bolsonaristas passaram a ocupar uma posição mais próxima da Presidência e do Colégio de Líderes, que, assim como influenciou nas indicações de bolsonaristas às presidências das comissões, ajudaria na criação da comissão especial para analisar a PEC.

A capacidade de agir no parlamento brasileiro é resultante das competências e capacidades momentâneas de criar conexões de apoio. O grupo de deputados bolsonaristas, na 56ª legislatura, alcançou esse estágio de capacidade política. Embora o tema que permeie esse capítulo seja uma discussão que inclui atores de outros partidos – vendida como suprapartidária – e cuja história de tramitação não remeta apenas a essa legislatura, a criação dessa comissão especial foi resultado da atuação de um grupo com grande presença de parlamentares bolsonaristas, não por acaso, a autora do projeto e seu relator fazem parte desse bloco. Em tempos de lobo solitário, o deputado Jair Bolsonaro, sozinho, não tinha essa capacidade de estabelecer conexões que resultassem em criações de comissões temporárias, chegada à presidência de comissões ou que lhe fossem reservadas relatorias de projetos muito concorridos, aqueles que concentram muitos e dispersos interesses e sobre eles é requerido grande capacidade de

negociação – e negociar é, de alguma forma, se aliar, pois esse gesto somente é feito aos que representam coalizões, articulações e capacidades de produzir alianças. Como argumentado anteriormente, essa capacidade de produção parlamentar – pareceres em comissões, aprovações, criação de comissões, aprovações de emendas, indicações, entre outras – é apenas umas das possíveis formas de produção parlamentar e concretizações do poder no Congresso Nacional. O deputado Jair Bolsonaro foi sim uma representação de uma manifestação política potente, amplificada pelos holofotes do parlamento brasileiro e que possibilitou a construção de uma candidatura vencedora à presidência do país, apontando para outros tipos de resultados de trabalho feito no parlamento.

Mas nesse capítulo, abordamos um exemplo de resultado de presença e impacto coletivo, do tipo mais próximo ao bem-visto/avaliado por parte da imprensa, instituições, ONGs que advogam pela “transparência institucional”⁷⁰ e Ciência Política. Contabilizada aqui pelas conquistas do acordo de votação para a presidência da comissão especial, indicação do relator da PEC e de maioria dos integrantes do colegiado que analisaria a proposta de emenda da constituição de número 135 de 2019, que versa sobre as cédulas físicas para plebiscito, ou como se tornou mais conhecida, a PEC do voto impresso.

⁷⁰ A tese de doutorado de Danilo Pinto sobre homenagens do legislativo e cerimônias de condecorações dá um destaque para organizações do Terceiro Setor que se apresentam como fiscalizadoras do trabalho legislativo, para isso categorizam e valoram a produtividade legislativa (PINTO, 2013). Em título de curiosidade, as honrarias eram mal avaliadas pela ONG, contrariando a perspectiva dos parlamentares. Caso contrário, se são desimportantes, por que as realizariam?



Figura 24 Captura de tela da transmissão da TV Câmara pelo YouTube. O presidente da Câmara dos Deputados Arthur Lira anuncia a instituição da Comissão Especial da PEC 135 de 2019.

No plenário. Enquanto o presidente Arthur Lira anuncia a criação da comissão especial para apreciação da PEC 135 de 2019, Bia Kicis está acompanhada de seus colegas, sinaliza que deu certo e posa para a foto. Junto a ela, parte dos parlamentares que trabalhariam nas próximas semanas na comissão temporária. A foto conjunta sinalizava a conquista de importante acordo com o presidente Arthur Lira e Colégio de Líderes para o início da nova apreciação da matéria. Se o presidente anterior, Rodrigo Maia, tinha sido um freio para algumas ações do Governo do presidente Jair Bolsonaro e seus aliados na Câmara dos Deputados, Lira era a promessa e garantia da construção de alianças que consolidariam uma base do governo, capaz de construir maiorias e acordos entre o Poder Executivo e um grande bloco de parlamentares.

Arthur Lira também representava uma maior proximidade dos bolsonaristas ao Colégio de Líderes, Mesa Diretora e espaços de tomada de poder na Câmara dos Deputados. Essa aliança é o que permitiria a tramitação de um conjunto de ações legislativas. Ao que se refere aos interesses dos deputados bolsonaristas, a chegada às presidências das três comissões e a criação da comissão especial refletiam tanto a força do grupo bolsonarista dentro de seu então partido, o PSL, como a proximidade com o deputado mais poderoso da Casa na segunda metade da 56ª legislatura.

Se a pergunta feita por muitos teóricos é porque e como a extrema-direita nacional e internacional tem ganhado espaços políticos e mobilizado suas bases, a perseguição que essa tese faz se dá em entender como ela se fortaleceu num espaço institucional específico.

Mesmo respaldada por seu impacto no universo das ideias, pelo seu alcance ao público – forças essas que colaboram, impulsionam e dão respaldos na atuação interna nos ambientes institucionais – é um outro universo de práticas mobilizado que consolida essa relevância no funcionamento de espaços institucionais como a Câmara dos Deputados.

Ao contrário de apontar para uma normalização ou readequação desses parlamentares de extrema-direita, a investigação aponta para um aspecto multifacetário, que aqui apresenta a diversidade do repertório de mobilização política desse grupo ao atuar em espaços tão regrados e fortemente institucionalizados.

A COMISSÃO ESPECIAL

A primeira composição da comissão especial saiu com uma lista de deputados que já indicava a construção de uma maioria favorável à pauta. O bloco PSL/ PP/ PSD/ MDB/ PL/ REPUBLICANOS/ DEM/ PSDB/ PTB/ PSC/ PMN, liderado por Arthur Lira, seguindo a proporcionalidade, teve o direito a indicar 20 das 34 cadeiras da comissão, que incluía a maioria dos bolsonaristas indicados. O segundo maior bloco, PDT/ PODEMOS/ SOLIDARIEDADE/ PCdoB/ PATRIOTA/ CIDADANIA/ PROS/ AVANTE/ PV/ DC, indicou alguns nomes, de antemão, sabidamente favoráveis ao projeto do Voto Impresso, entre eles, o deputado Pompeo de Matos (PDT), uma das figuras raras no campo progressista a favor

da pauta, com justificativa que resgata a posição favorável à pauta de Leonel Brizola, finado e maior nome político da história de seu partido, para sustentar sua posição favorável à PEC. Seu posicionamento foi diversas vezes destacado por Bia Kicis durante a tramitação da PEC, como um exemplo do caráter suprapartidário da pauta. O deputado gaúcho fazia parte da defesa retórica do argumento de que a discussão perpassava diferentes espectros políticos, chegando *até mesmo* ao campo da esquerda. No decorrer das reuniões, Paulo Ramos – também *brizolista* – faria várias intervenções favoráveis à pauta na comissão. Pompeo e Paulo Ramos eram importantes ativos simbólicos. Três vagas seriam ainda destinadas ao bloco de oposição, PT/PSB/PSOL/REDE, e uma vaga ao único partido ausente dos blocos, o NOVO.

Dep. Bia Kicis, a autora da PEC: Eu quero fazer uma correção aqui quando se diz, o Dep. Paulo Ganime, meu amigo, meu colega, diz que existe uma questão é política e ideológica. Não! Basta ver aqui os deputados presentes. Aqui o Deputado Pompeo de Mattos, um ferrenho brizolista, ferrenho defensor da urna eletrônica... impresso. Eu, que sou da base do governo Bolsonaro, defensora há muito tempo, desde 2014, quando nem pensava em ser deputada (...).

(TRANSCRIÇÃO MINHA). (Em Audiência Pública na Comissão Especial da PEC 135/2019)

A votação para a presidência da comissão foi inicialmente presidida pelo deputado Arlindo Chinaglia (PT/SP), pelo fato de ser integrante mais velho da comissão. De maneira remota, sequela das medidas de distanciamento social da pandemia de COVID-19, o petista iniciou a orquestração dos trabalhos informando as regras do rito da eleição da presidência. Em meio ao processo, por conta de um acordo informal que daria preferência da regência dos trabalhos ao membro mais antigo que estivesse presente na sala de reuniões, Chinaglia passa a direção do rito ao deputado capixaba Evair de Melo (PP), deputado federal desde 2015, vinculado ao Centrão, mas um exemplo do grupo de deputados com um histórico mais fisiologista que teve sua atuação contagiada

pela extrema-direita. A maior presença da extrema-direita no parlamento e na Presidência da República levava o Centrão a posicionamentos mais à direita. Chinaglia e Evair de Melo trocam elogios e enaltecem a história e o compromisso de ambos com o bom andamento do processo legislativo. O acordo fechado com o Colégio de Líderes garantiria a eleição de Paulo Eduardo Martins para a presidência da Comissão, Pompeo de Matos (PDT/RS), Guilherme Derrite (PP/SP) e Darci Matos (PP/PR) para as vice-presidências.

Dep. Paulo Eduardo Martins, o presidente: quero agradecer a confiança da Comissão que me escolheu para presidir os trabalhos de um debate tão importante, sobre essa PEC do voto auditável, que é uma luta histórica da deputada Bia Kicis, (que) muito antes de ser parlamentar, já trazia este elemento para o debate público e hoje esta casa volta a debater o tema. Agora numa comissão especial, sobre uma proposta de emenda constitucional, que é absolutamente pertinente **porque esta é a casa que legisla sobre os mais variados temas e é daqui que tem que sair a conclusão**, seja para rejeitar, seja para aprovar, seja lá qual for... mas através de um debate maduro. Esse é um tema onde não há ganhos políticos ou perdas políticas, o nosso cabo de guerra é um tema que diz respeito a nossos mandados, Constituição, o pacto social, a legitimidade dos mandatários, o Brasil. **Porque é preciso que o brasileiro, seja ele o mais simples que for, tenha confiança em seu processo eleitoral.** (TRANSCRIÇÃO MINHA). (Em Audiência Pública na Comissão Especial da PEC 135/2019)

Embora a indicação da composição do colegiado já apontasse uma forte tendência do parecer favorável em relação à admissibilidade (o atendimento aos pressupostos constitucionais) e ao mérito da matéria, os trabalhos da comissão especial têm o seu período para reuniões restrito ao tempo da realização de quarenta sessões (do Plenário), nesse tempo devem acontecer desde a

discussão da matéria até seu resultado final⁷¹. Nessa temporada, o grupo predominante tenta estabelecer a apresentação do seu ponto de vista, enquanto a oposição luta por apresentar uma contraposição. Ambos os lados, sabedores da tendência de votação dada pela sua composição, tentarão influenciar o destino do pleito, seja influenciando a repercussão da pauta pela opinião pública, seja pelo acionamento de figuras externas ao colegiado. A comissão tem sua lógica interna, mas ela ainda atua sob influência dos agentes mais poderosos da Casa, como a Presidência, a Mesa Diretora, Colégio de Líderes e partidos.

Aos presidentes das comissões é designado o poder da indicação dos relatores das matérias a serem apreciadas (art. 41 do RICD). No caso das comissões especiais, essa atribuição tem um impacto político mais abrangente, pois se refere ao único projeto em discussão, dando uma centralidade e importância maiores à figura do relator, que tem seu nome alçado junto ao do presidente como as figuras mais mobilizadoras do processo. Numa comissão temporária, um dos privilégios estratégicos do relator é ocupar um local cativo perante o colegiado nas reuniões, tendo prioridade/preferência perante os demais parlamentares para iniciar os questionamentos aos convidados, pedir esclarecimentos aos convidados de audiências públicas e realizar esclarecimentos aos colegas deputados. Paulo Eduardo Martins indica o bolsonarista Filipe Barros como relator.

Isso não é uma CPI, é uma comissão especial...

Não temos que olhar pro passado,

temos que olhar pro futuro

(Filipe Barros, o relator)

⁷¹ Vale explicar a diferença dos termos reunião e sessão. As reuniões se referem às comissões, ocasiões que os parlamentares se reúnem em colegiado para debate ou deliberação de matérias nesses espaços voltados à discussão de matérias vinculadas a um tema ou espaço temporário para discutir uma matéria específica, com o grupo de colegas – titulares e suplentes – indicados para a devida comissão. Já as sessões se referem aos encontros em que os parlamentares se reúnem em colegiado para debate ou deliberação de proposições em Plenário, espaços destinados a todos(as) as deputadas e deputados (RICD).

Após a ratificação dos nomes acordados para a presidência por meio da eleição, o relator se prontifica a apresentar um plano de trabalho e os deputados prometem requerimentos com – principalmente – pedidos de audiências públicas, com as indicações de nomes para participação na comissão. Esse momento dá início a um processo que pode envolver disputas, pois ambos os lados da discussão querem indicar representantes para participar do rito e disputar a versão/verdade dos fatos. Numa comissão amplamente favorável à matéria, o desafio do grupo hegemônico costuma ser o de dar uma faceta democrática ao processo, garantindo espaços para a oposição e eventuais controvérsias a partir da *garantia do debate*. Aos que dominam a comissão, é importante fazê-la soar como técnica, justa e democrática - portanto, legítima. Isso implica sinalizar que há garantia de espaço para a discussão necessária ao amadurecimento do projeto.

Esse cenário politicamente legítimo deve, em princípio, contar com a presença da oposição no processo. Mesmo que essa comissão – como em qualquer outra questão, discussão ou votação – possa ter um grupo dominante, é importante entender que, em teoria, pelo arranjo institucional, os rumos do processo estão sempre em disputa, como exige o funcionamento do parlamento. Além disso, é fundamental destacar que as forças que regem os processos políticos sempre deixam margem para surpresas.

Por vezes, a lógica de funcionamento dos colegiados é impermeável à construção de consensos. Trata-se de uma expressão mobilizada por Roberto Kant de Lima e Luís Roberto Cardoso de Oliveira (Cardoso De Oliveira e Kant De Lima 2023) para descrever dinâmicas do poder judiciário em que o conflito se prolonga indefinidamente, até que uma autoridade intervenha com uma decisão fundamentada em um entendimento particular.

No caso do parlamento, sobretudo em situações em que a maioria já está garantida, observa-se que o grupo hegemônico pode se abster do debate, não por ausência de posição, mas por não considerar necessária a justificação pública de sua decisão. Porém, quando o trabalho dessas comissões não dá um espaço para a performance do contradito, abre-se uma oportunidade para a sua contestação pública. Em estudo realizado por Julia Dalla Costa, sobre uma

Comissão Parlamentar de Inquérito⁷², a antropóloga apresenta o funcionamento de uma comissão esmagadoramente hegemônica, ocasião em que o grupo parlamentar dominante também era suprapartidário e ocupou todos os postos da secretaria e organizou o debate. No entanto, eles regeram os trabalhos sem dar espaço para a oposição, construindo uma performance esmagadora. Nessa ocasião, sem espaço na comissão, os deputados de oposição e os atores relacionados ao inquérito – entidades do terceiro setor, antropólogos, pesquisadores, funcionários públicos, lideranças indígenas e quilombolas – recorriam à imprensa, publicações, redes sociais entre outros acenos à opinião pública como recurso para resistirem ao “silenciamento do discurso dissonante e a fixação de um discurso dominante”(Dalla Costa 2019). No contexto do embate político, permitiram à acusação o uso da metáfora do *tratoramento* dos trabalhos legislativos da comissão (Dalla Costa 2019). Os que tocavam os trabalhos da comissão especial, diferentemente, tinham apreço e cuidados para que a aparência do andamento dos trabalhos performasse como justa e respeitosa aos ritos legislativos, performando a inclusão da oposição.

Ao contrário das reuniões acompanhadas por Julia Dalla Costa na CPI, o grupo hegemônico que comandou os trabalhos da comissão especial conseguiu construir um conjunto de reuniões tranquilas, com harmoniosa relação com os deputados de oposição, garantindo-lhes as palavras durante todo o desenvolvimento das audiências públicas. O tom de cordialidade que clama o decoro parlamentar era sempre ressaltado, palavras de afago eram constantemente dirigidas à oposição (ao Governo) por parte da presidência. Em um momento, a presidência passa a fala a um deputado de esquerda.

Dep. Paulo Eduardo Martins, o presidente: Vamos dar voz à esquerda da raiz desta Casa, nobre deputado Paulo Ramos, com a palavra, deputado.

Dep. Paulo Ramos PDT/RJ: Em primeiro lugar, fico feliz com a esquerda de raiz. Estou muito contente, presidente. Muito

⁷² Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, intitulada O agir temerário, fraudulento e tirânico: a antropologia e os antropólogos segundo a CPI da Funai e do Incra (2015-2017).

obrigado por fazer essa pertinente referência. (...) Mas dizer o seguinte, Presidente, a priori, os golpes no Brasil, foram dados sempre pela direita conservadora. Os golpes, que levou Getúlio ao suicídio, o golpe de 64, o impeachment da presidente Dilma, tudo pela direita. Então, se existe um campo político no nosso país, preocupado e que persegue a legitimidade do pleito, a aferição, a verdade eleitoral, a vontade popular devidamente auferida é a chamada – já que falou, a esquerda de raiz – quem defende é a esquerda. Convivi longos anos aqui no Rio de Janeiro com o velho Brizola. E a reivindicação da auditoria, da impressão do voto em complemento à urna eletrônica é uma reivindicação de quem sempre foi vítima de golpes. Não confiar na urna eletrônica é um compromisso, é um compromisso de quem hoje é uma oposição ao governo Bolsonaro. Mas não temos dúvidas, não temos dúvida nenhuma de que o discurso feito pelo presidente da República, talvez seja uma ação preventiva em homenagem a uma eventual derrota, mas, de qualquer maneira, isso não interessa. Não é porque o protagonismo maior nesse momento, por ser presidente da República, vem do presidente Jair Bolsonaro, que nós vamos mudar a nossa convicção. (...) Então eu encerro dizendo, nós que hoje estamos na oposição ao governo Bolsonaro, somos nós que somos vítimas dos golpes, somos nós que queremos sinceramente a verdade eleitoral, nós queremos o voto impresso para poder ter uma contagem manual de um percentual a ser definido para conferir o resultado. (...).

Dep. Paulo Ramos, o presidente: Obrigado, deputado Paulo Ramos, grande contribuição, vossa intervenção, essa situação aí do histórico de golpes, eu deixo para discutir no cafezinho da Câmara, por minha conta, para que não percam o foco aqui da nossa comissão. (TRANSCRIÇÃO MINHA) (Em Audiência Pública na Comissão Especial da PEC 135/2019)

E assim, habilmente, o presidente da comissão mantém a cordialidade da sessão, a fala de um parlamentar do espectro político oposto, porém a favor da PEC, passa a ser reforçada por partidários do voto impresso, reforçando o

argumento do suprapartidarismo da discussão. Bia Kicis agradece *as verdades que precisam ser ditas* proferidas pelo deputado do Partido Democrático Trabalhista – PDT.

O Plano de Trabalho produzido para orientar o desenvolvimento das atividades na Comissão Especial costuma ser bem conciso e simples, contendo a previsão de realização das reuniões de trabalho, reuniões deliberativas, audiências públicas e, nesse caso, a organização de visitas técnicas. Além de um breve resumo da matéria objeto da comissão, o documento ressalta a importância do *processo democrático*. Em sua introdução, ratifica o compromisso com o bom funcionamento da comissão, “sem prejuízo das discussões, questionamentos e outras deliberações a partir de requerimentos que serão apresentados pelas Senhoras Deputadas e pelos Senhores Deputados que integram esse Colegiado” (PLANO DE TRABALHO). A sinalização e a garantia da participação de diferentes atores, especialistas e autoridades, representantes de partidos políticos e ex-ministros ou atuais ministros do Tribunal Superior Eleitoral – TSE é um elemento que se faz presente na retórica que visa legitimar o processo. O Plano de Trabalho do relator “*respeitosamente*” conclui se comprometendo com o “*constante diálogo construtivo*”, com a expectativa do apoio de todas e todos os parlamentares numa busca pelo “*consenso*” e “*andamento profícuo dos trabalhos*”.

Um documento como esse não pode ser analisado apenas em seu conteúdo. Quando articulamos os elementos ressaltados em diálogo com o contexto político, o vivido e disputado no dia a dia do Congresso, podemos notar que o que é expresso é o que está em disputa: a imagem da legitimidade dos ritos de funcionamento da comissão, tendo em vista os valores que o legislador deve em tese ser fiel: a democracia, como embate público justo entre lados opostos – previsto pela instituição com a existência de cargos para o Governo (situação) e oposição, maioria e minoria –; e a tecnicidade, a neutralidade e a transparência, como características atreladas aos procedimentos de uma instituição democrática.

Os 15 requerimentos seriam votados em bloco e de maneira simbólica, demonstrando a existência de um acordo em relação ao conjunto de solicitações

que seriam atendidas. E assim termina a reunião com três minutos e trinta e oito segundos de duração.

Dep. Paulo Eduardo Martins, o presidente: os deputados que estiverem de acordo com os requerimentos permaneçam como se encontram. São aprovados requerimentos. Item 13 da pauta a requerimento n.º 24/2018 do senhor Felipe Barros, que solicita que seja realizada a visita em todos os locais de produção de software, contratação e instalação de arquivos, demais sistemas de validação do voto eletrônico auditável. Em votação. Os deputados que estiverem de acordo com o requerimento permaneçam como se encontram. Está aprovado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, convoco reunião extraordinária para a próxima quinta-feira, 27, às 15 horas, para realização de audiência pública. Está encerrada a presente reunião. (TRANSCRIÇÃO MINHA). (Em Audiência Pública na Comissão Especial da PEC 135/2019)

No conjunto de audiências públicas realizadas, a comissão recebeu uma diversidade de convidados, ex-parlamentares, especialistas em auditorias, professores, representantes de associações de carreiras do Estado, que versaram e foram escutados sobre possibilidades de auditoria dos plebiscitos e a segurança nas urnas eletrônicas. O próximo passo seria a apresentação do relatório pelo relator Filipe Barros.



Figuras 25 Capturas de tela da transmissão do YouTube da Comissão Especial da PEC 135/2019.

Filipe Barros, em reunião destinada à apresentação de seu relatório, realiza a leitura completa do documento para, ao fim, realizar a deliberação de seu voto. O texto de cento e oito páginas está dividido em:

- i) Fundamentação histórica, com a apresentação de uma história do voto no Brasil República;
- ii) Fundamentação técnica, trecho do relatório voltado à discussão tecnológica, quando se pretende “na linguagem de uma pessoa não especialista na área, retirar as camadas de pré-conceitos e trazer à luz do sol, como na alegoria da caverna de Platão” (VOTO DO RELATOR, p.10);
- iii) Fundamentação jurídica, momento do documento dedicado a contrapor “humildemente” os argumentos utilizados nos votos vencedores na Suprema Corte que declararam inconstitucionais as leis que previam o voto impresso no país; e
- iv) Análise comparada, parte do documento onde é realizada uma exposição sobre diferentes sistemas eleitorais usados nos “países democráticos (obviamente)”.

Com cerca de uma hora de apresentação, um assessor adentra a sala da comissão empurrando um carrinho de serviço com vários aparelhos eletrônicos antigos que remetem ao início dos anos noventa. Aparelho telefônico doméstico com fio, aparelho de fax, celular *tijolão*, disquete, fita VHS e máquina de datilografia. Esses são os elementos trazidos para compor a cena do relatório. A mobilização dos objetos aqui não deve ser pensada dentro da dicotomia falso/verdadeiro, mas como uma ação de persuasão e expansão do significado na busca da construção de uma cena, de uma imagem, em favor do objetivo parlamentar do grupo. Aquelas imagens se somariam ao conjunto de argumentos e impulsionaria via imprensa a circulação da defesa do voto impresso.

Dep. Filipe Barros, o relator: (...) a tecnologia evolui diariamente. Já pararam para pensar que em 2002, quando da experiência malsucedida da implementação do voto impresso, que vou abordar mais para frente as causas, não existiam smartphones, que creio ser hoje o nosso principal instrumento de trabalho. Imagina se Steve Jobs tivesse pensado, ao se deparar com uma máquina de datilografia: essa máquina é o que tem de mais moderno, reduziu consideravelmente a intervenção humana em vários procedimentos em diferentes áreas, quase anulando as chances de falhas e erros. Pois é exatamente esse cenário que temos hoje no Brasil no que se refere à tecnologia utilizada em eleições. Deixamos de ser os Pioneiros do avanço em tecnologia para sermos a Vanguarda do atraso e do retrocesso. Eu trouxe aqui, colegas deputados e deputadas, equipamentos que datam a sua criação, a sua origem, e a sua utilização, todos da década de 90, o mesmo período em que surgiram as urnas de primeira geração, as urnas DRE, que o Brasil utiliza, década de 90. Todos esses equipamentos que aqui estão, por gentileza mostra pra gente a câmera de filmagem, creio que todos nós, se não tivemos, já tivemos contato com uma dessa; a máquina de datilografia – e essa não precisa levantar, essa é pesada, a fita VHS; os disquetes, que todos nós já usávamos nos nossos trabalhos escolares e certamente o parlamento brasileiro usou bastante também; o telefone, o fax, o tijolão, o celular tijolão, o celular tijolão é muito simbólico porque foi criado exatamente no mesmo ano que as nossas urnas de primeira geração, as urnas DRE, que o Brasil utiliza, então é importante nós temos a dimensão que o nosso país continua utilizando essa tecnologia. A tecnologia utilizada criada na década de 90, é a tecnologia que o Brasil ainda utiliza no que se refere às urnas eletrônicas. (TRANSCRIÇÃO MINHA). (Em Audiência Pública na Comissão Especial da PEC 135/2019)

Antes do voto ser totalmente lido, o presidente Paulo Eduardo Martins antecipa a informação que concederá o pedido de vista coletivo, informando que essa solicitação já era prevista e fazia parte de acordo firmado entre os parlamentares. Devido ao pedido de vista, a discussão da matéria fica reservada para a próxima reunião da comissão que, segundo o Regimento Interno, pode acontecer depois do prazo de duas sessões do plenário.

O tempo das comissões ser subordinado ao tempo do Plenário não é um mero detalhe, essa relação informa uma hierarquia de instâncias na Câmara dos Deputados e no Congresso Nacional, sendo que a organização e ritmos de trabalho da Mesa Diretora interfere no funcionamento das comissões. Um exemplo dessa vinculação foi apresentado no capítulo 01, quando a reunião da comissão foi suspensa por conta do início da ordem do dia no plenário principal. Em ocasiões estratégicas, por vezes, a Presidência abre, fecha, apressa ou retarda sessões para influenciar o funcionamento das comissões, permitindo ou impedindo que projetos sejam votados, aceleradas ou retardadas as passagens do tempo de um interstício parlamentar⁷³.

A Reviravolta

*“Tivemos uma negociação e será derrotada a proposta (a PEC). O ministro Barroso apavorou os parlamentares e tem parlamentar que deve à Justiça, né? Deve o STF (...) **Ele foi pra dentro do parlamento**, agendou reuniões com lideranças, praticamente exigindo que o Congresso não aprovasse o voto impresso.”*

(Jair Bolsonaro, do Palácio do Planalto, em entrevista à Rádio Brado).

⁷³ Intervalo de tempo necessário entre etapas sucessivas do procedimento legislativo. É contado em sessões, dias ou horas. (RICD, art. 150).

Uma reviravolta ocorre na Câmara dos Deputados. Enquanto os trabalhos na comissão especial avançavam, articulações externas aconteciam na contramão dos planos e interesses que prevaleciam no colegiado.

Um convite recusado de um dos requerimentos aprovados incomodava o comando da Comissão. Dois técnicos ligados ao Tribunal Superior Eleitoral recusaram a chamada dos deputados para comporem as audiências públicas, essa recusa era colocada como uma não colaboração do TSE com o processo e gerou constantes manifestações de descontentamento do relator Filipe Barros e do presidente Paulo Eduardo Martins.

O mar revolto para a comissão, que até então trabalhava em águas tranquilas, repleta de manifestações de camaradagem e cortesia parlamentar, deu suas más sinalizações quando foi anunciada oficialmente a presença do presidente do Tribunal Superior Eleitoral em evento na Câmara dos Deputados. O convite, oficializado pelo presidente Arthur Lira, não era para participação na comissão especial, dedicada há mais de um mês à discussão específica do voto impresso, mas sim para presença em uma Comissão Geral, um tipo de evento específico – previsto institucionalmente – para realização de debates de matérias *relevantes*, com todos os deputados, convocada a partir de iniciativa conjunta de Líderes ou um terço da Câmara. Nessas ocasiões, o Plenário da Câmara é transformado em uma Comissão Geral. Os que protagonizavam e organizavam o debate na comissão especial não tinham sido envolvidos na construção desse grande evento.

O convidado da Comissão Geral foi Luís Roberto Barroso, o então presidente do TSE. Esse evento é previsto para ser organizado em forma de oitiva, com a presença prevista de “autoridades, especialistas com notório conhecimento sobre o tema” (RICD, art. 9). O fato do convidado ser uma importante figura pública na defesa do sistema brasileiro de urnas eletrônicas e contrário à impressão dos votos, era uma grande demonstração do tensionamento e, talvez, do enfraquecimento da defesa do voto impresso no Câmara dos Deputados. Naquele momento, era sabido, seja por meio da imprensa, seja por meio de manifestações dos parlamentares, que uma articulação envolvendo os líderes dos partidos estava chegando – independente dos trabalhos da Comissão – em

um acordo acerca de um entendimento pela manutenção do sistema eletrônico dos pleitos sem a impressão de votos. A PEC deveria ser derrotada na Comissão, era o recado dos *caciques* políticos.

O anúncio da realização da Comissão Geral repercutia negativamente nas reuniões da comissão especial. A presidência e o relator manifestaram que a Comissão Geral não era um espaço adequado para uma discussão *tão técnica*. Nos debates da comissão, eles alertavam os *riscos* de o debate sair dos domínios da comissão dedicada ao assunto e discutiam a urgência de se manterem relevantes no processo.

Dep. Odair Cunha: Então, eu queria só ter garantido da comissão geral que os membros dessa comissão especial, vossa excelência (o presidente) e o relator tenham prioridade de fala na Comissão Geral. Porque ouvir o presidente do TSE... Eu tenho uma curiosidade dantesca sobre a condição de implementação de uma PEC dessa natureza e esse diálogo precisa ser franco, aberto, sincero. É preciso que vossa excelência e o relator tenham um lugar de fala em destaque.

Dep. Paulo Eduardo Martins, o presidente: a Mesa já nos comunicou que as presidências das comissões envolvidas terão o tempo de 10 minutos e nós estamos trabalhando para que os relatores tenham, pois achamos isso importante e, de qualquer maneira, já manifesto aqui a minha vontade de refazer o convite ao Ministro Barroso para que ele venha à Comissão, porque o assunto é complexo e não entendo que a Comissão Geral seja o fórum apropriado.

Dep. Paulo Ramos: O ministro Luís Roberto Barroso, por ser presidente do Tribunal Superior Eleitoral, e a estatura que alcançou, ele tem sido o principal defensor do voto eletrônico, razão pela qual, na minha avaliação, um debate com ele, deveria ser um debate com um quórum menor, porque na Comissão Geral, na verdade, a gente vai ter uma espécie de um espetáculo. Sem a possibilidade do debate, sem a possibilidade dele responder as perguntas bem objetivas. (Em 07/06/2021). (TRANSCRIÇÃO MINHA). (Em Audiência Pública na Comissão Especial da PEC 135/2019)

O tema começava a esquentar, ter maior presença nos veículos de imprensa que cobrem a política nacional. Espaços midiáticos, como colunas, *podcasts* – além das redes sociais dos agentes envolvidos – eram acionados para a participação e incidência no debate, que não mais se restringia aos limites da comissão especial, embora parte deles fossem organizados para influenciá-la e influenciar a opinião pública. Os atores envolvidos faziam suas opiniões circularem por meio de entrevistas, artigos e manifestações em redes sociais.

Dep. Filipe Barros, o relator: antes de fazer as perguntas, senhor presidente, apenas deixar registrado o seguinte: nós convidamos o atual secretário de tecnologia da informação do Tribunal Superior Eleitoral, senhor Júlio Valente, para estar presente nessa comissão especial, convidamos inclusive duas vezes. Até porque a presença dele é de suma importância. É o secretário de tecnologia da informação do Tribunal Superior Eleitoral. Até agora, não houve resposta. Assim como também não houve resposta por parte do ex-secretário de tecnologia da informação, senhor Giuseppe Janino. Mas este final de semana, me deparei com um artigo publicado na Folha de São Paulo, artigo de autoria do Senhor Júlio Valente, atual secretário de Tecnologia de Informação do Tribunal Superior Eleitoral. O que considero uma falta de consideração e uma falta de respeito, mais uma vez com o parlamento brasileiro, com a Câmara dos Deputados, com Senado Federal e com o Congresso Brasileiro, presidente. Porque nós estamos aqui, nós eleitos pela população brasileira, diplomados, inclusive, pelo Tribunal Superior Eleitoral. Nós, sim, temos diploma de representantes da população. Eles não. São servidores federais, nós somos representantes da população brasileira. Nós temos a procuração do Povo. Os servidores do Tribunal Superior Eleitoral, não. E que estão se recusando a contribuir com o debate do parlamento brasileiro que nós estamos aqui. Portanto, considero uma falta de respeito com o parlamento brasileiro o fato de eles se recusarem participar do debate conosco, mas, ao mesmo tempo,

terem posições públicas em jornais de grande circulação Nacional. Quer dizer, se recusam a estar aqui participando dos debates, mas, ao mesmo tempo, vão a público se manifestar e manifestar suas opiniões. Quero deixar registrado o meu repúdio à falta de respeito, à falta de consideração dos servidores do Tribunal Superior Eleitoral. Não a mim, não a vossa excelência, mas ao parlamento brasileiro, à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal. (TRANSCRIÇÃO MINHA) (Em Audiência Pública na Comissão Especial da PEC 135/2019)

Nove ministros do Supremo Tribunal Federal e ex-presidentes do TSE assinaram nota reforçando a defesa da votação eletrônica, defendendo que o sistema já contava com a possibilidade de auditoria. Segundo matéria do jornal O Globo, “a articulação do Barroso junto aos congressistas faz parte de um movimento maior da Corte Eleitoral para esvaziar o projeto do voto impresso que tramita na Câmara dos Deputados.”⁷⁴. A matéria traz informações sobre a atuação dos ministros no Congresso Nacional e em articulação com a imprensa. A reação pública em defesa do sistema de votação não era simplesmente uma resposta aos trabalhos da Comissão Especial, mas eles reagem principalmente aos ataques do Presidente Jair Bolsonaro à credibilidade das eleições brasileiras com menções não comprovadas de fraudes no TSE. No âmbito do parlamento, a adesão dos líderes dos partidos à manutenção do sistema de votação vigente se efetivaria e tornaria pública num movimento contrário aos trabalhos da comissão.

⁷⁴ Matéria do portal de notícias O Globo, intitulada “'Guardiões' da urna eletrônica: Ministros do STF dividem tarefas em articulação contra o voto impresso”. Pode ser acessada em <https://oglobo.globo.com/politica/guardioes-da-urna-eletronica-ministros-do-stf-dividem-tarefas-em-articulacao-contravoto-impresso-25082806> Acesso em abril de 2025.

Figura 26 Par de capturas de tela da matéria de O Globo e do portal Metrôpoles.⁷⁵



Seria amplamente noticiada uma adesão que reuniria 11 siglas, que juntas, oficialmente – logo, teoricamente – representavam um bloco com 326 deputados, compostos por partidos da situação e da oposição, que, por fim, se posicionaram publicamente contrários à PEC do voto impresso. Entre elas, até mesmo as siglas do relator e da autora da PEC, o PSL, representado pela figura do presidente do partido, Luciano Bivar, compunha o acordo. Além de ter sido amplamente noticiado que os presidentes desses partidos decidiram derrubar a proposta após reunião com o Ministro Alexandre de Moraes, era também a sinalização de uma concretização da mudança do cenário e da diminuição das chances do relatório favorável à PEC ser bem-sucedido. O aglutinamento de lideranças não era comunicado apenas em matérias na imprensa, mas os

⁷⁵ A matéria "Guardiões" da urna eletrônica: Ministros do STF dividem tarefas em articulação contra o voto impresso", de Mariana Muniz, pode ser lida em <https://oglobo.globo.com/politica/guardioes-da-urna-eletonica-ministros-do-stf-dividem-tarefas-em-articulacao-contra-voto-impresso-25082806> (Acesso em maio de 2025). A matéria "Líderes de 11 partidos sinalizam aliança contra voto impresso", de Judite Cypreste, pode ser lida em <https://www.metropoles.com/brasil/lideres-de-11-partidos-sinalizam-alianca-contra-voto-impresso> (Acesso em maio de 2025).

próprios parlamentares passavam a tratar do assunto publicamente e realizar manifestações em entrevistas e em redes sociais. Um dos líderes que utilizou suas contas nas redes sociais foi Paulinho da Força, presidente do partido Solidariedade.



Figura 27 Captura de tela de publicação da conta no Instagram do deputado Paulinho da Força.

Enquanto existiam sinalizações públicas das mudanças do cenário para a aprovação da PEC, os onze líderes partidários começaram a gerir ações para mudar os rumos do trabalho da comissão. Os mesmos líderes que inicialmente indicaram uma composição de parlamentares favoráveis à PEC, via Secretaria Geral da Mesa – SGM, dessa vez solicitavam trocas de representantes de seus blocos e partidos na Comissão. Novos integrantes já ocuparam seus postos e passaram a operar *kits* de obstrução. Em uma das reuniões, após a apresentação do parecer do relator, prevista para debate da matéria e votação, o deputado Hildo Rocha – um dos recém-chegados mais ativos na comissão – apresentou um requerimento de retirada de pauta. Na ocasião, a autora da proposta encaminhou voto contrário:

Dep. Bia Kicis, a autora: A sociedade está mobilizada e eu creio que será um sinal muito negativo que nós, como

parlamentares, daremos à sociedade, deputado Hildo Rocha, com a retirada de pauta desse tema. Porque nós queremos debater, deputado, e se vossa excelência mesmo diz que o tema precisa de debate, eu concordo, o tema precisa de debate. É por isso que foi feito um acordo na semana passada, que hoje nós não votaríamos. Hoje nós começaremos o debate. Poderemos continuar na quinta-feira, poderemos votar ou não na quinta-feira, dependendo da necessidade de mais esclarecimentos. (...) **Mas estamos sofrendo um ataque, uma campanha do Judiciário, por intermédio de alguns membros do Supremo Tribunal Federal que, ao invés de permanecer dentro do seu honroso mister constitucional de julgar as ações, está interferindo, aos olhos do Povo, aos olhos de todos nós, aqui na missão do Parlamento. (...) preocupa muito, presidente, a alteração de membros da comissão**, porque os membros presentes, como o deputado Arlindo Chinaglia, que permaneceu aqui na comissão desde a primeira sessão, participou de todos os debates, fez questionamentos, conversamos, trocamos ideias... Nós estamos bem instruídos. Nós participamos do debate e o que aconteceu com esses parlamentares? Muitos deles foram simplesmente substituídos para atender um pedido de Juízes, ministros do Supremo, colegas... Isso é uma interferência muito perigosa no Parlamento. Por isso eu peço que não adiamos a discussão (...) (TRANSCRIÇÃO MINHA). (Em Audiência Pública na Comissão Especial da PEC 135/2019)

A votação do requerimento terminaria empatada. Quinze votos favoráveis, quinze votos contrários. Conforme regimento, caberia ao relator o desempate (RICD art. 56 § 2) e o requerimento seria rejeitado. Naquela reunião de julho, a obstrução seria vencida e o debate sobre o parecer de Filipe Barros aconteceria. Com exceção das deputadas Bia Kicis e Caroline de Toni, que utilizaram metade do tempo reservado a ela, somente parlamentares opostos à PEC se inscreveriam para utilizar o tempo de quinze minutos para debater a matéria, prolongando o tempo de discussão como estratégia para protelar a votação.

O processo de mudança dos rumos dos trabalhos da Comissão Especial continuaria. Progressivamente, foram feitas mais substituições de integrantes do colegiado até que chegasse a uma composição de maioria contrária, o que enfim garantiria a mudança do cenário da votação. As mudanças não pouparam postos importantes da comissão especial, levando até mesmo às substituições de dois de seus vice-presidentes, os deputados Darci de Matos e Pompeo de Matos. Recém-chegados, parlamentares experientes, com notórios conhecimentos e domínios do regimento, passavam a fazer parte do colegiado para incidir nesse novo momento. Com o cenário de possível derrota ao parecer do relator, era o grupo bolsonarista que passava a emplacar mecanismos de obstrução contra as estratégias para o avanço na tramitação. Uma batalha de requerimentos era travada. Requerimentos de adiamento da votação, para protelar; requerimento de encerramento da discussão, para acelerar; alteração da ordem dos trabalhos – antecipando a votação sem demandar longas discussões – e três cancelamentos seguidos de reuniões para votação seriam realizados por parte da Presidência da Comissão Especial. Seria a partir de uma autoconvocação, prevista em Regimento, (RICD, art. 46, § 4º), que um requerimento assinado por vinte deputados convocaria uma reunião extraordinária para votação do parecer do relator. Para realização de convocação por parte dos integrantes da Comissão, é exigida a adesão de um terço do colegiado. O número de assinaturas que constava no documento, superior ao exigido, era mais uma demonstração, *um termômetro*, da nova correlação de forças.

Resumindo, o fim da reviravolta. O parecer de Filipe Barros seria derrotado e o presidente da Comissão, como manda o Regimento, era obrigado a indicar um parlamentar para proferir o parecer vencedor. Nos casos em que a Comissão não segue o parecer do relator designado, é solicitada a outro parlamentar do colegiado a redação do voto vencedor até a próxima reunião ordinária, indicando, para isso, um Relator Substituto (RICD art. 57, inciso XII). Raul Henry, um dos novos integrantes da Comissão, seria o relator do parecer vencedor, lido em menos de dois minutos na última reunião do colegiado.

O arquivamento da Proposta seria decretado em plenário, em sessão da Câmara dos Deputados. A PEC não conseguiria alcançar os três quintos exigidos para alterações da Constituição, ficaria restrita a uma maioria simples. Embora,

teoricamente, a adesão do conjunto de líderes indicasse uma potencial maioria qualificada, o placar da derrota foi por uma maioria simples, 229 favoráveis à PEC contra 218 contrários, o que acabou por demonstrar que a pauta do voto impresso ainda tinha lastro e tração entre os parlamentares da Casa.

Esse capítulo teve como objetivo analisar a atuação de um grupo de parlamentares em uma comissão, como uma coalizão em movimento, cuja finalidade parlamentar era aprovar uma proposta de emenda constitucional e aquecer a pauta do voto impresso no Congresso Nacional. Ao final, essa tarefa foi colapsada pela reorganização de um agrupamento de líderes, que faria hegemônico seu ponto de vista na comissão especial. A jornada em torno dessa tramitação nos possibilita escrutinar um evento em que um grupo busca obter vantagem competitiva a partir de seu funcionamento como uma rede, um conjunto-em-ação parlamentar.

A ação na comissão é possível a partir da organização dos atores para além de seus vínculos partidários. No caso da PEC do voto impresso, foi possível ver a interação com integrantes de outros espectros políticos, tradicionalmente concorrentes, mas aliados nesse pleito. Mobilizações essas que foram importantes para a performance pública na comissão, comunicando o caráter suprapartidário do pleito. Com uma interação cooperativa com deputados de esquerda, os protagonistas do processo de gestão dos conflitos na Comissão – destacando aqui o presidente, o relator e a autora – forjavam o caráter democrático da tramitação e o caráter técnico do debate.

O funcionamento da comissão esteve inserido em um conjunto de forças mais amplas, envolvendo não apenas parlamentares externos ao colegiado, mas também instituições situadas fora do âmbito estrito do Poder Legislativo. Como afirmam Carla Costa Teixeira e Christine Chaves na coletânea Espaços e Tempos da Política, “não se deve negligenciar o fato de que o próprio exercício político moderno é representado como mediação entre espaços, expressos

como diferentes níveis de constituição da autoridade política”(Teixeira e Chaves 2004).

Ainda que, nos principais postos da Comissão Especial, prevalecesse a imagem de um órgão autônomo, regido por sua lógica interna e por uma missão claramente definida no regimento, as tensões emergentes revelaram as correlações de força que estruturam tanto o funcionamento da Casa quanto a própria composição da comissão.

Os protestos contra interferências externas — como as provenientes dos líderes partidários ou do Supremo Tribunal Federal — direcionam-se à mesma lógica de convergência de forças que, no início dos trabalhos, garantiu a maioria favorável à PEC. Mas, como nos lembra Weber (Weber 2015), política é luta — e lutar é performar. Por isso, multiplicam-se os esforços em defender a legitimidade do percurso trilhado pela Comissão, frequentemente apresentado como técnico, plural, democrático e pautado no respeito aos ritos regimentais — em suma, como um processo que ofereceu oportunidades legítimas de atuação aos parlamentares envolvidos.

As ações e intenções dos atores envolvidos na disputa parlamentar passam por uma relação com o *jogo político*, para o qual são mobilizadas um universo de *técnicas de ação* e de *expressão*. Essas manifestações públicas e políticas acabam por constituir *atos de instituição* (Bourdieu 1989). No caso do parlamento, espaços institucionais construídos para abrigar atores que disputam uma hegemonia política, são locais por excelência para a apreciação e investigação da construção dessas ações institucionais.

En soulignant le caractère toujours antago- nique des rapports entre majorité et opposition, et le fait que, au sein de chaque camp, l'union est aussi un combat, ils mettent l'accent sur la conflictualité inhérente aux rela- tions politiques. En même temps, tout se passe comme si le recours à la métaphore théâtrale visait à dédramatiser une réalité parfois difficile à assumer, mais qui est constitutive de

la représentation politique, celle du clivage et de la division.⁷⁶(Abélès 2000)

A disputa ocorre dentro da instituição e também pela instituição, pois o confronto na Comissão está relacionado ao controle de sua operação em si. Ao mesmo tempo, há uma disputa pela imagem desse espaço institucional, o que explica o esforço dos que a dirigem em fazê-la parecer alinhada às regras e procedimentos, ou seja, fiel à própria instituição. Por outro lado, os opositores denunciam que a Comissão está sendo influenciada pelos interesses de quem controla os trabalhos e direciona seus rumos.

Aos que disputam a Comissão e outras esferas do parlamento, é interessante a perenidade da instituição, pois é por meio de seus caminhos institucionais que são dadas as conquistas políticas. O reforço retórico da instituição é atrelado ao vínculo desses participantes ao conjunto de regras e práticas que organizam a Casa. Embora, por vezes, a conjuntura de forças se movimentará em sentido contrário aos seus projetos políticos, são esses meios institucionais o caminho para a realização do trabalho do parlamentar e desdobramentos de suas ações, seja pelo trabalho para o avanço ou pelo trabalho de resistência à tramitação. Ou ainda, a manutenção dessas instâncias garante, em algum tipo de disputa, a chance de influenciar a disputa política.

As ideias da técnica e do respeito aos procedimentos previstos em regimento foram ideias reforçadas a todo momento, visando fortalecer tanto a legitimidade do processo como favorecer a aprovação da PEC, delimitando uma distinção entre a atuação da presidência e da relatoria em relação às questões de mérito e procedimento. No parlamento, performar justo e técnico sempre está atrelado ao rito processual. Essa noção aparece no trabalho de Crewe e Sarra como uma ideia de *performance de plausibilidade (performance of plausibility)* (Crewe e Sarra 2019), estando relacionada à capacidade do estabelecimento de

⁷⁶ Tradução minha: Ao enfatizar a natureza sempre antagônica da relação entre a maioria e a oposição, e o facto de, dentro de cada campo, a unidade ser também uma luta, enfatizam o conflito inerente às relações políticas. Ao mesmo tempo, tudo acontece como se o uso da metáfora teatral visasse minimizar uma realidade por vezes difícil de aceitar, mas que é constitutiva da representação política, a da clivagem e da divisão.

credibilidade que o conjunto que organiza os trabalhos da comissão consegue instituir. A legitimidade do rito é buscada por meio do engajamento dos que o coordenam, na ação de dar andamento aos trabalhos da Comissão, assim como, por vezes. Na contramão, é colocada em xeque por parte dos que resistem, alegando a não plausibilidade do processo. Em momentos de tensão, por vezes, um dos primeiros elementos a ser atacado é a legitimidade dos trabalhos.

Pela tranquilidade e tom sereno dado no andamento dos trabalhos na Comissão Especial, restava à oposição vincular os objetivos da PEC à conjuntura política nacional, mais abrangente, imputando-a um caráter ilegítimo por conta do vínculo com o governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro, *inimigo da democracia*. Quando inverteram as orientações em relação ao acolhimento do parecer do relator, foi a vez dos bolsonaristas mobilizarem, em tom acusatório, os fatores que manchariam aquele processo, como a intromissão de elementos exógenos à comissão especial, assim como denunciar uma manipulação do andamento dos trabalhos da comissão com a mudança de seus integrantes e a desconstrução dos procedimentos *técnicos* até então estabelecidos.

A todo momento, os comandantes dos trabalhos reiteraram a distinção entre a discussão do mérito do debate e os procedimentos regimentais operados pela comissão, importantes à legitimidade dos processos parlamentares, mas permeadas pela operação política do que é tido como regra.

Se, por um lado, o iliberalismo do bolsonarismo (Meyer 2022) surge e é visto como ameaça ao funcionamento democrático das instituições, que durante o Governo do presidente Jair Bolsonaro foram permeadas por sujeitos políticos em torno de ações desestabilizadoras das políticas de Estado e contra o *establishment* (Singer 2022), por outro lado, no parlamento, é possível notar uma faceta desse movimento político que busca se especializar e, por meio dos processos legislativos, ter incidência política. A força institucional do Congresso Nacional se dá em fazer com que os seus atores o reverenciem – seus valores, regramentos e história – em suas empreitadas políticas. Os bolsonaristas contestam as instituições quando estão fora delas, nunca como um sujeito da instituição. Até mesmo em momentos em que as regras e o regimento são afrouxados, os atores dominantes performam ratificar a instituição – mesmo que

por caminhos argumentativos muito tortuosos. Quem atropela o regimento oficialmente diz sempre que agiu piamente conforme as regras.

O funcionamento da instituição é algo tão importante, que sempre está em disputa em momentos de tensionamento e nos momentos de embates políticos. Por isso, os bolsonaristas, assim como os demais sujeitos parlamentares, além de aprender a operar e mobilizar as regras e instrumentos do Poder Legislativo, cabem também a eles a luta simbólica pelo fortalecimento da instituição, a defesa da sua plausibilidade, tanto para não serem escanteados politicamente – com a justificativa de que o principal objetivo da extrema-direita é a corrosão das instituições democráticas – como para a conquista e manutenção dos espaços de poder ocupados: os assentos em comissão e a ocupação majoritária em um importante partido político.

Acompanhar os trabalhos da comissão especial dedicada à PEC 135/2019 permitiu delimitar uma performance de um grupo, que expõe a estruturação e a apresentação de uma bandeira política. Nessa orquestração, não se tratou de trabalhar com excessos ou transgressões ostensivas, mas de buscar a realização de um trabalho que garantisse a aparência legítima da tramitação da matéria, de um empenho coletivo que buscou, passo a passo, conferir densidade política e legitimidade institucional a uma pauta controversa. O que se revelou foi a capacidade de um grupo parlamentar — com interesses definidos e redes articuladas — de operar no interior da instituição a partir da apropriação de seus códigos, rituais e possibilidades procedimentais com fins de garantir a legitimação dos trabalhos. Mas haveria de soar como uma operação democrática e que respeita os ritos legislativos.

Nesse cenário, a comissão especial emergiu como espaço privilegiado para analisar a performance cooperada de uma condução que acena às exigências regimentais, da elaboração compartilhada da pauta e da tentativa de inscrever a proposta de emenda constitucional na moldura da tecnicidade, da transparência procedimental, da democracia representativa e da legitimidade institucional. Não se trata apenas de defender o mérito de uma proposta, mas de tentar demonstrar, reiteradamente, que seu trâmite é legítimo, que os ritos regimentais estão sendo cumpridos, que há escuta do contraditório e que o debate é estimulado — ainda que esse cenário seja cuidadosamente construído para a

manutenção da maioria previamente formada –. Essas ações ajudam a construir um conjunto de defesa prévio, tendo em vista que a PEC era vinculada ao conjunto de ataques contra o sistema de urnas eletrônicas mais abrangentes.

Esta acção “performática” tem uma dupla função. Primeiro, sendo este o único órgão de soberania política e ideologicamente plural, este tipo de acção garante a existência de um exercício ritualizado que encena, perante a comunidade, o debate sobre as diferenças entre as várias forças políticas. Depois, porque a representação política não assenta apenas na entidade do representante e do representado, ou seja, os deputados não falam apenas “em nome” de quem lhes confiou o mandato, mas também “perante” o universo político de representáveis. Assim, a acção “performática” é dirigida a um público que os eleitos imaginam ou desejam representar. Nesse “jogo duplo”, engenho que consiste em falar simultaneamente para dentro e para fora, o discurso e a retórica tornam-se peças fundamentais de afirmação política e mediática num contexto em que não há posições políticas públicas que não sejam relacionais e conectadas às dinâmicas conflituais de cada momento. (Seabra Lopes et al. 2017)

Essa missão comunicacional da comissão fica evidente na construção narrativa que ocorre na sequência das reuniões. Para além de construir um cenário com especialistas e atores com diferentes posições acerca do tema, os trabalhos da comissão tentaram organizar os fatos perante o grande público em uma perspectiva de reforçar a validade do processo como um todo. Além de esmiuçar o argumento da fragilidade das urnas eletrônicas, com a convocação de especialistas escolhidos a dedo, esse momento da comunicação é voltado a também documentar a coerência regimental dos trabalhos, para inscrever nos registos do Congresso Nacional – documentos produzidos, notas taquigráficas e registos audiovisuais – a ocorrência de um processo adequado às regras regimentais e aos princípios democráticos. A todo momento, com fins de destacar as minúcias do trabalho, o relator detalhava o passo a passo e

ressaltava o caráter legítimo dos procedimentos defendidos como justos e imparciais.

Ao contrário do protagonismo individual de uma presidência, como observado no capítulo anterior, aqui o foco se deslocou para uma engrenagem mais complexa, onde o funcionamento da comissão depende da colaboração — ainda que por vezes tensa e assimétrica — entre parlamentares de diferentes espectros, do manejo das regras regimentais, da convocação de audiências públicas, da construção de uma pauta que soe plural, e da composição de um ambiente que performe a plausibilidade e o caráter democrático do processo. Trata-se de uma produção cuidadosa de institucionalidade, mesmo (ou sobretudo) quando os objetivos políticos podem tensionar os pilares do próprio regime democrático.

A comissão temporária, portanto, aparece ao mesmo tempo, como palco e dispositivo da operação legislativa, que visa simultaneamente construir uma narrativa em favor da matéria e inscrever-se na gramática institucional. Um espaço de produção, não apenas de discursos e textos legislativos, mas de uma imagem de um processo com legitimidade política. Ao longo de sua atuação, observou-se um esforço contínuo para manter a aparência de equilíbrio e ponderação, mesmo em meio ao enfrentamento da oposição. Na comissão especial, o relator bolsonarista teve uma postura muito distinta de sua participação como membro de outras comissões, como a reunião da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, analisada no capítulo 01.

O grupo que inicialmente conduziu os trabalhos da comissão soube mobilizar, com competência estratégica, os elementos formais da institucionalidade parlamentar para apresentar seu projeto como legítimo e tecnicamente embasado. A construção dessa imagem não é um detalhe: é parte fundamental da política no seio parlamentar. Não basta aprovar a matéria, é preciso construir as condições políticas necessárias. E para isso, além da construção de maiorias, são fundamentais o parecer justo, o parecer técnico e o parecer democrático. Conduzir uma comissão é reiteradamente acenar para esses aspectos importantes para a imagem do trabalho do colegiado.

Mudando os ânimos dos condutores do processo, o presidente e o relator, esse esforço coletivo esbarrou na mudança da orientação e da correlação de forças que envolvia líderes e presidentes de partidos. À medida que os ventos

mudaram, a base de apoio institucional à PEC foi esvaziada, emergindo um novo arranjo de poder que reconfigurou a comissão por dentro, alterando suas cadeiras, suas vozes e seus rumos. O que antes parecia um espaço coeso e estratégico – com a garantia controlada da participação minoritária da oposição – passou-se em uma reviravolta a ser regido por outra tendência política, com os gestores do processo passando à condição de minoria. Ainda assim, a linguagem da institucionalidade permaneceu em uso, mas em outra direção: o vocabulário da legalidade, do rito e da legitimidade buscou inscrever sua derrota no registro do que foi supostamente “desviado”, “interferido” ou “manipulado”.

Ao fim, o que se revela é que, para atuar no Parlamento, é preciso dominar durante todo o processo as formas de fazer ver e fazer crer, mas, em última instância, essa habilidade está submetida às forças de mobilização mais abrangentes e obtenção da maioria. E nisso, a comissão especial, com sua temporalidade própria, sua visibilidade ampliada e seu caráter técnico performado, opera como uma arena em que se disputa não apenas o conteúdo da política, mas as formas pelas quais ela é tornada legítima. Mesmo que após todos os atos e costuras internas, o processo possa ver seu destino ser mudado por alterações de acordos de conexões mais poderosas. A disputa, aqui, é tanto na comissão quanto pela comissão, mas sempre relacionada a uma disputa política mais abrangente.



77

⁷⁷ Figura: O senador Eduardo Girão e o deputado Marcelo van Hattem na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (30/11/2022).



78

⁷⁸ Figura: Na foto: deputada Carla Zambelli (PL-SP); senador Guaracy Silveira (PP-TO); deputado Osmar Terra (MDB-RS); Deputado Felipe Barros (PL-PR), deputado Otoni de Paula (PSC-RJ), deputada Aline Sleutjs entre outros presentes na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (30/11/2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após dois turnos de uma eleição muito disputada, Luís Inácio Lula da Silva foi eleito para seu terceiro mandato como presidente do Brasil em 30 de outubro de 2022. Jair Messias Bolsonaro era o primeiro presidente da República que não conseguiria garantir sua tentativa de reeleição. O clima de contestação dos resultados eleitorais não tinha se encerrado com o fim dos trabalhos da Comissão Especial da PEC do Voto Impresso. Após a vitória do Partido dos Trabalhadores, acampamentos com apoiadores do bolsonarismo foram montados em frente a quartéis do exército em diferentes cidades, incluindo Brasília, com o claro pedido de intervenção militar. Um debate se estabelecia nas tribunas do Congresso Nacional e na imprensa acerca da organicidade ou orquestração da mobilização. São muitos os indicativos do financiamento privado dos atos e de apoios estratégicos promovidos por agentes de dentro da estrutura do Estado, incluindo parlamentares, funcionários públicos civis e militares⁷⁹. Essa série de eventos que se opôs à vitória de Lula teve como ápice a invasão e depredação do Congresso Nacional, Palácio do Planalto e Supremo Tribunal Federal em 8 de janeiro de 2023, em um episódio que transformou a Praça dos Três Poderes em um palco do ataque ao Estado Democrático de Direito. Esses atos foram objeto de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito⁸⁰ e estão sob julgamento em um processo no STF.

⁷⁹ O relatório da Polícia Federal detalhadamente apresenta indícios da orquestração dos acampamentos, apontando uma grande relação de atores envolvidos, incluindo deputados bolsonaristas. O relatório pode ser lido em <https://noticias-stf-wp-prd.s3.sa-east-1.amazonaws.com/wp-content/uploads/wpallimport/uploads/2024/11/26160436/Relatorio-Final-PF-Site-2024-1.pdf> (Acesso em 18 de abril de 2024).

⁸⁰ O relatório final da CPMI pode ser encontrado no site do Senado Federal, em um documento de 1755 páginas. <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9484688&ts=1697682413143&disposition=inline>





Figura 28 Fotos de Marcelo Camargo/Agência Brasil.

Uma audiência pública antes do fim da 56ª legislatura

Com base no artigo 93, inciso segundo, do Regimento Interno do Senado Federal, que prevê a realização de audiência pública para “tratar de assunto de interesse público relevante”(BRASIL e Senado Federal 2023), o senador bolsonarista Eduardo Girão (na época Podemos/CE, hoje no Partido Novo) requiriu a realização de uma reunião extraordinária na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC). Segundo o requerimento, o tema do evento tinha como finalidade “discutir a fiscalização das inserções de propagandas políticas eleitorais”. Segundo alegado em documento, as inserções de propagandas eleitorais em rádios das regiões Norte e Nordeste haviam prejudicado a candidatura do Partido Liberal, de Jair Messias Bolsonaro. Essa tinha se tornado a bola da vez no ataque ao processo eleitoral de 2022. O documento informava que o Tribunal Superior Eleitoral, sob presidência de Alexandre de Moraes, tinha determinado o arquivamento da denúncia. O texto ainda destacava que:

“Em tempo, não podemos ignorar que parte da população, inquieta e mergulhada em incertezas sobre o pleito de 2022, hoje está nas ruas se valendo do seu direito constitucional de livre manifestação de pensamento e liberdade de expressão”.
Requerimento à CTFC de número 59 de 2022 (Senado Federal 2022)⁸¹

A referência às pessoas nas ruas dizia respeito aos acampamentos em frente aos quartéis-generais do Exército. A ideia de inquietação popular e a produção de imagens que remetem a um povo brasileiro é algo recorrente nas estratégias

⁸¹ Os documentos relacionados à reunião podem ser encontrados na página da comissão, <https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/1956/reuniao/11042> no endereço (Acessado em abril de 2025)

discursivas de parlamentares, com elementos de um populismo nacionalista na instrumentalização feita por parlamentares bolsonaristas. Metáforas patrióticas como *O Gigante acordou*, que voltaram a ter força desde as manifestações de junho de 2013⁸², são recursos discursivos recorrentes utilizados para ilustrar e defender o ímpeto dos que se insurgiram contra o resultado das urnas.

A organização do evento pode ser analisada a partir dos seus requerimentos de realização, que além de justificar a ocasião, já constam com as indicações dos convidados para a audiência pública. Uma parte desses nomes era composta por atores aliados, que possuíam vínculo profissional com esferas do Poder Público — sujeitos que, de dentro do Estado, sustentavam o suposto problema da difusão da propaganda eleitoral —. Entre aqueles que sustentavam a denúncia, estavam o Ministro das Comunicações, indicado por Jair Bolsonaro, Fábio Faria, e Alexandre Gomes Machado, que trabalhou no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e que seria exonerado após manifestações contra o sistema eleitoral e acusações de assédio moral.

Em defesa da validade desses documentos e das manifestações políticas, é comum que esses requerimentos façam referências a indivíduos que ocupam alguma posição de poder, geralmente com algum tipo de vínculo ou força institucional. No caso do ministro, destaca-se o cargo de proeminência política; já no caso do ex-servidor, a posição remete a uma suposta validade técnica da demanda que o requerimento transmitia, ao mesmo tempo, em que colocava em suspeita a dinâmica interna e o trabalho do Tribunal Superior Eleitoral. Esses dois exemplos são indicativos do tipo de estratégia comum de composição de um cenário que sugere razoabilidade na audiência pública.

A escolha e apresentação dos convidados também sinalizam esse tipo de construção estratégica. É comum o registro dos convites oficiais, por meio de requerimentos aprovados em comissões, para aliados e também para as figuras representativas do lado oposto, ou seja, adversários políticos. No entanto, esses convites costumam partir do pressuposto – ou da informação já sabida – de que esses adversários não aceitarão o chamamento. A simples realização do convite

⁸² Metáforas relacionadas ao gigante adormecido foram frequentes na história do Brasil, passando ao longo do tempo a serem atreladas a discursos patrióticos (conf. Prada 2015).

por vezes visa apenas construir a imagem de uma audiência disposta a escutar todos os lados — uma tentativa de transmitir a ideia de um evento justo e democrático.

Nesse momento pós-eleição, Alexandre de Moraes era considerado pelos bolsonaristas como um de seus maiores adversários, uma espécie de algoz de Jair Bolsonaro. Moraes foi citado nominalmente em diversas declarações públicas de guerra feitas pelo então presidente, sendo a mais famosa delas realizada na Avenida Paulista, quando Bolsonaro vociferou que não mais respeitaria as decisões do Supremo Tribunal Federal. O tensionamento entre os poderes executivo e judiciário levaria dias depois a um comunicado de Jair Bolsonaro, atenuando a situação, uma breve trégua. Esse gesto seria mediado pelo ex-presidente da República Michel Temer, antecessor de Bolsonaro, e o responsável pela indicação de Alexandre de Moraes para a cadeira de ministro do Superior Tribunal Federal.

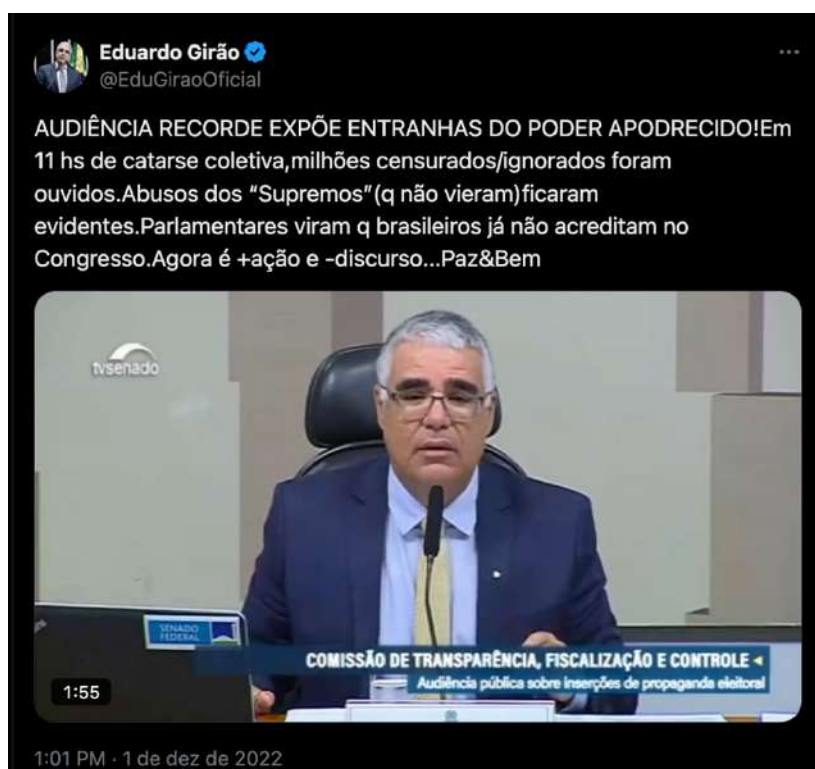


Figura 29 Captura de tela da rede social Twitter do avatar do senador Eduardo Girão.

Em 30 de novembro, foi realizada, no Senado Federal, a audiência pública, presidida pelo autor do requerimento, o senador Eduardo Girão. A sala da comissão estava lotada. Um fato que chama atenção e demonstra a capacidade de mobilização do grupo é o dia da reunião, especialmente por se tratar de uma quarta-feira, dia em que os trabalhos nas comissões costumam ser mais intensos e os prédios do Congresso Nacional geralmente estão mais movimentados. Não é banal conseguir uma agenda no horário nobre do Congresso Nacional e em tão pouco tempo. Os requerimentos remetiam à semana anterior da reunião. Durante mais de onze horas, parlamentares apoiadores de Jair Bolsonaro e convidados atacaram o funcionamento do sistema de urnas eleitorais, o Tribunal Superior Eleitoral, o Supremo Tribunal Federal e o presidente eleito. O povo tinha despertado.

O SR. RONY PARESI: Hoje, os gigantes acordaram de forma consciente, de forma política. Quem está falando com a nação brasileira é o cacique Rony Pareci. Em nome dessas pessoas, venho aqui trazer o sentimento verdadeiro, o que elas estão sentindo no coração, na pele e na alma nesses 30 dias em que estamos aqui em Brasília no QG. Com as diversidades que a natureza nos oferece e também com as diversidades das atrocidades que vêm sendo cometidas pelo cabeça de ovo, que nada mais é do que um pau-mandado do sistema corrupto internacional que cada vez mais vem adentrando o nosso sistema político, tanto vocês, Senadores e Deputados Federais, como todas as autoridades e nós brasileiros temos a obrigação de não deixar isso acontecer. Nós temos que ter essa coragem. Hoje estou aqui, há 30 dias, sendo ameaçado, sendo coagido, sendo repreendido. As minhas aldeias, a minha família estão lá sendo ameaçadas. Como a guerreira Silvia Waiãpi disse, nós carregamos a espiritualidade de realmente ser guerreiros, mas hoje estamos lutando para podemos ter esta liberdade de o índio ser patriota contemporâneo. (NOTAS TAQUIGRÁFICAS DO SENADO FEDERAL. Na Comissão de Transparência,



Figura 30 Capturas de telas de matérias da Fundação Nacional do índio / FUNAI e do portal Metrôpoles. Rony Walter Azoinayce Paresi ao lado de Jair Messias Bolsonaro⁸³.

Rony Walter Azoinayce Paresi é uma liderança indígena da etnia Haliti-Paresi, de Mato Grosso, filiada ao Partido Liberal, que teve sua presença destacada em discursos de outros presentes na reunião, que ressaltavam a diversidade dos que pleiteavam uma reação do então presidente e dos militares ao resultado das

⁸³ A matérias podem ser lidas nos endereços: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2020/para-os-paresi-comprometimento-do-governo-federal-com-etnodesenvolvimento-marca-novos-tempos-aos-indigenas> e <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/em-homenagem-bolsonaro-veste-cocar-e-cita-cristianismo-a-indigenas> (Acesso em abril de 2024)

urnas. Presenças como a de Rony indicam os constantes os esforços para a construção da cena da audiência pública como um evento legítimo e representativo, incluindo indígenas que apoiavam a agricultura intensiva e arrendamentos em seus territórios. Aliado de atores bolsonaristas, além da presença no acampamento, a liderança vinha participando de eventos públicos, se colocando em defesa do agronegócio em terras indígenas, com a presença em eventos como a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, em contraposição aos posicionamentos da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB, entidade mais representativa do país em defesa dos direitos dos Povos Indígenas brasileiros.

Além da liderança indígena e parlamentares, a construção da cena contou com a presença de influenciadores digitais, representantes de institutos da sociedade civil, ex-magistrados, um delegado da Polícia Federal e o jurista Ives Gandra, conhecido por sua interpretação do artigo 142, que dá margem a uma leitura equivocada das Forças Armadas como uma espécie de poder moderador.

O papel das Forças Armadas é comumente alvo de disputas de entendimento tanto no universo do cidadão comum quanto no universo político. Para os interessados numa interpretação que coloque a democracia brasileira sob tutela militar, ou para aqueles que não possuem vínculo ou reputação no mundo jurídico a zelar, jogos de interpretação e disputas retóricas são frequentemente realizados em torno dos limites das atribuições das Forças Armadas no Brasil. De subordinada aos Três Poderes, elas são alçadas a uma condição de poder moderador. Esses embates, embora muitas vezes não façam sentido para grande parte do campo jurídico, são relevantes no campo político, pois demonstram as tensões e os ajustes de coalizões de poder na história recente da democracia brasileira. Piero Leirner resume bem a questão dessa, em seus termos, guerra comunicacional:

”o que interessa, assim, reter desse processo todo? Do meu ponto de vista, o mais relevante é a concretização de uma espécie de profecia autorrealizável em que supostamente vivemos em um estado de liminaridade entre guerra e paz, e que as armas destacadas para gerenciar essa situação reivindicam a atuação

das Forças Armadas para moderar situações-limite. Assim, por exemplo, vemos uma atuação em forma de “pinça” em termos de guerra comunicacional. De um lado, a imprensa pinta os militares como uma “ala moderada” que pode conter os arroubos de Bolsonaro e, de outro, os apoiadores do presidente veem as Forças Armadas como solução para o problema de “não deixarem ele governar”. Por qualquer lado que se olhe, os militares se apresentam como uma solução para certos problemas (que eles mesmos criaram).”(LEIRNER 2021:110)

Os espaços do Congresso Nacional são fundamentais para a produção e a manutenção de debates, além de contribuição para a reverberação de valores e narrativas políticas que mantêm as bases mobilizadas. A importância de ocupar cadeiras no parlamento e disputar espaço político também se relaciona à apropriação de um lugar institucional, estabelecido e privilegiado de transmissão de mensagens políticas. Conquistar esses mandatos confere a possibilidade de produzir esses eventos políticos, em um registro da institucionalidade.

No caso do bolsonarismo, ocupar essas cadeiras significava a chegada de um grupo que sinaliza valores antiestablishment e anti status quo a um dos principais espaços institucionais da política e do Estado brasileiro. Representava, portanto, uma janela de oportunidade para operar a partir – e por meio – dessa institucionalidade.

O questionamento da coerência, ou mesmo da franqueza, dessas posturas disruptivas não inviabiliza o uso estratégico dessa estrutura e nem a transmissão das mensagens, com o Congresso Nacional funcionando como uma plataforma comunicacional com grande visibilidade e audiência. Quando buscamos por lógica e coerência, essa combinação – dos *antiestablishment* dentro do *sistema* – pode soar como um tipo de curto-circuito informacional, dada a presença de tensões e contradições internas. No entanto, quando colocadas em movimento, essas mensagens adquirem uma direção, produzem um efeito: elas comunicam emoções e valores quando transmitidas por atores que ocupam posições de poder político, dirigindo-se aos seus públicos, suas bases.

Nesse sentido, ocupar cadeiras no Parlamento é uma contribuição importante para o ecossistema do bolsonarismo como um todo. Essa denominação pode se referir a diferentes agrupamentos, seja como uma convergência de movimentos e atores políticos que passam a comungar de uma classificação e identidade coletiva, seja como uma plataforma comunicacional, uma grande *infraestrutura afetiva* (Nunes 2024) que interage com suas bases e as mantém mobilizadas.

(...) esse conceito (de infraestrutura afetiva) implica, primeiramente, uma infraestrutura comunicacional, o que no caso brasileiro inclui grupos de WhatsApp e Telegram, influenciadores e perfis variados em redes sociais, vozes aliadas na, e veículos inteiros da, mídia corporativa (rádios, jornais e canais de TV) e assim por diante. Grande parte dessa estrutura começou a se constituir de baixo para cima, e em todo caso de maneira descentralizada, já antes dos protestos pelo impeachment de Dilma Rousseff em 2015; mas foi a partir da campanha de 2018 que ela foi deliberadamente ampliada e integrada a algo mais organizado e piramidal. (...) Essa estrutura também inclui espaços não digitais tanto no sentido físico quanto no social, como igrejas e grupos de igrejas, clubes, redes de amigos e familiares que estão conectados de uma forma ou de outra ao tronco principal do sistema-rede de comunicação.(:9)

Essa estrutura também é composta por espaços não digitais, *offlines*, como igrejas, clubes (sociais ou de tiro), acampamentos, redes de amigos e familiares, agrupamentos que interagem e estão mobilizados e interagem com esse sistema comunicacional. Por meio dessa infraestrutura-afetiva, ocorre parte da interação entre os parlamentares bolsonaristas e a base do bolsonarismo, que por um conjunto de interações (estímulos e retornos) é possível o compartilhamento dessa gama de emoções e sentimentos, possibilitando o fenômeno as *sincronizações afetivas* (Nunes 2014). Os parlamentares bolsonaristas se somam aos demais influenciadores ou empreendedores políticos, agindo a partir de um local privilegiado, obtido por meio de sua filiação institucional, que

possibilitam a produção de eventos oficiais. Essa audiência pública é um exemplo das possibilidades resultantes desse pertencimento institucional.

A audiência pública do dia 30 de novembro seria ao mesmo tempo, uma sinalização da criação de uma trincheira de resistência desse grupo político no seio da institucionalidade, com falas promovendo o trabalho de aliados políticos, com grande presença de deputados bolsonaristas e nomes da direita, assim como serviria de espaço para a construção de uma narrativa que contesta o pleito eleitoral – que naquele momento havia reelegido muitos dos que ali protestavam – e defende e incentiva um processo de ruptura política, a ser promovido pelos que ainda estavam no poder e pelas forças armadas. Três deputados bolsonaristas pediram providências ao então presidente da República:

O SR. DEP. FILIPE BARROS: Então, o golpe foi dado (se referindo à fraude nas urnas). Nós estamos num regime de exceção. Mas nós, Sr. Presidente (senador Girão) – aí vou finalizar -, agimos dentro da Constituição Federal. E a nossa Constituição Federal traz um remédio. A nossa Constituição Federal, Senador Magno Malta, traz um remédio, Bia Kicis, para essas situações em que vivemos o regime de exceção. Esse remédio que a Constituição Federal traz é o art. 142 (APLAUSOS), que, ao contrário do que falam por aí, não é uma intervenção militar; ao contrário do que falam por aí, não é ditadura. O art. 142 é uma intervenção constitucional para combater o regime de exceção que nós estamos vivendo. **E é necessário que o Presidente Bolsonaro, com o apoio do povo brasileiro, invoque o art. 142 para nos resguardar e para que nós voltemos ao Estado de direito, em que a ampla defesa é respeitada, em que o contraditório é respeitado, em que a liberdade é respeitada. Ou alguém aqui acha que, se nós estivéssemos sob o regime do art. 142, nós teríamos menos liberdade do que temos agora? Nós temos, hoje, na ditadura da toga, menos liberdade do que se o Presidente Bolsonaro invocasse pontualmente o art. 142 para fazer valer o Estado de direito.** (NOTAS TAQUIGRÁFICAS DO SENADO FEDERAL. Na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor em 30/11/2022)

O SR. DEP. JOSÉ MEDEIROS (PL – MT) O que é que acontece? Por que o Estado foi criado? Para proteger três coisas que são um dom de Deus: a vida, a liberdade e a propriedade. As pessoas ficavam com medo dos salteadores chegarem, Senador Heinze, e

tomarem isso de assalto, e as pessoas passaram a se reunir em grupos. E daí o Estado foi criado. Bom, então precisamos de lei para que essas coisas se organizem. (...) Mas o que acontece? Já termino. O que acontece? Quando esses Poderes, Senador Girão, estão corrompidos, o que acontece? Essa força comum que deveria defender o indivíduo passa a massacrá-lo, e é o que está acontecendo hoje. Então, só tem um jeito aqui e agora. E é por isso que eu peço ajuda. **Eu entrei com um pedido de GLO. Eu entrei com um pedido de GLO – eu sei que vocês também andaram pedindo isso – e queria fazer um apelo aqui. Eu sei que tem muita gente buzinando no ouvido do Presidente Jair Bolsonaro: “Deixe isso para lá. Largue isso para lá”. Presidente Jair Bolsonaro, não se trata do seu direito, não se trata das urnas, trata-se da tutela do direito e dos direitos individuais dos brasileiros.**(...) Então não me venha, quem estiver próximo ao Presidente, dizer que podemos aceitar um negócio desse porque não podemos, porque quem se comporta como verme – e eu falo para o Legislativo isso há muito tempo – não pode reclamar quando é pisado. E eles estão nos pisando e não é de hoje. (Notas Taquigráficas do Senado Federal. Na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor em 30/11/2022)

A SRA. DEP. ALINE SLEUTJES (PROS – PR). Nós precisamos reestabelecer a ordem, nós precisamos reestabelecer os nossos direitos, nós precisamos reestabelecer nossas redes de comunicação, porque são por elas que nós divulgamos para os nossos eleitores e para os brasileiros o que acontece aqui. Tudo que nós vimos nesses últimos dias foi o clamor da população dizendo: “SOS, Forças Armadas. Nos ouçam. Cuidem de nós. Por favor, nos atendam. Nós não queremos perder essa nação verde e amarela”. E nós vemos hoje 160 mil brasileiros assistindo a uma audiência pública do Senado. Se isso não é um sinal de que a população brasileira mudou, de que o nosso país mudou, de que as pessoas começaram a dar valor pelo processo político do nosso país, então eu não sei mais que sinal nós queremos. **Nós precisamos agir rápido. Dia 12 tem uma diplomação que eles querem que aconteça. Nós não podemos deixar as coisas acontecerem até o dia 12, porque dia 12 já foi. Nós só temos 11 dias – 11 dias, senador – para vocês aqui no Senado fazerem a parte de vocês, para nós lá na Câmara fazermos a nossa parte e para as Forças Armadas fazerem a parte delas.** (Notas Taquigráficas do Senado Federal. Na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor em 30/11/2022)

A falta de liberdade mencionada refere-se às ações promovidas pela Polícia Federal e pelo Supremo Tribunal, que resultaram em indiciamentos e prisões, como a de Daniel Silveira, presente na reunião, que havia sido detido em fevereiro de 2021 por atacar as instituições democráticas, com ênfase no STF. Nas palavras de Alexandre de Moraes, em sua decisão: “a Constituição não permite a propagação de ideias contrárias à ordem constitucional e ao Estado Democrático”. Por outro lado, os bolsonaristas tentavam ancorar a legitimidade de seus pleitos alegando que vivíamos em um mundo desvirtuado, em um país que vigorava uma ditadura regida pelo Superior Tribunal Federal, com os poderes da república corrompidos, que caberia ao ex-presidente Jair Bolsonaro, com a ajuda das Forças Armadas, atender o clamor do povo brasileiro. Era a hegemonia esquerdista de volta ao poder.

A presença de parlamentares da extrema-direita nesses espaços institucionais, por vezes, significa a inclusão de grupos antidemocráticos no centro do debate político e do fazer política. No discurso da então deputada Aline Sleutjes, ao referir-se aos parlamentares “fazerem a parte que lhes cabe”, um vasto leque de possibilidades de ação está implícito na oportunidade e no potencial de exercer mandatos parlamentares.

Nessa primeira legislatura, com a presença de uma bancada bolsonarista, foi possível observar como uma série de pautas foram incorporadas e conduzidas por esse grupo de deputados, garantindo-lhe a aparência de legitimidade, como convém às ações legislativas. Essas pautas transformaram-se em projetos de lei, ofícios e audiências públicas, além do impulsionamento de figuras que ascenderam midiaticamente, tornando-se sujeitos conhecidos nacionalmente. A estrutura dos gabinetes, com a garantia de recursos públicos, também possibilitou a contratação de pessoal e o acesso a diferentes recursos, ampliando as possibilidades e o alcance político desses parlamentares.

Em meio à presença consolidada em diferentes esferas do Estado brasileiro, a disputa política travada por parlamentares bolsonaristas se dá não apenas pelas instituições e pelos postos de poder, mas também pela legitimidade institucional, pelos espaços de visibilidade e pela definição das narrativas em torno do que pode ser considerado um golpe de Estado, democracia ou liberdade. Muito já se

sabia sobre a capacidade comunicacional e de mobilização desses grupos; o que talvez analistas e adversários políticos não tenham antecipado foi a eficácia de sua atuação institucional por meio dos deputados eleitos. Ao longo da legislatura, o grupo bolsonarista demonstrou sua influência política nos rumos da instituição, sendo influente na eleição para a presidência da Câmara, relevante no funcionamento de dois grandes partidos políticos da Casa (primeiramente o PSL e em seguida o PL), operando em comissões e ocupando cadeiras importantes, como as presidências e relatorias desses colegiados.

Antes de cravar um possível rumo ao fisiologismo político, é fundamental ressaltar que esse empoderamento institucional ocorreu sem desacelerar suas pautas anteriores, sem *tirar o pé do acelerador*, continuando a lidar com conteúdos que anteriormente eram considerados radicais no cenário político tradicional. O que se observa atualmente, na verdade, é um centro político mais inclinado à direita, indicando um contágio político, como se a presença da extrema-direita liberasse o posicionamento de direita, antes velado, do centrão.

Essa consideração não é banal, tendo em vista que nos últimos anos os partidos progressistas tem recuado na discussão de temas considerados polêmicos, como a descriminalização do aborto, descriminalização da maconha, desmilitarização das forças policiais e dos direitos civis às populações LGBTQIA+, entre outros. O Supremo Tribunal Federal tem realizado parte dessas discussões, ampliando sua influência em meio ao vácuo legislativo, o que tem aumentado as tensões entre os poderes legislativo e executivo.

Se as instituições democráticas estão funcionando bem ou não, se são permissivas ou se atuam como freios às ações antidemocráticas, essas questões estão sendo tratadas por politólogos e talvez só sejam respondidas com o tempo. Contudo, etnograficamente, o que se percebe é o crescimento e o estabelecimento de poder desse tipo de parlamentar mais à direita no Congresso Nacional. Muito trabalho parlamentar vem sendo feito nesse sentido, com o sensível aumento de eventos parlamentares sobre o guarda-chuva de temas debatidos pela extrema-direita.

Como colocado por Rodrigo Nunes, a presença de atores bolsonaristas em instâncias institucionais implica numa “tendência à relativa “normalização” política da extrema-direita” (Nunes 2024:17). O bolsonarismo pode ser entendido

em diferentes perspectivas, com diferentes escalas, de uma tendência política a um complexo e poderoso sistema de comunicação que mantém mobilizado inúmeras pessoas, e essa valência tem grande conexão com o universo de práticas no Congresso Nacional. Nos embates políticos, onde a busca se dá por mais espaço e relevância política, os deputados bolsonaristas, por meio do engajamento institucional, abrem possibilidades da banalização de gestos anti-democráticos, deslocando ou borrando fronteiras dos limites às ações parlamentares, com um movimento político com aparência de demandas de inclusão.

Os estudos de Camila Rocha, sobre a formação da Nova Direita (2006–2018)⁸⁴, e de Marina Lacerda, sobre a articulação de políticos neoconservadores movimentações da agenda política da direita contemporânea na Câmara dos Deputados⁸⁵, ambos publicados em 2018, anteriores à eleição de Jair Bolsonaro, foram muito exitosos em analisar a organização desses grupos à direita e conservadores que estavam prestes a ascender politicamente. Hoje, pode parecer fácil avaliar esses trabalhos como importantes, quase como se essas pesquisas tivessem previsto o rumo político do país. Contudo, o que gostaria de destacar, como etnógrafo, é a importância de estudar esses movimentos políticos, independentemente do exercício ou da vontade de prever cenários futuros. Não cabe a nós pesquisadores sermos pautados pela agenda da urgência, sendo que nos são caras – e sempre urgentes – essas instituições centrais ao funcionamento do país. A depender do olhar, do faro do pesquisador, a relevância não caminha na mesma direção dos resultados obtidos pelas maiorias recentes. Se é verdade, como Adirley Queirós diz, que uma câmera filmando o presente pode prever o futuro a partir dos elementos captados em cena⁸⁶, isso só é possível porque em seu trabalho, o diretor e sua equipe se dedicaram a registrar aquele tempo e aquele espaço com afinho e apreço, independente de algum ímpeto de prever ou antecipar alguma conjuntura.

⁸⁴ Ver *“Menos Marx, mais Mises”: Uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018)* (Rocha 2018).

⁸⁵ Ver *Neoconservadorismo de periferia: articulação familista, primitiva e neoliberal na Câmara dos Deputados* (Lacerda 2018).

⁸⁶ Entrevista dada no programa *DR com Demori*, da TV Brasil, que pode ser acessada em <https://www.youtube.com/watch?v=Vui7oPDJGuA> (Acesso em julho de 2025)

Etnografar e pensar o parlamento a partir dos fundamentos da antropologia também pode ser um gesto que talvez possa abrir frestas que melhor entenderemos futuramente.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

Abélès, Marc. 1995. “Pour une anthropologie des institutions”. *L’Homme* 35 (135): 65–85. <https://doi.org/10.3406/hom.1995.369951>.

———. 2000. *Un Ethnologue à l’assemblée*. Vol. 13. Paris: Odile Jacob.

Abranches, Sérgio Henrique Hudson de. 1988. “Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro”. *Dados - Revista de Ciências Sociais* 31 (44): 5–34. <https://doi.org/10.1590/S0102-64451998000200005>.

Abreu, Luiz Eduardo. 1999. “Labirintos Minotauro: política, troca e linguagem”. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Brasília.

Ahmed, Zahir. 2019. “From Shape Shifting to Collusion in Violence: An Ethnography of Informal Relationships Between Bangladeshi Members of Parliament and Their Constituents”. *Political and Legal Anthropology Review* 42 (1): 5–20. <https://doi.org/10.1111/plar.12283>.

Alcoforado, Michel Fontenelle. 2010. “Cenas da Política: Uma Etnografia do Plenário do Senado Federal”. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília.

Almeida, Ronaldo de. 2019. “Bolsonaro Presidente: Conservadorismo, Evangelismo E a Crise Brasileira”. *Novos Estudos CEBRAP* 38 (1): 185–213. <https://doi.org/10.25091/s01013300201900010010>.

Antunes Filho, Edemir, Ana Keila Mosca Pinezi, e Sidney Jard da Silva. 2019. “Conchavos, conflitos e conluios: a gestão do ano de 2013 da CDHM pelo Deputado e Pastor Marco Feliciano”. *Estudos de Religião* 33 (1): 173. <https://doi.org/10.15603/2176-1078/er.v33n1p173-201>.

Araújo, Suely Mara Vaz Guimarães de, e Rafael Silveira e Silva. 2015. “Fugindo do líder e caindo na rede: caminhos alternativos das demandas sociais no Congresso Nacional”. Julho, 1–22. Apresentado no VIII Congresso Latinoamericano de Ciência Política Lima.

———. 2016. “Frentes e Bancadas Parlamentares: uma proposta teórico-metodológica e de agenda de pesquisa”. Apresentado no 10 Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 1–29.

Barnes, J.A. 1987. “Redes sociais e processos políticos”. Em *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*, editado por Bela Feldman-Bianco, 159–94. São Paulo: Global.

Barros, Antônio Teixeira de, Cristiane Brum Bernardes, e Júlio Roberto de Souza Pinto. 2018. “Religião e Política no Parlamento Brasileiro: o debate sobre Direitos Humanos na Câmara dos Deputados.” Em *Retóricas do conservadorismo religioso?: discursos parlamentares contrários ao uso do nome social na administração pública federal*, editado por Cibele Cheron e Mauricio Assumpção Moya, 210–38.

Bezerra, Marcos Otávio. 1999. *Em nome das “bases”: política, favor e dependência pessoal*. Coleção Antropologia da Política. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política.

Bezerra, Marcos Otavio, e John Cunha Comerford. 2013. “Etnografias da política: uma apresentação da Coleção Antropologia da Política”: uma apresentação da Coleção Antropologia da Política. *Análise Social*, 48(207), 465–489.

Bourdieu, Pierre. 1989. *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL.

BRASIL, e Senado Federal. 2023. *Regimento Interno do Senado Federal*: resolução n. 93, de 1970 do Senado Federal.

Câmara dos Deputados. 2019. *Diário da Câmara dos Deputados*. Brasília/DF.

———. 2019. *Regimento Interno da Câmara dos Deputados*.

———. 2020. “Diário da Câmara Dos Deputados”.

Cardoso De Oliveira, Luís Roberto. 2019. “Da Moralidade À Eticidade Via Questões de Legitimidade e Equidade.” Em Theophilos Rifiotis; Jean Segata. (Org.). *Políticas etnográficas no campo da moral*. 1aed. Porto Alegre: Editora da UFRGS e ABA Publicações, 2019.

Cardoso De Oliveira, Luís Roberto, e Roberto Kant De Lima. 2023. “Apresentação: A (des)igualdade jurídica no Brasil no impasse” *Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia*, novembro. <https://doi.org/10.22409/antropolitica.i.a59702>.

Casarões, Guilherme. 2022. “O movimento bolsonarista e a americanização da política brasileira: causas e consequências da extrema direita no poder.” Em *Journal of Democracy em Português*, v. 11, p. 7-44, 2022.

Cavalcante, Sávio. 2020. “Classe média e ameaça neofascista no Brasil de Bolsonaro”. *Crítica Marxista* 50 (1): 121–30. *Crítica Marxista*, Campinas, SP, v. 27, n. 50, p. 121–130, 2020. DOI: 10.53000/cma.v27i50.19005.

Cesarino, Letícia. 2019. “Identidade e representação no bolsonarismo: corpo digital do rei, bivalência conservadorismo- neoliberalismo e pessoa fractal”. *Revista De Antropologia*, 62(3), 530-557. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2019.165232>.

———. 2020. “Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil”. *Internet & Sociedade* 1 (1): 91–120.

———. 2022. “Bolsonarismo sem Bolsonaro? Públicos antiestruturais na nova fronteira cibernética”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 162–88. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901x.v1i82p162-188>.

Comaroff, Jean, e John Comaroff. 2004. “Transparent Fictions; or, The Conspiracies of a Liberal Imagination: An Afterword”. Em *Transparency and Conspiracy*:

Ethnographies of Suspicion in the New World Order, editado por Todd Sanders e Harry G. West, 60:287–99. Durham: Duke University Press.

Costa, Maria Cecília Solheid da. 1980. “Os Caminhos da Casa”. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Crewe, Emma. 2005. *Lords of Parliament: Manners, Rituals and Politics*. Manchester, UK: Manchester University Press.

———. 2015. *The House of Commons: An Anthropology of MPs at Work*. Routledge.

———. 2018. “Ethnographies of parliament: culture and uncertainty in shallow democracies”. *Journal of Organizational Ethnography* 7 (1): 16–30.
<https://doi.org/10.1108/JOE-11-2017-0057>.

———. 2020. “Anthropology of parliaments Emma Crewe Anthropologists”. *Handbook of Parliamentary Studies: Interdisciplinary Approaches to Legislatures*, editado por Cyril Benoît e Olivier Rozenberg, 389–407. Cheltenham, UK.
<https://doi.org/10.4337/9781789906516>.

Crewe, Emma, e Nicholas Sarra. 2019. “Chairing UK Select Committees: Walking Between Friends and Foes”. *Parliamentary Affairs* 72 (4): 841–59.
<https://doi.org/10.1093/pa/gsz036>.

Dalla Costa, Julia Marques. 2019. “O ‘agir temerário, fraudulento e tirânico’: a antropologia e os antropólogos segundo a CPI da Funai e do Incra (2015-2017)”, Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília.

Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP). 2018. *Radiografia do Novo Congresso - Legislatura 2019-2023*. Brasília/DF.

———. 2019. *Radiografia do novo congresso: legislatura 2019/2027*. Educação Política. Diap.

Dias, Jamille Pinheiro, Renato Sztutman, e Stelio Marras. 2014. “Múltiplos e animados modos de existência: Entrevista com Bruno Latour”. *Revista de Antropologia* 57 (1): 499–519. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2014.87772>.

Duarte, Tatiane Dos Santos. 2011. “‘A casa dos ímpios se desfará, mas a tenda dos retos florescerá’: a participação da Frente Parlamentar Evangélica no legislativo brasileiro”. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília.

Faganello, Marco Antônio. 2015. “Bancada Da Bala: Uma Onda Na Maré Conservadora”. Em *DIREITA, VOLVER! O Retorno Da Direita e o Ciclo Político Brasileiro*, 304. Fundação Perseu Abramo.

Feldman-Bianco, Bela. 1987. “Antropologia das sociedades contemporâneas”. Em *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*, Global.

Fonseca, Lígia de França Carvalho. 2015. “Etnografando repertórios políticos no Congresso Nacional”. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

Fraser, Nancy. 1990. “Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy”. *Social Text*, no. 25/26, 56–80.
<https://doi.org/10.2307/466240>.

Gluckman, Max. 1987. “Análise de uma situação social na Zululândia”. Em *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*, Global.

Goffman, Irving. 1974. *Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience*. Boston, Massachusetts: Northeastern University Press.
<https://doi.org/10.1176/ajp.132.10.1093-a>.

Goulart, Mayra. 2023. “Da Diferença à Equivalência: Hipóteses Laclauianas sobre a Trajetória Legislativa de Jair Bolsonaro”. *Dados*. Vol. 67.

Hiroi, Taeko, e Lucio Rennó. 2014. “Obstrução e processo decisório na câmara dos deputados: 1991 a 2010”. *Texto para discussão/Ipea*, janeiro, 1990–2010.

Ingold, Tim. 2018. *Anthropology: Why it Matters*. Cambridge, UK: Polity Press.

Kalil, Isabela. 2018. “Quem São E No Que Acreditam Os Eleitores De Jair Bolsonaro”. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 27.

Lacerda, Marina Basso. 2018. “Neoconservadorismo de periferia: articulação familista, primitiva e neoliberal na Câmara dos Deputados”. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Latour, Bruno. 2007. *Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory*. Clarendon Lectures in Management Studies. Oxford: Oxford Univ. Press.

———. 2012. *Reagregando o Social*. Bauru, São Paulo: EDUSC.

Latour, Bruno, e Steve Woolgar. 1997. *A vida de laboratório. A produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

Law, John, e Vicky Singleton. 2013. “ANT and Politics: Working in and on the World”. *Qualitative Sociology* 36 (4): 485–502. <https://doi.org/10.1007/s11133-013-9263-7>.

Lima, Melina Moreira Campos. 2022. “O Direito Internacional sob governos de extrema direita: uma comparação entre as administrações de Donald Trump e Bolsonaro”, *Seqüência Estudos Jurídicos e Políticos*, Florianópolis, v. 43, n. 90, p. 1–28, 2022. DOI: 10.5007/2177-7055.2022.e66065.

Lowenkron, Laura. 2012. “O monstro contemporâneo: a construção social da pedofilia em múltiplos planos”. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
<https://doi.org/10.7476/9788575114711>.

Martins Filho, João Roberto. 2020. *Os militares e a crise brasileira*. 1a ed. São Paulo: Alameda Casa.

Mayer, Adrian C. 1987. “A importância dos ‘quase-grupos’ no estudo das sociedades complexas”. Em *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*, editado por Bela Feldman-Bianco, 127–58. São Paulo: Global.

Messenberg, Débora. 2017. “A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros”. *Sociedade e Estado* 32:573–91. <https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.320300>.

Meyer, Emilio Peluso Neder. 2022. “Constitucionalismo Iliberal”. *Revista Direito e Práxis* 13 (4): 2595–2622. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2022/70765>.

Nadel, S.F. 1987. “Compreendendo os povos primitivos”. Em *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*, editado por Bela Feldman-Bianco, 49–76. São Paulo: Global.

Nobre, Marcos. 2020. *PONTO FINAL: A guerra de Bolsonaro contra a Democracia*. São Paulo: Todavia.

———. 2022. *Limits of Democracy: From the June 2013 Uprisings in Brazil to the Bolsonaro Government*. Cham: Springer International Publishing. <https://doi.org/10.1007/978-3-031-16392-0>.

Nunes, Rodrigo. 2014. “*Organisation of the Organisationless: Collective Action After Networks* “. *Spheres: Journal for Digital Cultures*

———. 2024. “A palavra e a coisa: bolsonarismo como convergência, horizonte, infraestrutura, ecologia e máquina”. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, no. 122, 20. <https://doi.org/10.1590/0102-001020rn/122>.

Palmeira, Moacir, e César Barreira. 2004. “Política no Brasil: Visões de antropólogos”. Em *Política no Brasil*, 449. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política.

Pinheiro, Victor Marcel, Ivan Furlan Falconi, e Gustavo Afonso Sabóia Vieira. 2024. “Presidencialismo de coalizão: poder de agenda e taxas de dominância e de sucesso nas relações entre o Executivo e o Legislativo”. *Revista de Informação Legislativa* 61 (242): 11–33.

Pinto, Danilo César Souza. 2013. “Homenagens do Legislativo: uma etnografia dos processos simbólicos do estado”. Tese de Doutorado, Universidade Federal de São Carlos.

Potechi, Bruna. 2018. “Fazer mulher, fazer lei: uma etnografia da produção de leis no Congresso Nacional Brasileiro”, Tese de Doutorado, Universidade Federal de São Carlos.

Prada, Ademilton dos Santos. 2015. “‘O gigante acordou’ enquanto mito no imaginário nacional”. *Inventário*, no. 17.
<https://periodicos.ufba.br/index.php/inventario/article/view/15264>.

Quadros, Marcos Paulo dos Reis, e Rafael Machado Madeira. 2018. “Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil”. *Opinião Pública*. Vol. 24.
<https://doi.org/10.1590/1807-01912018243486>.

Radcliffe-Brown, A. R. 2013. *Estrutura e Função na Sociedade Primitiva*. 2a edição. Vozes.

Ringe, Nils, Jennifer Nicoll Victor, e Christopher J. Carman. 2013. *Bridging the Information Gap: Legislative Member Organizations as Social Networks in the United States and the European Union*. University of Michigan Press.
<https://doi.org/10.3998/mpub.4058730>.

Rocha, Camila. 2018. “‘Menos Marx, mais Mises’: Uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018)”. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo.

Rocha, Camila, e Jonas Medeiros. 2021. “Jair Bolsonaro and the Dominant Counterpublicity”. *Brazilian Political Science Review* 15 (3): 1–20.
<https://doi.org/10.1590/1981-3821202100030004>.

———. 2022. “2022: o pacto de 1988 sob a Espada de Dâmocles”. *Estudos Avançados* 36 (105): 65–84. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2022.36105.005>.

Santana, Leonardo Da Silva. 2016. “O Estado laico no confessionário: a atuação religiosa e a luta pela cidadania LGBT durante a tramitação do PLC 122/2006”. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília.
<https://doi.org/10.26512/2016.10.D.22790>.

Santos, Eveline Ribeiro dos. 2018. “A bancada da bala na câmara: quem são e o que propõem esses deputados”. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Brasília.

Santos, Fabiano, e Talita Tanscheit. 2019. “Quando velhos atores saem de cena: a ascensão da nova direita política no Brasil”. *Colombia Internacional*, no. 99, 151–86.
<https://doi.org/10.7440/colombiaint99.2019.06>.

Schmidt, Steffen W, Laura Guasti, Carl H. Landé, e James C. Scott. 1977. *Friends, followers, and factions: a reader in political clientelism*. Berkeley: University of California Press.

Seabra Lopes, Daniel, Raquel Gil Carvalheira, Sofia Bento, Catarina Frois, João Mineiro, e Ricardo Moreira. 2017. *O Estado por dentro: uma etnografia do poder e da administração pública em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Senado Federal, CTFC. 2022. “REQUERIMENTO No59/2022 - CTFC”. Brasília.

Silva, Mariana Borges Martins da. 2022. “Existe um eleitor do Centrão? Clientelismo, força eleitoral e os partidos do Centrão”. Em *Democracia e Eleições no Brasil: para onde vamos*, editado por Magna Inácio e Vanessa Elias de Oliveria, 141–61. São Paulo: Hucitec.

Singer, André. 2022. “Autocratic Regime and Fascist Bias: an Exploratory Roadmap”. *Lua Nova* 116:53–82. <https://doi.org/10.1590/0102-053082/116>.

Solano, Esther. 2019. “A bolsonarização do Brasil”. Em *Democracia em risco? 22 ensaios sobre Brasil hoje*, 1a ed, 307–22. São Paulo: Companhia das Letras.

Souza de Lima, Antônio Carlos, e Adriana Facina. 2019. “2019, Brasil: por que (ainda) estudar elites, instituições e processos de formação de Estado?” Em *Etnografias das instituições, práticas de poder e dinâmicas estatais*, editado por Carla Costa Teixeira, Andréa Lobo, e Luiz Eduardo Abreu, 433–82. Brasília: ABA Publicações.

Sprandel, Márcia Anita. 2004. *A pobreza no paraíso tropical: interpretações e discursos sobre o Brasil*. Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ.

Stangers, Isabelle. 2013. “Introductory Notes on an Ecology of Practices.” *Cultural Studies* 11 (1): 183–96.

Strathern, Marilyn. 1996. “Cutting the Network”. *The Journal of the Royal Anthropological Institute* 2 (3): 517–1535. <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>.

Teixeira, Carla Costa. 1998. *A honra da política: Decoro Parlamentar e Cassação de Mandato*. Relume Dumará: Núcleo da Antropologia da Política.

Teixeira, Carla Costa, e Christine de Alencar Chaves. 2004. “Apresentação”. Em *Espaços e Tempos da Política*, 7–22. Espaços e tempos da política / Teixeira, Carla Costa, e Chaves, Christine de Alencar (organizadoras). – Rio de Janeiro : Relume Dumará : Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004 (Coleção Antropologia da política ; 26)

Teixeira, Carla Costa, Andréa de Souza Lobo, e Luiz Eduardo Abreu, orgs. 2021. *Etnografias das instituições, práticas de poder e dinâmicas estatais*. Brasília: ABA E-books.

Teixeira, Carla Costa, Lucas Cruvinel, e Renato Fernandes. 2020. “Notes on lies, secrets, and truths in the brazilian congress the 2016 process of impeachment”. *Current Anthropology* 61 (5): 545–562. <https://doi.org/10.1086/711294>.

Warner, Michael. 2002. “Publics and counterpublics”. *Public Culture* 14 (1): 49–90. <https://doi.org/10.1215/08992363-14-1-49>.

Weatherford, J. Mclver. 1985. *Tribes on the Hill: The U.S. Congress - Rituals and Realities*. Massachusetts: Bergin & Garvey Publisher.

Weber, Max. 2015. *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. 4a edição. S.l.: Editora UnB.

Wenger, Etienne. 1998. *Communities of Practice: Learning, Meaning, and Identity*. 1st edition. Cambridge, U.K.; New York, N.Y: Cambridge University Press.

Wolf, Eric R. 2001. “Kinship, Friendship, and Patron-Client Relations in Complex Societies”. Em *Pathways of Power: Building an Anthropology of the Modern World*, editado por Eric R. Wolf, 166–83.